



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – ICH  
PÓS – GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO**

**Aparecida de Fátima Tavares**

**ENTRE O CAFÉ E O AÇÚCAR: PERFIL ECONÔMICO DOS PRODUTORES DE  
VISCONDE DO RIO BRANCO (1870-1889)**

**Juiz de Fora – Minas Gerais  
2013**

**Aparecida de Fátima Tavares**

**ENTRE O CAFÉ E O AÇÚCAR: PERFIL ECONÔMICO DOS PRODUTORES DE  
VISCONDE DO RIO BRANCO (1870-1889)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora para a obtenção do Título de Mestre em História. Linha de pesquisa: Poder, Mercado e Trabalho. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Carla Maria Carvalho de Almeida.

**Juiz de Fora – Minas Gerais  
2013**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Tavares, Aparecida de Fátima.  
ENTRE O CAFÉ E O AÇÚCAR : PERFIL ECONÔMICO DOS PRODUTORES DE VISCONDE DO RIO BRANCO (1870-1889) / Aparecida de Fátima Tavares. -- 2013.  
139 f.

Orientadora: Carla Maria Carvalho de Almeida  
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2013.

1. Visconde do Rio Branco. 2. Produção agrícola. 3. Unidades produtivas. 4. Cana-de-açúcar. 5. Café. I. Almeida, Carla Maria Carvalho de , orient. II. Título.

Aparecida de Fátima Tavares

**ENTRE O CAFÉ E O AÇÚCAR: PERFIL ECONÔMICO DOS PRODUTORES DE  
VISCONDE DO RIO BRANCO (1870-1889)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora para a obtenção do Título de Mestre em História. Linha de pesquisa: Poder, Mercado e Trabalho. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Carla Maria Carvalho de Almeida.

Aprovada em 05 de março de 2013

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Carla Maria Carvalho de Almeida. (Orientadora)  
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

---

Prof. Dr. Antônio Carlos Jucá de Sampaio  
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

---

Prof. Dra. Mônica Ribeiro de Oliveira  
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

Juiz de Fora – Minas Gerais  
2013

*Dedico este trabalho aos meus pais Geraldo e Jurema, ao meu filho Iago, ao meu irmão Guilherme, ao meu esposo Jorge e aos meus amigos, que me incentivaram e apoiaram nos momentos difíceis.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a professora Carla Maria Carvalho de Almeida que desde a graduação confiou em meu trabalho e incentivou-me a ingressar no programa de pós-graduação aceitando gentilmente orientar-me. Sua competência e perspicácia foram fundamentais para a realização dessa pesquisa. Obrigada pela paciência e compressão das dificuldades enfrentadas ao longo dessa trajetória.

Agradeço também aos professores do programa que com seus ensinamentos contribuíram para as minhas reflexões. Em especial aos professores Mônica Ribeiro de Oliveira e Ângelo Alves Carrara, membros da banca de qualificação, pelas críticas e sugestões responsáveis pelo aprimoramento de nosso trabalho.

Agradeço aos funcionários do Fórum de Visconde do Rio Branco pela atenção e solicitude a mim dispensada durante a realização dessa pesquisa.

À amiga Débora Bastos, agradeço o incentivo e a presteza no esclarecimento de minhas dúvidas acadêmicas. À minha prima Denise, agradeço por ter me acompanhado ao arquivo e ajudado a fotografar os documentos, deixando de aproveitar suas férias nesses dias.

Aos meus pais, irmão e amigos, agradeço o apoio e o estímulo.

Ao Iago e Jorge, agradeço especialmente, pelo companheirismo cotidiano.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estabelecer o perfil econômico do atual município de Visconde do Rio Branco a partir da segunda metade do século XIX, especialmente de 1870 a 1889. Para isso buscaremos conhecer os principais produtos agrícolas desenvolvidos na localidade bem como estabelecer a mão de obra adotada. A principal fonte utilizada para realização dessa pesquisa foram os inventários *post mortem*. A partir do estudo desses documentos analisaremos os bens que constituíam o patrimônio dos inventariados, estabelecemos a composição desses ativos e a importância de cada um deles no montante riqueza inventariada ao longo do período estudado. Para tratar do parcelamento da estrutura fundiária utilizamos os registros de terra, esses documentos nos permitirão avaliar a dimensão das unidades produtivas. Diante da conjuntura encontrada abordaremos a produção agrícola desenvolvida nas unidades produtivas da região, enfatizando dois importantes gêneros: a cana-de-açúcar, cultivada no município desde sua ocupação e o café, cuja produção se destacava tanto no cenário mineiro como nacional.

Palavras-chave: Visconde do Rio Branco, economia, unidades produtivas.

## ABSTRACT

This study aims at establishing the economic profile of producers of today's municipality of Visconde do Rio Branco, upon the second half of the XIX<sup>th</sup> century, especially from 1870 to 1889. In order to achieve so, we sought to learn about the agricultural products grown in the region, as well as to identify the workforce in the crops. The main source to accomplish this research was the inventories *post mortem*. From these documents, we analyzed the goods that belonged to the inventoried parties, established the composition of such assets and the importance of each in the amount of the inventoried wealth over the studied period. To approach the subdivisions in the land structure, we used the land records, deeds which allowed us to assess the dimension of the productive unities. For each instance sketched above, we addressed the produce developed in the region observing the dynamics of the production of the two main local crops: sugarcane, grown there since the town's settlement, and coffee, whose production excelled in both state and national scenarios.

**Keywords:** Visconde do Rio Branco, economics, production units.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Percentual de proprietários de acordo com o tamanho da terra declarada .....	30
TABELA 2 -Evolução do monte-mor nas unidades produtivas de Visconde do Rio Branco – 1870 a 1880 .....	51
TABELA 3 -Composição das fortunas dos inventariados em Visconde do Rio Branco – 1870 a 1889 .....	53
TABELA 4 - Participação dos ativos na composição da riqueza dos inventariados de Visconde do Rio Branco por década: 1870 e 1880 .....	54
TABELA 5 - Evolução da participação dos ativos na composição da riqueza dos inventariados de Visconde do Rio Branco - 1870-1889.....	63
TABELA 6 - Concentração da riqueza por nível de fortuna entre os inventariados de Visconde do Rio Branco – 1870 a 1889.....	70
TABELA 7 - Concentração da riqueza por nível de fortuna e período entre os inventariados de Visconde do Rio Branco .....	71
TABELA 8 - Participação dos ativos por níveis de fortunas 1870 a 1889.....	74
TABELA 9 - Média de escravos por nível de fortuna entre os inventariados de Visconde do Rio Branco – décadas de 1870 e 1880.....	74
TABELA 10 - Participação dos ativos por níveis de fortunas em 1870 e 1880.....	75
TABELA 11- Comparação entre percentual da população escrava em Juiz de Fora e São João Batista do Presídio - 1872.....	81
TABELA 12 - Tamanho dos plantéis em Visconde do Rio Branco – 1870-1888 .....	81
TABELA 13 - Variação do sexo de acordo com o tamanho dos plantéis.....	83
TABELA 14 - Valores médios dos escravos por períodos .....	85
TABELA 15- Produção exportável de café das principais regiões produtoras .....	96
TABELA 16 - Participação proporcional da produção cafeeira da zona da mata na produção do estado de minas gerais (períodos selecionados) .....	97
TABELA 17- Representação percentual do cultivo do café no montante das colheitas e das fortunas - por níveis de fortuna .....	100
TABELA 18 - Representatividade da produção de café nas unidades produtivas.....	101
TABELA 19 - Unidades produtivas com criação de animas - 1870-1888 .....	129
TABELA 20- Rebanho nas unidades produtivas – 1870-1888 .....	130

**TABELA 21 - Número médio de animais no rebanho por década..... 130**

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1 -Divisão Municipal até 1910.....</b>	<b>17</b>
<b>QUADRO 2 - Mapa de importação de mercadorias no Porto do Cunha e Barra do Pomba: junho de 1818 a junho de 1819.....</b>	<b>27</b>
<b>QUADRO 3 - Mapa de exportação de mercadorias no Porto do Cunha e Barra do Pomba: junho de 1818 a junho de 1819.....</b>	<b>27</b>
<b>QUADRO 4 - Composição da riqueza dos inventariados de Visconde do Rio Branco: ativos em ordem de importância – 1870 a 1880 .....</b>	<b>62</b>
<b>QUADRO 5 - Distribuição dos cativos por sexo .....</b>	<b>82</b>
<b>QUADRO 6 - Perfil dos proprietários de engenhos– 1870-1888 .....</b>	<b>110</b>
<b>QUADRO 7 - Classificação dos engenhos de cana – Força motriz e produto beneficiado – Visconde do Rio Branco -1892.....</b>	<b>111</b>
<b>QUADRO 8 - Classificação dos engenhos de cana – Força motriz, produto beneficiado e localidade – 1893 .....</b>	<b>112</b>
<b>QUADRO 9 - Ocupação dos chefes de domicílio, segundo o sexo - 1819/1822 .....</b>	<b>114</b>
<b>QUADRO 10 - Freqüência da presença de animais e lavouras nas propriedades inventariadas – Visconde do Rio Branco – 1870-1888 .....</b>	<b>124</b>
<b>QUADRO 11 - Instrumentos de trabalho dentro das unidades domésticas .....</b>	<b>124</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Evolução anual das fortunas .....	52
GRÁFICO 2 - Representação dos ativos na composição da riqueza – 1870 a 1880 .....	53
GRÁFICO 3 - Comparação de cada ativo com o valor total da riqueza dos inventariados de Visconde do Rio Branco – 1870 a 1880.....	62
GRÁFICO 4 - Participação do café nos níveis de fortuna.....	100
GRÁFICO 5 - Composição do rebanho presente nos inventários <i>post-mortem</i> em Visconde do Rio Branco – 1870-1888.....	118
GRÁFICO 6 - Composição dos rebanhos em unidades com lavoura de milho– 1870-1888 .....	127

## SUMÁRIO

<i>INTRODUÇÃO</i> .....	13
<i>CAPÍTULO I: OCUPAÇÃO TERRITORIAL E SEUS REFLEXOS NA ECONOMIA</i> .....	16
1.1 - A Mata mineira e suas diferenças.....	22
1.2 - De São João Batista do Presídio à Visconde do Rio Branco .....	33
1.3 - Principais atividades econômicas da região .....	40
<i>CAPÍTULO 02: VISCONDE DO RIO BRANCO: HOMENS E NÚMEROS</i> .....	45
2.1 – Os inventários: .....	48
2.2 – Ativos e composição da riqueza: .....	51
2.3 – Classificação das fortunas:.....	63
2.4 – Composição da mão de obra: .....	77
<i>CAPÍTULO III: PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM VISCONDE DO RIO BRANCO</i> ....	87
3.1 -A produção cafeeira em Minas .....	88
3.2 - A cultura da cana-de-açúcar .....	103
3.3 - Produção de alimentos e atividades criatórias .....	113
3.4- Conclusão .....	131
<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i> .....	133
<i>BIBLIOGRAFIA:</i> .....	135

## INTRODUÇÃO

O principal objetivo desse trabalho é estabelecer o perfil econômico dos inventariados do município de Visconde do Rio Branco, situado na parte central da Zona da Mata mineira, identificando a produção agrícola desenvolvida no interior de suas propriedades bem como a composição da mão de obra utilizada nessas atividades. Também buscamos comparar a evolução das “fortunas” ao longo do período estudado. Qual era a organização agrária local? Como se estruturava a esfera produtiva? Em que medida o trabalho escravo era utilizado nas unidades produtivas locais? Esses são alguns de nossos questionamentos.

A historiografia mais recente subdivide a Zona da Mata em três porções: norte, central e sul. Para realização de nosso estudo faz-se necessário entender as especificidades de cada uma dessas porções. A ocupação de cada uma dessas partes reflete diretamente nas características econômicas apresentadas pelos municípios que as compõem.

O período escolhido remonta às décadas finais do século XIX, 1870 a 1888. Essa escolha nos permitiu observar as mudanças empreendidas no comportamento econômico da região em virtude da “Lei de Terras”, que estabelecia a posse da terra apenas mediante a compra e da Lei Euzébio de Queiróz, que extinguiu o tráfico internacional de escravos. Embora as leis que fundamentem nossa escolha sejam de 1850, seus reflexos podem ser observados ao longo do período estudo. Como sabemos, o ano de 1888 marca o fim da escravidão no Brasil e a fim de abranger essa data e completar a década de 1880, escolhemos o ano de 1889 para definir o encerramento da investigação. Nosso objetivo inicial era partir de um recorte temporal mais extenso, de 1850 a 1889, no entanto, encontramos alguns empecilhos que impediram a utilização desse recorte. Não encontramos no arquivo do Fórum de Visconde do Rio Branco, documentos referentes às décadas de 1850 e 1860, estes provavelmente localizam-se em Ubá. Em função do tempo e recursos limitados para realização dessa pesquisa, decidimos reduzir o recorte temporal para o período de 1870-1888.

Para realização desse trabalho utilizamos como fonte todos os inventários *post mortem* localizados no Fórum de Visconde do Rio Branco para o período proposto. Estes perfazem um total de 119 processos. A pesquisa em inventários é dura e sistemática, por se tratar de uma fonte serial, no entanto, através deles conseguimos obter informações sobre a vida das pessoas, sobre seus familiares e seus bens. Através da análise dos inventários podemos nos aproximar do modo de vida e da organização da produção de uma parcela da

população do período. Para realização dessa pesquisa as descrições dos bens do inventariado, bem como, a descrição de seus dados pessoais e de seus herdeiros formam especialmente importantes. O auto do inventário, que é a descrição dos bens do inventariado, nos permitiu perceber como se estruturavam as unidades produtivas e a mão de obra utilizada nas mesmas. A descrição dos bens avaliados nos conta sobre os bens móveis, imóveis, escravos, animais e bens de raiz<sup>1</sup> possuídos pelos inventariados. , sendo este último formado pelas terras, benfeitorias e plantações.

Utilizamos também neste estudo o Registro de Terras, de 1855, disponível no site do Arquivo Público Mineiro. Esta documentação nos permitiu caracterizar a dimensão das propriedades existentes na localidade e o principal gênero agrícola produzido na ocasião. O censo de 1872 também foi utilizado para estabelecer comparações entre a utilização da população livre e escrava entre as diversas regiões da Zona da Mata.

O diálogo com outros trabalhos já desenvolvidos sobre a região central da Zona da Mata foi importante para que pudéssemos compreender a dinâmica dessa porção da Mata. Os trabalhos que utilizam a metodologia que nos propusemos a utilizar também nos serviram de inspiração.

O principal motivo que nos despertou para esse tema foi a possibilidade de trabalhar com um conjunto documental até então inexplorado. Nosso trabalho apresenta um caráter regional o que nos possibilitou um estudo mais aprofundado da localidade sem, contudo, tratá-la de forma isolada do restante da Zona da Mata.

Nossa dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo nossa proposta é traçar um breve histórico sobre a ocupação da Zona da Mata e de seus reflexos no comportamento de cada uma das sub-regiões que a compõem. Observamos que o processo de ocupação refletiu diretamente na composição de mão de obra e no comportamento das unidades produtivas de cada uma dessas sub-regiões. Enfocamos especialmente as porções central e sul, pois buscamos de forma secundária traçar uma comparação entre essas regiões. Nesse capítulo, buscamos ainda estabelecer a dimensão das propriedades em São João Batista do Presídio, atual município de Visconde do Rio Branco, a partir da análise do Registro de Terras.

No segundo capítulo analisamos a composição da riqueza a partir da análise dos inventários. Para tanto, levantamos os ativos que compunham a riqueza dos inventariados e

---

<sup>1</sup> Nesse trabalho, estamos entendendo por bens de raiz o conjunto de propriedades formado pelas terras, benfeitorias e plantações,

classificamos a importância de cada um deles no montante dos bens. Terras, benfeitorias, dinheiro, jóias, móveis, imóveis, colheitas, animais, escravos, dívidas ativas, comércio e apólices, eram os elementos formadores das fortunas dos produtores ali estabelecidos. Além disso, classificamos as fortunas encontradas e traçamos um perfil da mão de obra utilizada no município. Ao tratar da mão de obra buscamos definir as principais características da população escrava.

Finalmente, no terceiro capítulo analisamos as principais atividades econômicas desenvolvidas no interior das unidades produtivas. Para isso procuramos analisar mais detalhadamente o ativo “colheitas”, observamos as atividades criatórias existentes e os gêneros agrícolas cultivados nesses espaços. Destacamos em especial dois produtos, o açúcar e o café, o primeiro devido a sua importância para a localidade desde os primórdios de sua ocupação e o segundo em função de sua importância no cenário nacional e mineiro.

## CAPÍTULO I: OCUPAÇÃO TERRITORIAL E SEUS REFLEXOS NA ECONOMIA

Nosso trabalho enfoca uma das regiões de Minas Gerais, a Zona da Mata, onde está localizado o atual município de Visconde do Rio Branco, localidade que pretendemos investigar, especialmente nos períodos de 1870 a 1888. A base da pesquisa será feita através dos inventários *post-mortem* que estão sob guarda do fórum do mesmo município por meio de uma análise que se aterá ao comportamento econômico dessa região, buscando principalmente levantar a participação dos ativos que compunham os bens dos homens que viveram durante esse período. Entretanto inicialmente buscaremos traçar um breve histórico dessa região.

A divisão econômica ou geográfica do estado de Minas Gerais tem sido problemática em função da dificuldade de delimitar suas fronteiras, uma vez que, uma mesma região pode apresentar diferenças no que tange à diversidade de suas características<sup>2</sup>. São regiões do estado: o Norte, o Triângulo, o Vale do Jequitinhonha, a Zona do Rio doce ou Leste, a Zona Metalúrgica ou Central, o Campo das vertentes, o Sul e a Zona da Mata.

Esta última, nosso objeto de estudo, localiza-se a leste de Minas Gerais e recebeu essa denominação devido à floresta tropical que a cobria até o início do século XIX, no decorrer do tempo seus limites geográficos passaram por diversas fases<sup>3</sup>. Segundo Carrara os municípios que a compunham nunca foram definidos com clareza. Exemplifica que no Império, a Comarca de Muriaé com sede em Ubá, abrangia também a vila de Piranga, na Zona Metalúrgica e que a Comarca de Paraibuna, com sede em Juiz de Fora, abarcava localidades do Campo das Vertentes. A vegetação natural que originou e inspirou o nome, Zona da Mata, formava uma vasta floresta dificultando a penetração dos homens.

A Zona da Mata ocupa aproximadamente 5% do território de Minas e em 1909 compreendia vinte municípios apresentando a maior população do estado, chegando durante o Império a abrigar a maior parte da população escrava da província<sup>4</sup>.

A divisão municipal da Zona da Mata Mineira pode ser explicada a partir do quadro a seguir:

---

<sup>2</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **A Zona da Mata de Minas Gerais: diversidade econômica e continuísmo (1839-1909)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói. 1993, p.43.

<sup>3</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira 1780-1870**. Bauru: EDUSC, 2005, p. 43.

<sup>4</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **A Zona da Mata de Minas Gerais**. *op. cit.* p. 44.

### QUADRO 1 -Divisão Municipal até 1910

Esquema genealógico	Designação atual	Criação	Instalação
Vila do Carmo	Mariana	08.04.1711	05.07.1711
São Manuel do Pomba	Rio Pomba	13.10.1831	25.08.1831
São João Batista do Presídio	Visconde do Rio Branco <sup>1</sup>	16.03.1839	21.09.1839
São Januário de Ubá	Ubá <sup>2</sup>	17.06.1853	12.05.1854
Santa Rita do Turvo	Viçosa	30.09.1871	2.01.1873
São Paulo do Muriaé	Muriaé <sup>3</sup>	16.05.1855	30.09.1861
Santa Luzia do Carangola	Carangola	12.11.1878	07.01.1882
São Manuel	Eugenópolis	09.03.1891	03.05.1891
São João Nepomuceno	id. <sup>4</sup>	01.04.1841	30.11.1880
Nossa Senhora das Mercês do Mar de Espanha	Mar de Espanha	10.09.1851	03.11.1851
São Sebastião da Leopoldina	Leopoldina	07.04.1854	20.01.1855
Cataguases	id.	25.11.1875	08.09.1877
São Francisco de Assis do Capivara	Palma	23.12.1890	01.04.1891
São José d'Além Paraíba	Além Paraíba	30.11.1880	22.01.1882
Espírito Santo do Mar de Espanha	Guarará	05.12.1890	01.02.1891
Nossa Senhora da Conceição do Rio Novo	Rio Novo	13.09.1870	04.06.1871
São Sebastião da Ponte Nova	Ponte Nova	11.06.1857	26.04.1863
Manhuaçu	id.	05.11.1877	03.10.1880
Caratinga	id.	06.02.1890	12.05.1892
Abre Campo	id.	27.07.1889	29.03.1890
Barbacena	id.	14.08.1791	03.09.1791
Rio Preto	id. <sup>5</sup>	15.04.1844	-
Santo Antônio do Paraibuna	Juiz de Fora	31.05.1850	07.04.1853

1. município suprimido em 17.06.1853, estabelecido em 22.07.1868, novamente suprimido em 30.03.1871, restabelecido em 22.09.1881, e instalado definitivamente em 28.09.1882; 2. suprimido em 22.07.1868, restabelecido em 30.03.1871; 3. suprimido em 06.07.1859, transferida a sede para patrocínio, novamente transferida a sede para Muriaé em 30.09.1861; 4. suprimido em 09.10.1851, restabelecido em 31.07.1868, novamente suprimido em 13.09.1870 (transferida a sede para Rio Novo) e restabelecido em 30.11.1880. Cf. RAPM, 4:569-73; 5. suprimido em 12.03.1846, restabelecido em 31.05.1850, suprimido em 27.04.1854, restabelecido em 11.07.1857, suprimido em 27.07.1857 e restabelecido definitivamente em 13.09.1870.

**Fonte:** MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. Anuário demográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1928. p.26-28. Apud: CARRARA, Ângelo Alves. **A Zona da Mata de Minas Gerais: diversidade econômica e continuidade (1839-1909)**. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1993. Dissertação de mestrado, p.90.

Essa região pode ser dividida ainda em três porções em função de apresentarem características distintas no que se refere à ocupação, concentração populacional, demografia e

atividades agrícolas desenvolvidas. Por isso buscaremos traçar as especificidades de cada uma das três sub-regiões: norte, central e sul. Subdividir a Zona da Mata se faz necessário devido às diferenças internas que impossibilitam tratá-la de maneira homogênea.

Durante o século XVIII, os rios Doce e Cuité tiveram sua navegação proibida como uma medida para impedir o extravio de ouro, mas com o declínio da produção do ouro os rios Doce e Pomba foram vistos como uma alternativa para a situação e a ocupação de suas margens foi incentivada<sup>5</sup>. Iniciando-se a ocupação do Sertão Leste. Esse termo foi utilizado para contrapor as regiões humanizadas e consideradas civilizadas de áreas possíveis de serem descobertas e conquistadas no leste da província de Minas<sup>6</sup>. Para realizar esse processo o governo iniciou uma ocupação a partir da instalação de presídios. Uma vez instalados, criavam-se aldeamentos indígenas, demarcavam-se terras e fundavam-se arraiais e freguesias<sup>7</sup>.

Romilda Alves argumenta que a ocupação da Zona da Mata foi iniciada por remanescentes das regiões mineradoras que buscavam metais preciosos e terrenos férteis para produção agrícola<sup>8</sup>. Dessa forma a autora afirma que dois objetivos levaram as incursões à Zona da Mata: um de caráter civilizador e outro de natureza econômica, ao passo que buscavam iniciar uma produção de alimentos, a população indígenas seria controlada para que não causasse problemas.

Com a diminuição na produção mineradora verifica-se uma nova dinâmica econômica na Província de Minas Gerais, as atividades ligadas a agricultura, que já existiam se tornaram mais expressivas. Até então a atividade agrícola que se apresentava de maneira subsidiária, assume um papel mais significativo.

[...] Depois que as minas de ouro começaram a se esgotar e a liberdade de comércio passou a dar maior valor aos produtos coloniais, os chefes de família voltaram as vistas para a agricultura e se pode esperar ver multiplicarem-se, dentro em breve, os habitantes nas vastas matas que margeiam a parte dos caminhos de Vila Rica mais próxima do Rio de Janeiro.<sup>9</sup>

Vários colonos buscaram nessa região a posse de terras devolutas para criar pequenas unidades de produção para consumo próprio ou para atender a necessidade de populações

---

<sup>5</sup> ALVES, Romilda Oliveira. **Fronteira em expansão: população, terra e família na Zona da Mata Mineira (1808-1850)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2009. p. 47

<sup>6</sup> *Idem.* p. 46.

<sup>7</sup> *Idem.* p. 47

<sup>8</sup> *Idem.*

<sup>9</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tradução: Vivaldi Wenceslau Moreira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975. p.40. Apud: SIMONCINI, João Batista Villas Boas. **Produção alimentar no município de Visconde do Rio Branco – MG**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande. 2011, p. 33.

crescentes na Capitania de Minas Gerais e do Rio de Janeiro<sup>10</sup>. Assim a produção de alimentos se torna mais expressiva na Zona da Mata Mineira, região onde se situa o atual município de Visconde do Rio Branco, objeto principal de nossa pesquisa. Essa atividade econômica também receberá destaque em nossa investigação.

Para entender como se deu o acesso à terra nessa região faz-se necessária um breve histórico do processo de concessão de sesmarias. Em maio de 1375, dom Fernando I formulou a lei de Sesmarias, como o objeto de solucionar o problema de abastecimento de Portugal. Nesse período os camponeses fugiram em direção aos centros urbanos, deixando as terras rurais sem cultivo, reduzindo a produção de alimentos. A lei propunha expropriar as terras não produtivas e assegurar a posse da terra aos que tivessem interesses e recursos para cultivá-la. Mesmo passando por várias edições o princípio básico dessa lei foi mantido<sup>11</sup>. Segundo Margarida Aveal:

A primeira lei de Sesmarias inaugurava-se com um conciso enaltecimento da atividade agrícola. A lei nasceu dividida em 19 artigos. Em primeiro lugar, tinha-se a identificação das causas da crise da agricultura, ou seja, a migração da mão de obra rural. Em segundo lugar, era apresentada a solução: tornar obrigatório o cultivo da terra, explicitando o aforamento das terras restantes, não lavradas pelo senhor. O terceiro elemento legal destacava a obrigatoriedade da cessão por venda a preços justos, estipulados pela justiça local, de gado excedente. O quarto ponto, além de reforçar a imposição do cultivo, indicava a possibilidade de penalidade, decidida pela justiça local, caso não fosse cumprida essa determinação<sup>12</sup>.

Na América Portuguesa o sistema de sesmaria buscava garantir a ocupação do território conquistado e buscava regularizar a colonização. Em Minas a concessão de sesmarias aos primeiros moradores teve como objetivo garantir o fornecimento de alimentos às populações crescentes.

Ao analisar o relato do presidente da Província em 1848, Romilda Alves encontrou informações importantes sobre as determinações da Provisão de 13 de abril de 1738, e concluiu que:

1) Somente seria permitida a concessão de terra em áreas abertas com terras incultas e devolutas; 2) A concessão não poderia compreender em parte, ou em todo, áreas consideradas proibidas; 3) A área a ser demarcada para a posse da terra deveria ser verificada judicialmente, no prazo de um ano e com a descrição das respectivas confrontações; 4) Dentro do prazo de dois anos, o sesmeiro deveria cultivar e explorar a terra obtida a título de sesmarias, em parte ou em todo; 5) A medição da sesmaria não poderia compreender um quarto de légua em torno de Arraial ou Capela, em que se administrassem os sacramentos; 6) uma das margens dos rios navegáveis ficaria reservada para o uso público, deixando a outra margem livre para a comodidade do

<sup>10</sup> ALVES, *op. cit.* p. 48

<sup>11</sup> *Idem.*

<sup>12</sup> ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. **História e Direito: Sesmarias e Conflito de Terras entre Índios em Freguesias Extramuros do Rio de Janeiro (Século XVIII)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2002. Apud: ALVES, *op. cit.* p.89.

povo e para o uso de qualquer arrendatário; 7) no ato de medição deveriam ser respeitados os sítios vizinhos, suas vertentes, logradouros<sup>13</sup>.

Além dessas determinações sobre a posse da terra a Carta Régia de 1808 estipulava que todas as terras resgatadas do poder dos índios, passariam a ser consideradas devolutas sendo demarcadas e distribuídas aos que chegavam à região e podiam cultivá-las<sup>14</sup>.

Com a chegada da família real portuguesa e a instalação da Corte no Brasil em 1808, inicia-se um processo de retirada do índio da terra, especialmente a partir da emissão da Carta Régia de 13 maio, em que Dom João declara guerra contra os índios botocudos que acreditava serem antropófagos e a outros índios que ocupavam a Zona da Mata e Vale do Rio Doce<sup>15</sup>. Foi criada uma “Junta Militar de Civilização dos Índios, Conquista, Colônia e Comércio do Rio Doce”, em 1808, que tinha por objetivo incentivar a entrada de novos colonos que estivessem dispostos a se dedicar a agricultura e ao comércio, protegendo suas unidades produtivas de ataques indígenas<sup>16</sup>.

O governo português por meio da criação da Junta pretendia gerar núcleos estáveis de povoamento, civilizar os índios, defender os colonos e promover a navegação dos rios Doce, Jequitinhonha e seus afluentes<sup>17</sup>. Os presídios e aldeamentos que foram criados ao longo dos caminhos e estradas, podem ser entendidos como medidas importantes que possibilitaram a expansão da fronteira por meio da formação de núcleos populacionais, uma vez que as populações indígenas foram atraídas para o interior dos Aldeamentos. Segundo Manoela Carneiro da Cunha, o aldeamento é a realização do projeto colonial, pois garante conversão, ocupação e defesa do território, além de mão de obra de reserva<sup>18</sup>.

Guido Thomas Marlière<sup>19</sup> foi um dos responsáveis pela pacificação dos conflitos entre indígenas e colonos na Zona da Mata, este chega ao Presídio em fevereiro de 1813<sup>20</sup>. Recebeu

---

<sup>13</sup> Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais pelo Presidente da Província, Bernardino José de Queiroga, 1848. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/pam.htm>. p. 12 -13. Apud: ALVES, *op. cit.* p.90.

<sup>14</sup> ALVES, *op. cit.* p.91.

<sup>15</sup> *Idem.* p. 48.

<sup>16</sup> *Idem.*

<sup>17</sup> *Idem.* p.49.

<sup>18</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP, 1998. p. 137.

<sup>19</sup> Guido Thomas Marlière nasceu na França, participou de acontecimentos ligados a sangrentos episódios, durante a Revolução Francesa, serviu nos exércitos napoleônicos e, em 1802, passou a Portugal, onde também desempenhou missões militares. Temeroso de represálias por parte das tropas de Junot, que avançavam sobre a Metrópole Lusa, conseguiu incluir-se na comitiva imperial de D. João e chegar ao Rio de Janeiro, em 1808. Depois de permanecer cerca de três anos ali, foi enviado a Vila Rica, onde passou a servir. Suspeito de ter ligações secretas com Napoleão Bonaparte e de ser espião a seu serviço, viu-se preso em 25 de julho de 1811 e encaminhado incomunicável àquela cidade para comparecer perante o Desembargador Intendente Geral de Polícia. Considerado isento de culpa, regressou à capital de Minas Gerais e, no ano de 1813, viu atendida sua solicitação de trabalhar entre os indígenas. Começou sua obra na então Paróquia de São João Batista do Presídio

o cargo de Diretor Geral das Divisões Militares dos Índios do Rio Doce, que oferecia poderes de pacificar e administrar conflitos entre indígenas e fazendeiros, nas regiões dos vales dos rios Pomba, Piranga e cabeceiras do Casca, Matipó e Manhuaçu, afluentes da margem direita do rio Doce<sup>21</sup>.

Marlière agiu com diplomacia e foi tido por alguns como defensor dos índios Coroatos, Coropós, Puris e Botocudos que até então dominavam grande parte da Mata Mineira, seu objetivo era promover o povoamento dos vales do Pomba, do Muriaé, do Doce e do Jequitinhonha<sup>22</sup>. Para isso, explorou o interior da Zona da Mata Mineira, abriu estradas e fixou povoados. Sobre a atuação de Marlière, Fernando Lamas afirma:

A ação de Marlière contra os indígenas estendeu-se para além da área central da Mata Mineira, pois como ele mesmo afirmou na carta ao Príncipe Regente D. João aqueles contra os quais lutou (coroatos, coropós e puris) habitavam uma área que ia desde Presídios de São João Batista (atual Visconde de Rio Branco) até Campos dos Goytacases, na capitania do Rio de Janeiro<sup>23</sup>.

Cabe ressaltar a importância da figura do francês Guido Thomaz Marlière na averiguação das pendências envolvendo a população indígena e luso-brasileira, inclusive na região do Presídio que, aliás, foi o núcleo inicial de seu trabalho<sup>24</sup>. Ao tomar medidas como o combate da venda de aguardente aos índios, por exemplo, Marlière passa a assumir uma postura de defensor dos mesmos e em contrapartida desperta animosidade nos colonos que se interessavam em trocar aguardente por mercadorias.

É a aguardente a peste das Aldeias, o meio infalível de induzir os índios que qualquer excesso e se matarem uns aos outros quando estão inebriados, e de perderem o respeito e Subordinação a quem os governa. São imensos os efeitos dessa perniciosa droga. Os índios à troca dela dão mulheres e filhas aos inimigos contratadores[...]<sup>25</sup>

---

(atual Visconde do Rio Branco), onde, acompanhado da esposa Maria Victoria Rosier, fora ter com a finalidade imediata de conhecer dos incidentes entre croatos e brancos e de solucionar os problemas causadores desses eventos. No presídio, núcleo inicial de sua atuação, permaneceu até 1816, quando transferiu seu quartel para a Serra da Onça, em local situado hoje entre Guidoval e Dona Eusébia. Sua ação entre os croatos, cropós e puris teve efeito duradouro e de grande alcance. Empregando métodos brandos e utilizando-se do recurso do aldeamento do indígena, conquistou esse e o branco do Presídio e vizinhanças, que, às vezes precisava mais de catequese e civilização que o silvícola. Apud: JOSÉ, Oiliam. **Visconde do Rio Branco: terra, povo, história**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. p.55-56.

<sup>20</sup> AGUIAR, José Otávio. **Memórias e histórias de GUIDO THOMAZ MARLIÈRE (1808-1836)**. A transferência da Corte Portuguesa e a tortuosa trajetória de um Revolucionário Francês no Brasil. Campina Grande: Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2008. p.162.

<sup>21</sup> ALVES, *op. cit.* p. 50.

<sup>22</sup> *Idem.* p. 51.

<sup>23</sup> LAMAS, Fernando Gaudereto. **Considerações acerca do processo de conquista da terra na área central da Zona da Mata Mineira (1780/1850)**. In: GUIMARÃES, Elione Silva; MOTTA, Márcia Maria Menendes (Orgs.). **Campos em disputa: História Agrária e Companhia**. São Paulo: Annablume, 2007. p. 200.

<sup>24</sup> JOSÉ, Oiliam. **Visconde do Rio Branco: Notas para sua História**. S/L e S/E, p. 42.

<sup>25</sup> AGUIAR, *op. cit.* p.167.

Guido Marlière tornou-se uma figura paradoxal ao despertar tanto admiração como antipatia daqueles que o cercavam. De acordo com o levantamento de Aguiar, os arquivos da Paróquia da atual cidade de Visconde do Rio Branco revelam uma grande quantidade de índios, brancos e mestiços batizados com nomes que homenageiam o francês.<sup>26</sup>

Marlière faleceu em 1836. Uma das grandes marcas deixadas no Presídio foi à idealização e a construção da Estrada dos Goytacazes, que ligava o Presídio à cidade de Campos, na então Província do Rio de Janeiro. Essa empreitada foi importante para o progresso do arraial, tornando a zona do Presídio e principalmente a Serra de São Geraldo, acessíveis com a abertura dessa estrada<sup>27</sup>.

Para Oiliam José, *Marlière representa uma força na colonização da Mata e o considera um dos responsáveis por livrar os indígenas do terrível nomadismo e os integrar nas comunidades cristãs que se formavam*<sup>28</sup>. Apesar de suas considerações importantes sobre o estudo da região, a ótica adotada por esse autor apresenta o homem branco como agente civilizador preterindo a cultura indígena.

Nossa pesquisa pretendia inicialmente identificar a presença da figura indígena em Visconde do Rio Branco, estabelecendo a participação dessa população, uma vez sedentarizada, na economia do município. Entretanto os inventários, nosso principal conjunto documental, não nos permitiu identificar as origens indígenas dos inventariados ou daqueles a eles ligados, o que inviabilizou essa análise. Para um estudo dessa natureza outras fontes, como registros paroquiais, por exemplo, deveriam ser utilizadas. Nos registros de terra do município (1855-1856), aparecem algumas referências à população indígena ali existente. Algumas propriedades, como a de Antônio Ferreira Araújo, faziam fronteira com a chamada “terra dos índios”. Embora essa documentação nos permita identificar a presença indígena no município nesse período, uma investigação mais detalhada da participação dos mesmos na economia ao longo das décadas seguintes, exigiria um estudo aprofundado que em virtude do tempo limitado para realização desse trabalho, não foi possível realizar. Optamos por deixar essa meta para ser desenvolvida em outro momento.

## 1.1 - A Mata mineira e suas diferenças

---

<sup>26</sup> *Idem.*

<sup>27</sup> JOSÉ, *op. cit.* p. 48.

<sup>28</sup> *Idem*, p. 49.

Conforme observamos anteriormente a Zona da Mata de acordo com a historiografia pode ser dividida em três sub-regiões: sul, central e norte que apresentam comportamento diferenciado. A forma de ocupação de cada uma dessas regiões pode ser entendida como um dos fatores responsáveis pelas divergências existentes entre elas ao longo do século XIX especialmente em relação à produção agrícola e a distribuição da propriedade fundiária.

A sub-região sul em 1870 abrangia os municípios de Juiz de Fora, Mar de Espanha e Leopoldina. Esta região foi a primeira em Minas a produzir café. Teve sua ocupação iniciada a partir de 1817, quando grandes proprietários de lavras migraram para a Mata mineira estabelecendo o plantio de café.

Em suma, os grandes proprietários de terra e escravos provenientes da antiga região mineradora foram responsáveis por sua ocupação e acentuada em função do declínio da atividade mineradora. Essa sub-região também era a mais próxima ao Rio de Janeiro, possibilitando o estreitamento dos laços econômicos entre os fazendeiros dessa região com a elite fluminense, impulsionando a produção cafeeira. Além disso, tal proximidade facilitava o escoamento da produção.

A mão de obra escrava utilizada em larga escala nessa região é reflexo da transferência de cativos da região mineradora. Os proprietários transferiram-se para a região central levando consigo seus escravos que passariam a ser utilizados nas lavouras de café.

No sul da Mata, portanto, é facilmente perceptível não apenas o tráfico interprovincial de escravos, mas também sua transferência junto com seus senhores. Além de levarem seus escravos para a Mata sul, os senhores continuaram comprando escravos novos, porquanto dispunham dos recursos que lhes dava o novo produto...<sup>29</sup>

Carrara cita os irmãos Ferreira Leite, como exemplos de ocupação da região sul, eles se fixaram em Mar de Espanha, oriundos de São João Del Rei. Um deles o Barão de Aiuruoca deixou um monte líquido de mais de mil contos de reis. Soma extremamente elevada se comparada às demais fortunas da época<sup>30</sup>.

A maior parte dos ocupantes da região sul da Mata era originária da região do Campo das Vertentes, de Barbacena e São João Del Rei. De acordo com o levantamento realizado por Carrara os ocupantes de Mar de Espanha e Juiz de Fora eram migrantes da região de São João Del Rei enquanto os que rumaram à Leopoldina eram majoritariamente de Ouro Preto<sup>31</sup>. Essa

---

<sup>29</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **A Zona da Mata de Minas Gerais**. *op. cit.* p. 49.

<sup>30</sup> *Idem.* p. 46.

<sup>31</sup> *Idem.* p. 48.

explicação sobre a ocupação da porção sul da mata é esclarecedora de sua vocação escravista apresentada após meados do século XIX.

Pautados na historiografia buscaremos comparar as porções sul e central da Zona da Mata em relação à mão de obra, distribuição da estrutura fundiária e produção desenvolvida, dessa forma é fundamental ressaltar que a distinção na ocupação dessas regiões foi essencial para que as mesmas apresentassem comportamentos distintos. O acesso a terras livres ao sul só foi possível porque os índios dessa região foram atraídos para aldeamentos do Presídio e de Guidoal. Alguns deles se fixaram ao passo que outros, mais resistentes a aculturação passaram a vagar pela região.

A porção central da Mata compreendida basicamente pelo vale do Rio Pomba concentrou a maior população indígena da Mata. Essa sub-região coincidia com os aldeamentos indígenas fundados no início da conquista e colonização dos sertões do Rio Pomba, quando o governador Luiz Diogo, em 1767, fundou um aldeamento que concentrou os indígenas.

Os colonizadores dessa localidade eram principalmente de Piranga, Calambau, Sumidouro, São Bartolomeu. Ao contrário do que ocorreu na região sul, os homens que se estabeleceram na região central não eram pessoas enriquecidas com o ouro, e sim pessoas com poucos bens e escravos<sup>32</sup>. Somados a esses migrantes compuseram também a população os índios sedentarizados. Certamente a condição desses homens e seus descendentes, permaneceu praticamente inalterada ao longo do tempo já que descobrimos ao analisar os inventários de fins do século XIX que os habitantes dessa região continuaram a possuir poucos bens e escravos mesmo após um século de ocupação.

A incorporação dos índios à população pode ser observada pelos registros de assentos de batismo da freguesia do Rio Pomba<sup>33</sup>, essa incorporação comprometeu o projeto de um aldeamento central no Pomba. Os índios cropós e croatos chegaram a solicitar ao rei *a paz e o sossego perdidos com a presença dos europeus*<sup>34</sup>, em uma carta enviada ao governador da capitania redigida com a ajuda do padre Manuel de Jesus Maria na qual constata-se a preocupação do religioso com a concessão de sesmarias, que gerava conflitos com os índios.

Os conflitos pela posse da terra eram recorrentes em regiões de fronteira aberta como a Mata central. A disputa por terras entre fazendeiros e posseiros, favorecia o aumento dos

---

<sup>32</sup> *Idem.* p. 50.

<sup>33</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo: ocupação do solo e transformação do trabalho na zona da Mata central de Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)**. Mariana: Ed. UFOP, 1999. p. 16.

<sup>34</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. Conselho Ultramarino, Brasil, Minas Gerais, Caixa 132, documento 32. Apud: CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo.** *op. cit.* p. 17.

conflitos com os indígenas e o crescimento de um mercado fundiário. Romilda Alves observa a partir da análise de sua documentação, terras sendo vendidas e compradas, indicando a presença de um mercado de terras nessa região. Além disso, as sesmarias retomadas por falta de cultivo e doadas a outros indivíduos quase sempre geravam transtornos. Em 1828, Maria Angélica da Anunciação, moradora do Presídio, enviou um requerimento às autoridades reclamando que o Capitão João Francisco Vieira havia apossado de seu título de sesmaria, todavia suas reclamações não foram acatadas, pois a suplicante deixou suas terras “inteiramente virgens” e abandonadas, perdendo seu direito, enquanto o Capitão João Francisco, que ocupava e cultivava tais terras, já havia tido o título de sesmaria reconhecido, embora fosse o segundo titular<sup>35</sup>.

Os índios muitas vezes reagiram à ocupação de suas terras e constantemente atacavam as fazendas, roubavam e matavam animais, levando seus ocupantes a abandoná-las. Todavia os relatos passam a imagem do fazendeiro indefeso atacado pelos índios, ignorando a ótica do gentio, que havia perdido suas terras. Esse tipo de conflito entre índios e colonos pode ser entendido a partir de dados constantes na Carta Régia de 2 de dezembro de 1808, onde estipulava-se que as terras abandonadas fossem resgatadas dos índios e consideradas devolutas e após demarcadas deveriam passar as mãos de novos colonos que teriam um prazo de um ano para cultivá-las<sup>36</sup>.

No âmbito desses conflitos havia ainda a presença dos religiosos que desejavam que o gentio se tornasse pacífico, religioso, reduzido e submetido. Para isso contavam com a ajuda dos colonos e nativos que haviam se convertido. Entre os argumentos utilizados pelos clérigos para atrair os indígenas à conversão estavam as promessas de saúde, fortuna material e vida eterna além da morte. Entretanto como essas realizações não se faziam visíveis os índios revoltavam-se. É provável que associassem a figura dos padres às epidemias, pois é possível que os vissem como feiticeiros atribuindo a eles as doenças entre seus iguais<sup>37</sup>.

Em São Manoel do Pomba a distribuição de sesmarias, iniciada em 1768, estendeu-se para a serra de São Geraldo, alcançando os vales dos rios Turvo Limpo, Turvo Sujo e as nascentes do Xopotó<sup>38</sup>. Até por volta de 1820 foram fundadas as seguintes localidades: São Manoel dos Rios Pomba e Peixe, São João Batista do Presídio, Porto Seguro da Tapera, Ponte Nova, Brás Píeres, Nossa Senhora das Dores do Rio do Peixe, São Januário do Ubá, Barra do

---

<sup>35</sup> ALVES, *op. cit.* p. 101.

<sup>36</sup> *Idem.* p. 102.

<sup>37</sup> AGUIAR, *op. cit.* p. 139.

<sup>38</sup> *Idem.* p. 139.

Bacalhau, Santana dos Ferros, Barra Longa, Calambau, Lanim Oliveira ou Oliveira do Piranga, João Gomes, dentre outras<sup>39</sup>.

Em 1808 uma carta régia declarou guerra aos índios botocudos, considerados antropófagos. Já em 1813 a catequese dos índios é retomada com a nomeação de Guido Marlière como diretor dos aldeamentos, conforme abordamos acima. Dessa forma observamos na região, não o extermínio dos indígenas, mas uma convivência forçada entre eles e os brasileiros<sup>40</sup>.

Dessa convivência deu-se a sedentarização do índio, possível graças ao recebimento de terras. *Em troca de roupas, rapadura, feijão, farinha, açúcar, machados, facas, pregos, pólvora, chumbo os índios se fixaram, receberam terras e se dispuseram delas.*<sup>41</sup> Cada pai de família índia recebia o equivalente a um quarto de sesmaria, ou seja, cerca de 100 hectares<sup>42</sup>. Ao passo que alguns índios se estabeleciam em suas unidades familiares através da produção agrária, outros continuariam semi-nômades tornando-se agregados em fazendas engrossando a mão de obra alternativa à escrava. Situação que ocorre especialmente no município de Cataguases, fronteiro como as grandes lavouras de café no século XIX<sup>43</sup>. Descrições de Marlière demonstram a utilização desses homens como guardas de presídios, trabalhando em obras públicas e povoando novas áreas<sup>44</sup>.

Nessa porção da Mata, os nativos sedentarizados ou em processo de sedentarização conviviam com os migrantes da periferia da região das minas, constituindo a população da região. Esses homens foram responsáveis pela formação da mentalidade predominante na região, daí o desenvolvimento de atividades econômicas que não dependiam tanto do escravismo como na sub-região sul.

Diante disso essa população pode ser caracterizada como predominantemente camponesa. Carrara demonstra que na lista nominativa da região do Presídio em 1821, 73% da população não possuía escravos<sup>45</sup>, situação que permanece até os dias finais da escravidão, conforme constatamos a partir de nossa pesquisa com um conjunto de inventários até a data da abolição. Dessa análise depreende-se que, 56% dos inventariados possuíam escravos, entretanto apenas 6% os possuíam em número superior a 10 e nenhum deles em número superior a 20.

---

<sup>39</sup> *Idem.* p. 140.

<sup>40</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo.** *op. cit.* p. 17.

<sup>41</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **A Zona da Mata de Minas Gerais.** *op. cit.* p. 51.

<sup>42</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo.** *op. cit.* p. 17.

<sup>43</sup> *Idem.* p. 18.

<sup>44</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **A Zona da Mata de Minas Gerais.** *op. cit.* p. 51.

<sup>45</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo.** *op. cit.* p. 18.

A produção local destinava-se a subsistência ou para o abastecimento do escasso comércio local<sup>46</sup>. Os quadros abaixo são relevantes por evidenciarem a pobreza da região em 1818. Esses quadros comparam as importações e exportações no Porto Novo do Cunha, na Mata sul e na Barra do Pomba, na Mata central.

**QUADRO 2 - Mapa de importação de mercadorias no Porto do Cunha e Barra do Pomba: junho de 1818 a junho de 1819**

	Un.	Porto do Cunha	Barra do Pomba	Total Província
Fazenda seca	Arroba	-	-	
Fazenda em fardos	Arroba	36	-	
Fazenda em caixas	Arroba	-	-	
Caixa de chapéus	Arroba	3	-	
Louça e vidros	Arroba	-	6	
Ferro novo	Arroba	26	6	
Ferro velho	Arroba	-	13	
Aço	Arroba	6	-	
Cobre	Arroba	48	3	
Chumbo	Arroba	14	-	
Peixe salgado	Arroba	-	2	
Pau-brasil	Arroba	-	1	
Escravos novos	Unidade	10	-	1.963
Cavalos	Unidade	-	2	10
Bestas	Unidade	10	-	1.412
Vinho/Barris e caixas	Arroba	1	9,5	8.292
Sal em bruacas	Alqueire	135	2.311	

Fonte: ESCHWE, W.von. Reflexões estatísticas... RAPM, 4:747. Apud: CARRARA, Ângelo Alves. *A Zona da Mata de Minas Gerais: diversidade econômica e continuísmo (1839-1909)*. p. 54.

**QUADRO 3 - Mapa de exportação de mercadorias no Porto do Cunha e Barra do Pomba: junho de 1818 a junho de 1819**

	Un.	Porto do Cunha	Barra do Pomba	Total Província
Queijos	Unidade	1.400	10.100	1.059.607
Gado Vacum	Unidade	55	2.992	62.106
Porcos	Unidade	76	1.493	40.169
Galinhas	Unidade	2.750	90	114.654
Couros de veados	Unidade	400	-	580
Algodão em rama	Arroba	120	-	94.904
Açúcar	Arroba	72	-	22.844
Café	Arroba	151	-	9.739
Toucinho e carne salgada	Arroba	52	-	145.478,5

<sup>46</sup> *Idem*.

Marmelada	Arroba	-	228	11.136,5
Ipeca	Arroba	183	-	395,5
Tabaco	Arroba	-	98	58.647,5
Algodão em pano	Varas	350	2.700	1.242.543

**Fonte:** ESCHWE, W.von. Reflexões estatísticas... RAPM, 4:747. Apud: CARRARA, Ângelo Alves. **A Zona da Mata de Minas Gerais: diversidade econômica e continuísmo (1839-1909)**, p. 55.

Alguns dados indicam a maior inserção mercantil da Mata Sul comparativamente à Central. Nesse período a Mata Sul importava escravos enquanto a Mata Central não o fazia. Outro dado interessante é a importação de bestas pela Mata Sul que nos permite deduzir que essas seriam utilizadas para transporte do excedente da produção. Já a Mata Central não registra a importação desse item no período, nos levando a concluir que o transporte de mercadorias não era forte, já que os muares seriam a opção para o escoamento da produção nesse período, portanto não havia grande quantidade de excedente a ser exportado que justificasse a compra de animais para fazê-lo, provavelmente a reprodução local supria a necessidade.

No que diz respeito às exportações podemos observar que a criação de animais se destaca em relação à produção de alimentos na Mata Central. E entre os itens agrícolas o açúcar não era exportado nesse período na região central, apenas a marmelada e o tabaco.

Os memorialistas dos municípios da Mata Central, como Oíliam José em Visconde do Rio Branco, tentaram conferir um ar fidalgo aos fundadores da região, no entanto a análise dos inventários revela que eles não tinham patrimônio comparável a nenhum grande proprietário da província e muitas vezes dependiam de empréstimos de produtores da café da região sul<sup>47</sup>. A avaliação dos bens de nossos inventariados confirma essa situação para os períodos finais do século XIX.

A sub-região norte correspondia aos vales dos rios da margem direita rio Doce, até Ponte Nova e Manhuaçu. Em função da proximidade das sedes das freguesias do termo de Mariana é possível estabelecer os movimentos de avanço da fronteira.<sup>48</sup> Compreendia em 1877 os vastos municípios de Ponte Nova e Manhuaçu<sup>49</sup>. A ocupação iniciou-se em meados do século XVIII, em virtude da presença de muitas tribos indígenas, esse processo foi lento. A região era habitada pelos temidos índios botocudos considerados antropófagos. Por isso essa região vivenciou uma ocupação conflituosa. Em Manhuaçu a presença indígena era marcante até o final do século XIX, inclusive essa região continuou recebendo verbas estaduais para a

<sup>47</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **A Zona da Mata de Minas Gerais**. *op. cit.* p. 56.

<sup>48</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo**. *op. cit.* p. 14.

<sup>49</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **A Zona da Mata de Minas Gerais**. *op. cit.* p. 56.

colonização indígena<sup>50</sup>. Porém até os primeiros anos do século XX essa região apresentava uma extensa área de terras devolutas coberta pela floresta tropical.

Essa sub-região teve a cana-de-açúcar como a primeira cultura extensiva, posteriormente o café assumiria esse papel. Ponte Nova se destacou na produção de açúcar e aguardente<sup>51</sup>. Apesar de contar com grande concentração de gentio houve na região algumas unidades de produção escravista, conforme os dados levantados por Ângelo Carrara. José Alves de Souza, em 1886 possuía em suas fazendas no atual município de Ponte Nova, 58 escravos<sup>52</sup>, número que supera em quase três o maior plantel encontrado para o atual município de Visconde do Rio Branco em todos os inventários que analisamos.

A abordagem que fizemos até o momento sobre a ocupação da Zona da Mata nos permite compreender as diferenças existentes entre as três sub-regiões. Destacaremos a seguir a diferença referente à distribuição da propriedade fundiária com base no Registro de Terras, de 1855-1856, documentação disponível no site do Arquivo Público Mineiro.

Os Registros Paroquiais de Terras se configuram como um desdobramento legal da Lei de Terras de 1850, criada pelo decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854. Em 1850, a Lei de Terras passou a estipular que a terra devoluta não poderia ser ocupada de outra forma que não a compra, garantindo ao mesmo tempo os direitos dos ocupantes de terras e possuidores de títulos de sesmarias com empreendimento agrícola instalado até aquela data. Tornou-se necessária a legitimação da posse, por isso, todos os proprietários deveriam declarar suas terras nas paróquias locais. Os registros paroquiais juntamente com as escrituras registradas nos cartórios locais serviram como títulos de propriedades. Entre 1855 e 1860, os registros foram realizados em quase todas as paróquias do Império<sup>53</sup>.

Essa documentação nos permite verificar um contraste no que se refere à posse da terra, entre as sub-regiões da Mata, especialmente entre as porções sul e central. Lembramos que nesse momento a porção norte apresentava a maior parte de terras devolutas, por isso, apenas o município de Ponte Nova foi recenseado, apresentando 365 proprietários. Quando comparamos os registros de Leopoldina, município situado na porção sul e Rio Pomba, situado na porção central, encontramos 95 e 1600 proprietários recenseados respectivamente. Esses dados ilustram o parcelamento da terra na região central da Mata.

O número de proprietários de acordo com o Registro de Terras, de 1855, para a vila de Santo Antônio do Paraibuna, atual município de Juiz de Fora, indicava que o município

---

<sup>50</sup> *Idem.* p. 57.

<sup>51</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo.** *op. cit.* p. 15.

<sup>52</sup> *Idem.*

<sup>53</sup> CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da História.** São Paulo: Brasiliense, 1987, p.9.

contava com 145 proprietários, a maioria por compra e quando constava a medida das terras indicava a extensão de uma ou duas sesmarias. Já São João Batista do Presídio, atual Visconde do Rio Branco, contava no mesmo período com 504 proprietários, dos quais, apenas 7 possuíam uma sesmaria ou mais. Esses dados esclarecem que a posse da terra na região central, especialmente em Visconde do Rio Branco, não estava concentrada em mãos de poucos proprietários como ocorria na região sul, ao contrário, havia muitos proprietários possuidores de pequenas extensões de terra. Ou seja, comparativamente ao município de Santo Antônio do Paraibuna, era a pequena propriedade que prevalecia na região de São João Batista do Presídio (atual Visconde do Rio Branco).

O estudo do levantamento feito em São João Batista do Presídio indica que o tamanho médio das propriedades na localidade era de aproximadamente 38 alqueires de terra. Algumas propriedades eram realmente muito pequenas, 4% dos registros revelavam a posse de um alqueire ou menos.

Entre os 504 proprietários que declararam suas terras, 42 não informaram o tamanho das mesmas, pois afirmaram ignorar tal informação. Entre os recenseados no município apenas dois possuíam 300 alqueires de terra e eram os maiores proprietários da localidade.

**TABELA 1 - Percentual de proprietários de acordo com o tamanho da terra declarada**

<b>Tamanho da propriedade (em alqueires)</b>	<b>Nº de Proprietários</b>	<b>% de Proprietários</b>
Até 19 alqueires	240	47,6
20 a 99 alqueires	162	32,1
100 a 199 alqueires	43	8,6
Acima de 199	17	3,4
Não declararam	42	8,3
Total de registros	504	100

**Fonte:** Arquivo Público Mineiro. Registro de Terras – 1855-1856.

A tabela acima revela que as propriedades de tamanho inferior ou igual a 19 alqueires eram responsáveis por 47,7% do total de propriedade e as propriedades com tamanho de 20 a 99 alqueires representavam 32% do total de registros encontrados. O número de registros de propriedades com mais de 99 alqueires não passava dos 12% do total. Tais dados indicam um intenso parcelamento na estrutura fundiária da localidade.

O tipo de produção também apresentou diferenças importantes entre as regiões. Ubá plantava fumo, café, algodão e milho, produzia aguardente, açúcar e rapadura. Já em Juiz de

Fora a produção de café era mais significativa. Carrara afirma que Agassiz ao visitar a região descreveu seus magníficos cafezais<sup>54</sup>.

Nossa pesquisa buscará contemplar a observação mais pontual da produção de alimentos e das atividades criatórias no município de Visconde do Rio Branco no final do século XIX. O Registro de Terras forneceu um primeiro levantamento acerca das atividades desenvolvidas nas propriedades da região. Uma curiosidade interessante é que todos os registros que declaravam as plantações indicaram o cultivo de milho, Ou seja, pelo menos 75% das propriedades registradas indicaram o cultivo desse gênero. Além do milho encontramos declarações de terras virgens e capoeiras. Entretanto nenhum outro gênero foi declarado.

Outra diferença importante diz respeito à mão de obra escrava. À medida que a se distanciavam das regiões cafeeiras menor era a utilização de mão de obra nas lavouras. De acordo com o censo de 1872, em Juiz de Fora 38% da população era escrava, em Visconde do Rio Branco 14% da população era escrava, enquanto em Ponte Nova 9,5% da população era escrava. Ou seja, observamos uma significativa redução da participação da mão de obra escrava ao compararmos esses três municípios, cada um deles representa uma porção da Zona da Mata.

Concluimos que todos os fatores abordados em nossa pesquisa, estrutura fundiária, produção e composição da mão de obra são reflexos diretos do processo de ocupação vivenciado. Nosso objeto principal de estudo, o atual município de Visconde do Rio Branco, localizado na sub-região central da Mata apresentou características compatíveis com os demais municípios que compõem a porção central da Mata, entretanto nos ateremos às suas particularidades no tocante a composição das fortunas e a produção de agrícola que serão nosso foco nos capítulos seguintes.

Os anos finais do século XIX fomentaram duas questões importantes: o fim da escravidão e a ampliação da rede ferroviária. Enquanto os fazendeiros da porção sul permaneceram escravistas até os momentos finais da escravidão, os proprietários da mata central procuraram se desfazer de planteis extensos<sup>55</sup>.

Ao analisarmos o caso de Visconde do Rio Branco para o período estudado constatamos uma pequena concentração de mão de obra escrava, onde o número de plantéis era pequeno. Apenas três inventariados eram proprietários de mais de dez escravos.

---

<sup>54</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo.** *op. cit.* p. 61.

<sup>55</sup> *Idem.* p. 69.

Após a abolição os municípios passaram por um processo de reestruturação do sistema de trabalho e obviamente os municípios da porção sul foram os que mais vivenciaram esse impacto. Em Juiz de Fora, os antigos proprietários de terras e escravos redirecionaram seus capitais para instalação de casas bancárias que proporcionaram o desenvolvimento da indústria local, essa por sua vez atraía a mão de obra disponível nos campos.

A Mata central ao contrário vivenciou certa prosperidade derivada da cafeicultura, uma vez que dispunha de mão de obra livre. Com a chegada da ferrovia, a parte central chegou a tornar-se por um tempo a principal produtora de café da Mata. Obviamente outros fatores permitiram esse contexto. No terceiro capítulo trataremos da questão do café na Zona da Mata.

Até mesmo a postura dos políticos em relação à implantação da ferrovia variava de acordo com a sub-região. A estrada de ferro chegou a Minas pela região sul em 1875, quando foram inauguradas as estações de Cedofeita e Retiro em Juiz de Fora. Em 1880 os trilhos avançaram sobre Visconde do Rio Branco e São Geraldo, subindo a serra e chegando a Coimbra e Viçosa em 1885 e atingindo um ano depois Ponte Nova<sup>56</sup>. A maior parte dos trilhos concentrava-se na região cafeeira, entretanto não podemos associar diretamente à implantação dos trilhos à cafeicultura, visto que Viçosa no período não pertencia ao circuito da lavoura cafeeira, tendo o deputado Carlos Vaz de Melo de convencer os fazendeiros de Viçosa a permitir a passagem dos trilhos em suas terras<sup>57</sup>.

Os fazendeiros e seus representantes da região sul viam a ferrovia como meio de transporte privilegiado para o café, ao passo que os representantes da região central encaravam a estrada de ferro como um instrumento da civilização. Certamente os políticos da Mata sul também tinham essa idéia, embora enfatizassem a importância da ferrovia para o escoamento da produção.

Apenas no século XX os municípios da mata Norte surgiram como grandes produtores de café, enquanto os antigos cafezais da região sul davam lugar às pastagens ou tornavam-se decadentes. Lembrando que a produção de café em Minas Gerais acompanhando a tendência nacional é uma cultura de três tempos e três espaços.

Podemos relacionar as subdivisões da Zona da Mata com o avanço de fronteiras necessárias no cultivo do café. Segundo Antônio Barros de Castro, o café foi uma cultura itinerante que necessitava de três tempos e três espaços. Sônia Regina Mendonça afirma que coexistiam uma zona pioneira onde o café está penetrando, uma zona onde ele encontra-se

---

<sup>56</sup> *Idem.* p. 74.

<sup>57</sup> *Idem.* p. 75.

consolidado e uma região decadente onde a cultura encontra-se em regressão<sup>58</sup>. Esse esquema é válido para explicar tanto o contexto nacional como regional. Para o cenário nacional nas últimas décadas do século XIX é aplicado respectivamente para São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Sendo perfeitamente possível adequar essa situação a Zona da Mata, onde respectivamente corresponderiam as regiões sul, central e norte. No terceiro capítulo, ao tratarmos o cultivo do café em Visconde do Rio Branco voltaremos a essa discussão.

É sabido pela historiografia que a economia da região da zona da Mata entre 1818 e 1888 apresentou padrões diferenciados em cada sub-região<sup>59</sup>, enquanto no sul encontrávamos a monocultura cafeeira, ao norte e ao centro a produção era voltada para a agricultura de subsistência ou para produtos voltados ao mercado local, em especial a cana-de-açúcar e o milho. É válido observar que esse mercado local que necessitava ser abastecido existia especialmente em virtude da grande concentração de pessoas livres na porção central da Mata.

O período que selecionamos busca verificar como se processou a transição da mão de obra bem como as rupturas e permanências na produção agrícola ocorridas em Visconde do Rio Branco, nesse contexto. Por isso destinaremos um capítulo do nosso estudo à produção de alimentos e às atividades criatórias, nesse capítulo analisaremos a importância do café e da cana-de-açúcar para a região.

## **1.2 - De São João Batista do Presídio à Visconde do Rio Branco**

Após a descrição da ocupação da Mata Mineira e de seus reflexos na economia da região traçaremos a trajetória do atual município de Visconde do Rio Branco abordando brevemente o contexto da criação do arraial do Presídio. Para isso retomaremos brevemente os momentos iniciais da ocupação da região.

O atual município de Visconde do Rio Branco, ao longo do período estudado recebeu a denominação de São João Batista do Presídio até 1882 e Visconde do Rio Branco após esse período. Seu povoamento teve início após a construção de uma capela em homenagem a São João Batista. O contexto de sua criação remonta a conflitos entre luso-brasileiros e indígenas, que viviam na região antes da chegada do colonizador. Acompanhando a situação do restante

---

<sup>58</sup> MENDONÇA, Sônia Regina. **O convênio de Taubaté e a agricultura fluminense**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 4, n. 3, 2008, p. 85.

<sup>59</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **A Zona da Mata de Minas Gerais**. p.83.

da porção central da Mata. Para apaziguar os ânimos na região do Presídio de São João Batista, frente aos conflitos entre colonizadores e indígenas, o governador Luiz Diogo Lobo da Silva, decidiu criar um grande aldeamento de índios à margem esquerda do Rio Pomba.

Em dezembro de 1767 chegou à região o sacerdote Manoel de Jesus Maria que incentivou o crescimento da região e criou em 1787 o arraial de São João Batista do Presídio, cercado por fogos de luso-brasileiros e aldeias indígenas. Entretanto a freguesia de São João Batista dos índios Coropós, só seria desmembrada de São Manoel do Pomba em 13 de agosto de 1810. Nesse período a população registrada era de 3190 almas e 662 fogos, incluindo 104 índios.<sup>60</sup>

A paróquia de São João Batista ficou a cargo do padre Francisco da Silva Campos, este ordenou-se em São Paulo e por ordem do Visconde de Barbacena, assumiu a paróquia de São João Batista do Presídio. Onde ensinou ofícios aos índios como a tecelagem e a fabricação de açúcar, incentivando a lavoura de açúcar. Desde o início da ocupação do atual município de Visconde do Rio Branco a agricultura da cana-de-açúcar esteve presente. Além da catequização intensiva do gentio. Assim como outros presídios o Presídio de São João Batista foi criado para fazer frente à reação dos índios hostis a ocupação territorial.

Na região de São Manoel do Pomba a distribuição de sesmarias, iniciada em 1768, estendeu-se para a serra de São Geraldo, alcançando as nascentes do rio Xopotó. Nesse contexto, grandes sesmeiros por vezes desalojavam pequenos proprietários estabelecidos na região. E a partir de 1810, fazendeiros se estabeleceram na região pressionando os índios em direção aos aldeamentos. Perseguidos pelos sesmeiros os próprios índios chegaram a escrever ao rei, representados pelo padre Manoel Jesus de Maria<sup>61</sup>.

Aliada à presença indígena a vegetação também aparece como um empecilho para a ocupação da região. Em relação ao contato com os índios, os relatos se alternam entre a convivência pacífica e o conflito. O casal Joana Pires e Miguel Matos plantava fumo em 1749 e conviviam pacificamente próximos aos índios, já Antônio Gonçalves Pedroso, em 1750 foi atacado por estes na mesma região. Cabe lembrar que muitos luso-brasileiros que chegavam à região eram transgressores da lei, e eram tolerados por estarem ocupando uma região até então inexplorada<sup>62</sup>.

Os índios que habitavam a região foram aos poucos incorporando os hábitos do colonizador português em detrimento de sua própria cultura, que não era respeitada pelos

---

<sup>60</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Itatiaia LTDA, 1995, p. 370.

<sup>61</sup> AGUIAR, *op.cit.* p.144.

<sup>62</sup> *Idem.*

portugueses. O próprio padre de São João Batista, afirmou que não havia encontrado qualquer idéia religiosa entre os coroados, não sabemos se as práticas religiosas dos índios não chegaram a chamar atenção dos clérigos luso-portugueses ou se os índios ocultavam as mesmas como forma de preservá-las, uma vez que esses rituais eram tidos por alguns como feitiçaria<sup>63</sup>.

Saint-Hilaire teve a curiosidade de descrever os índios que habitavam a região e em certos momentos de seu relato deixa transparecer o preconceito em relação aos mesmos. Segundo o viajante os indígenas eram de estatura pequena, tinham a cabeça achatada e grande e longos cabelos negros. Além da descrição física dos índios sua descrição também aborda a questão do conflito pela posse da terra<sup>64</sup>.

[...] percebia-se através de sua fisionomia algo de ignóbil, que não observei entre outros índios, e enfim, uma espécie de embaraço estúpido traía a idéia que eles próprios tinham de sua inferioridade. Esse conjunto verdadeiramente horrendo me impressionou muito mais do que esperava, e fez nascer em mim um sentimento de piedade e humilhação. Não tardei a saber que esses índios pertenciam ao número dos que os portugueses chamam *Coroados*, e habitam as florestas vizinhas do Rio Bonito.

[...]Quando terminaram a refeição, o mais velho do grupo, que parecia o chefe, veio sentar-se aos pés do Sr. Almeida; então o mais jovem, chamado Buré, avançou para este último, e mantendo-se de pé dirigiu-lhe o discurso seguinte em mau português: —Esta terra nos pertence, e são os brancos que a povoam. Desde a morte do nosso grande capitão, somos escorraçados de toda a parte, e não temos mais nem lugar suficiente para poder repousar a cabeça. Dizei ao Rei que os brancos nos tratam como cães, e rogai-lhe que nos dê terra para podermos construir uma aldeia<sup>65</sup>.

Quanto à impressão que teve dos Coroados, Saint-Hilaire destaca:

[...] quando pela primeira vez observei alguns deles, já me expandi acerca da inferioridade dessa tribo. Jamais encontrei uma única mais desagradável e estúpida. Tanto tem, por exemplo, os Botocudos de vivos, alegres, francos e afetuosos, quanto os Coroados de indiferentes, tristes e apáticos; mal olham, com o disse alhures, para aquele que os acaricia e presenteia, e suas atitudes lembram as dos indivíduos de nossa raça que caíram na imbecilidade. Ora mostram uma espécie de timidez tola, e quando se lhes fala, baixam a cabeça como crianças; ora soltam grandes gargalhadas, sem que seja possível descobrir-lhes a razão<sup>66</sup>.

São João Batista do Presídio era situada em meio a uma mata densa, formada por árvores muito altas. Nos primórdios de sua ocupação as rústicas residências dos portugueses eram cerca de 30 e dispunham-se em círculo ao redor de um campo central que formava uma espécie de praça. Em meio a uma pequena colina havia uma simples capela, que funcionava

<sup>63</sup> *Idem*. p.155

<sup>64</sup> SAINT-HILAIRE, *op.cit.* p.30-31. Apud: SIMONCINI, *op.cit.* p. 39.

<sup>65</sup> *Idem*.

<sup>66</sup> *Idem*. p. 33.

como sede da autoridade militar e presídio destinado à correção de degredados da Capitania através de trabalhos forçados<sup>67</sup>.

Segundo Freireyss<sup>68</sup>, *o presídio de São João Batista, como todos os presídios, teve sua origem no estabelecimento de vários criminoso fugidos da justiça, que solicitaram ao governo proteção contra os selvagens*<sup>69</sup>. Próxima a Igreja estava a residência do vigário e nas cercanias do arraial, havia as aldeias dos Coroados e Coropós. Esses índios comercializavam com a sociedade luso-brasileira ali estabelecida e cultivavam das lavouras em suas terras. Essas tribos que já haviam sido nômades nesse período já estavam sedentarizadas, tanto que Spix e Martius atentaram para a função de civilizar os índios, assumida pelo Presídio<sup>70</sup>.

Esse arraial assumiria uma função de descaracterização da cultura indígena, na medida em que o gentio que habitava essa região incorporava valores lusos em detrimento de seus próprios costumes. Ao passo em que conviviam com o povo dos arraiais, muitos índios assimilavam certos valores da sociedade egressa das regiões mineradoras. Muitos viviam em casebres assim como os portugueses e se uniam a eles através dos casamentos. Aguiar considera o processo no qual esses índios eram submetidos a trabalhos compulsórios como uma escravidão velada, pois de acordo com o autor esses índios *mal se diferenciam de um escravo ou de um pobre qualquer*<sup>71</sup>. Alguns indígenas, no entanto, apesar de décadas de convivência, ainda eram considerados arredios e desconfiados.

A catequese dos índios que habitavam a região também funcionava como uma forma de descaracterização cultural para esses indígenas, entretanto esse processo também encontrava resistência por parte dos mesmos. Essa situação pode ser observada quando em 1813, os índios Coroado da região enviam a Dom João uma representação reclamando que o padre estaria negando-lhes ministrar os sacramentos. A representação sugere que aqueles índios já haviam incorporado algo da liturgia católica, contudo também pode sugerir uma forma de chamar atenção para a usurpação de suas terras, tendo percebido a importância desses sacramentos estariam buscando conseguir o apoio da Igreja, passando uma imagem dócil. Essa poderia então ser uma estratégia daqueles índios tidos como pacificados. Uma vez que sua cultura guerreira valorizava as artimanhas que ludibriavam os inimigos<sup>72</sup>.

---

<sup>67</sup> AGUIAR, *op. cit.* p. 149.

<sup>68</sup> Georg Wilhelm Freireyss saiu de Vila Rica e chegou em São João Batista do Presídio na companhia de Von Eschwege, no dia 26 de dezembro de 1814, a fim de estudar e conhecer a cultura indígena, a flora e a fauna da região.

<sup>69</sup> FREIREYSS, G.W. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982, p.78. Apud: AGUIAR, *op. cit.* p. 149.

<sup>70</sup> AGUIAR, *op. cit.* p. 149.

<sup>71</sup> *Idem.* p. 150.

<sup>72</sup> *Idem.* p. 150-153.

*Catequização rápida e eficaz ou estratégia de sobrevivência? Alguns relatos da época nos levam a suspeitar seriamente da segunda opção*<sup>73</sup>.

Spix e Martius reforçam o argumento da dissimulada religiosidade dos índios:

Em espalhar entre os índios o cristianismo, muito se tem esforçado certamente o padre e, em geral, os portugueses, em São João Batista; de fato, porém, mesmo os coroados e coropós mais civilizados não têm até agora idéia da essência da religião cristã, e apenas tomam parte nas formalidades do culto e assim mesmo sem persistência. Na verdade, não é raro recorrerem esses homens da natureza para casamento e batismo de seus filhos; todavia só os atraí ali a cerimônia de culto que eles presenciam admirados sem demonstrar emoção nem reflexão[...]<sup>74</sup>.

Segundo Oiliam José repetiu-se na Zona da Mata em pequena escala o que aconteceu em grande depois da descoberta do Brasil, os índios foram dizimados<sup>75</sup>. Carrara, no entanto contesta tal afirmação alegando que este processo radical de extermínio não ocorreu de forma ampla<sup>76</sup>. Observamos que o que realmente ocorreu foi uma convivência imposta entre o gentio que ocupava a região central da Mata e os luso-brasileiros que há ocuparam posteriormente. Segundo Aguiar:

A fixação territorial dos índios promovia uma espécie de convivência obrigada entre as diferentes nações e luso-brasileiros de vária extração: militares, representantes eclesiásticos, criminosos, foragidos ou condenados a degredo, comerciantes, sesmeiros, colonos, pobres, escravos e libertos<sup>77</sup>.

Conforme mencionamos quando tratamos da ocupação das diferentes sub-regiões da Zona da Mata. Os pais de família indígenas sedentarizados recebiam em terras, o que na época, equivalia a um quarto de sesmaria (cerca de 100 hectares). Entretanto era desejo de muitos índios permanecerem nômades conforme estavam acostumados, dessa forma muitos não se acostumavam a uma vida sedentária. Aguiar enfatiza o estilo nômade dos índios, quando afirma que eles preferiam a coleta da poaia, em relação à agricultura, afirmando ser essa uma tática de manutenção do nomadismo e fuga da sedentarização<sup>78</sup>.

A poaia é uma planta e raiz medicinal com propriedades eméticas, também usada como expectorante e no combate a diarreia, É proveniente de um arbusto baixo que cresce geralmente em locais úmidos. Márcio Xavier Corrêa, em sua dissertação de mestrado, trabalhou a economia extrativa da poaia na região leste de Minas Gerais durante a primeira metade do século XIX. O pesquisador afirma que o comércio da poaia desenvolveu-se na

<sup>73</sup> *Idem*. p. 152.

<sup>74</sup> SPIX, Johann Baptist Von & MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Vol.2. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981, p. 241. Apud: AGUIAR, *op. cit.* p. 158.

<sup>75</sup> JOSÉ, *op. cit.* p. 22. Apud: SIMONCINI, *op.cit.* p. 50.

<sup>76</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo**. *op. cit.* p. 18.

<sup>77</sup> AGUIAR, *op. cit.* p. 159.

<sup>78</sup> AGUIAR, *op. cit.* p. 160.

região estruturado com base no escambo realizado entre os silvícolas e os colonizadores<sup>79</sup>. Sobre a extração da poaia o autor afirma que a coleta itinerante remete ao semi nomadismo dos grupos étnicos indígenas envolvidos, ainda que estivessem submetidos ao estímulo da sedentarização e prática da agricultura<sup>80</sup>.

Delineado o processo de ocupação territorial da localidade do Presídio, continuaremos caracterizando o município. Visconde do Rio Branco conforme já estabelecemos, localiza-se na meso-região da Zona da Mata Mineira<sup>81</sup>, em sua porção central, na microrregião de Ubá. É um município com características topográficas compostas por 75% de relevo ondulado, 15% de relevo montanhoso e 10% de relevo plano, acompanhado o perfil da Zona da Mata<sup>82</sup>.

Embora remonte a uma ocupação antiga apenas em 28 de setembro de 1882 foi restabelecida a condição de vila para o Presídio. A nomenclatura do município também sofreu alterações ao longo tempo. De acordo com Oíliam José, quando do desbravamento das matas locais, em finais do século XVIII a terra recebeu o nome de Zona do Rio Xopotó dos Coroados, este foi seguido por Aldeia do Xopotó. Já no início do século XIX, o território chamava-se Presídio de São João Batista ou São João Batista do Presídio, esses nomes foram reduzidos para Arraial do Presídio e Presídio. E somente em 1882, Visconde do Rio Branco substituiu oficialmente as denominações anteriores.

Hoje em dia o município conta com uma população aproximada de 37.952 habitantes e possui uma área de 242 Km<sup>2</sup>, perfazendo uma densidade demográfica de 156,83 habitantes/km<sup>2</sup><sup>83</sup>.

No decorrer do período proposto por nossa pesquisa a população da região era de 6.073 de acordo com o censo de 1872 e de 18.295 em 1890<sup>84</sup>. Observamos uma população ascendente, cujo crescimento deve ser analisado. Esse aumento significativo do número de habitantes apresentado nesses vinte anos é 33 vezes maior que o crescimento apresentado nos quarenta anos anteriores, uma vez que em 1830 a população era 5.705.

Nessa conjuntura acreditamos que as atividades desenvolvidas na região ao longo das décadas finais do século XIX, continuavam atraindo migrantes para a região, já que uma reprodução vegetativa dessa grandeza é bem improvável. Simoncini alerta que forças

---

<sup>79</sup> CORRÊA, Márcio Xavier. **Memória sobre a economia extrativa da poaia**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2012, p.23.

<sup>80</sup> *Idem*, p. 59.

<sup>81</sup> Fazem parte desta micro-região os municípios de Astolfo Dutra, Divinésia, Dolores do Turvo, Guarani, Guidoal, Guiricema, Mercês, Piraúba, Rio Pomba, Rodeiro, São Geraldo, Senador Firmino, Silverânia, Tabuleiro, Tocantins e Ubá.

<sup>82</sup> SIMONCINI, *op. cit.* p. 45

<sup>83</sup> *Idem*.

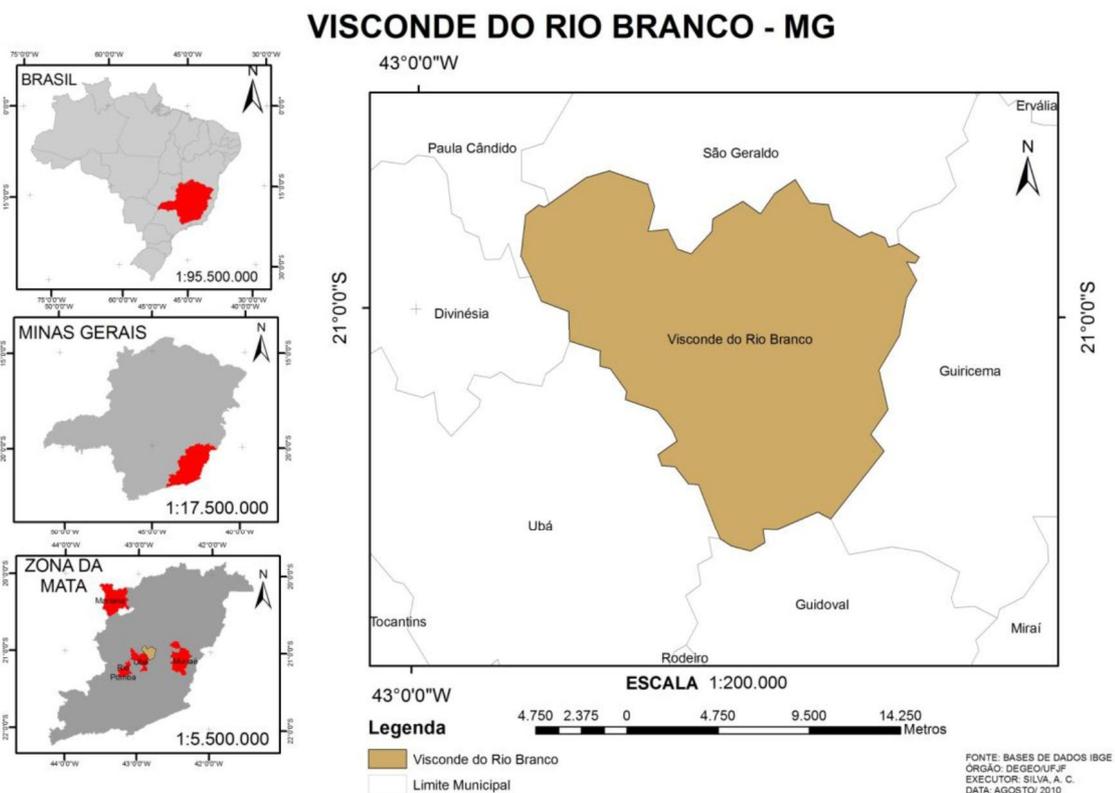
<sup>84</sup> JOSÉ, Oíliam. *op. cit.* p. 22.

produtivas nesse período estão voltadas principalmente para as culturas de café, cana-de-açúcar, cereais e comércio. Esclarecemos que a população continua crescendo até a década de 1930.

Os primeiros habitantes do Presídio assim como do restante da Mata Mineira foram os índios. Na região viviam os coroados ou croatos que primeiramente reuniram-se em torno da Aldeia do Presídio, enquanto os coropós ou cropós agruparam-se na Aldeia do Pomba e os temidos puris preferiram os Aldeamentos dos Bagres (Guiricema) e de Manoel Burgo (Muriaé).

Estes viviam primeiramente da caça e da pesca e mesmo conhecendo a agricultura ao serem aldeados preferiam se dedicar a coleta e ao comércio de poaia. Os indígenas muitas vezes a trocavam por aguardente. Segundo Oiliam José a embriaguez causada pelo consumo da aguardente teria sido um dos motivos que levariam os indígenas a extinção, esse autor cita outros motivos como: a sífilis, a varíola, o sarampo, a tuberculose, homicídios e problemas relacionados à terra<sup>85</sup>.

Atualmente Visconde do Rio Branco faz divisa com as seguintes localidades: Paula Cândido, São Geraldo, Guiricema, Guidoal, Ubá e Divinésia. Conforme podemos observar analisando o mapa abaixo:



<sup>85</sup> *Idem.* p. 35.

**Fonte:** SIMONCINI, João Batista Villas Boas. **Produção alimentar no município de Visconde do Rio Branco – MG.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande. 2011. p. 44.

### 1.3 - Principais atividades econômicas da região

A produção de alimentos esteve presente na região do atual município de Visconde do Rio Branco desde os primórdios de sua criação, ainda que voltada a subsistência ou a manutenção do comércio local.

As atividades desenvolvidas em Visconde do Rio Branco, desde o processo de ocupação foram: a cata da poaia, a produção e o comércio da rapadura, aguardente, cana-de-açúcar e o café<sup>86</sup>. No entanto as primeiras atividades agrícolas em maior escala foram o café e a cana-de-açúcar, culturas que receberão destaque no terceiro capítulo desse trabalho onde analisaremos as atividades agrícolas nas décadas de 1870 e 1890, a partir da análise dos inventários *post-mortem*.

De acordo com a historiografia em Visconde do Rio Branco a cultura da cana-de-açúcar foi predominante em relação ao café, cuja produção foi deslocada no final da do século XIX para as cidades do entorno, que contavam com maior altitude. Segundo Simoncini a cana-de-açúcar foi por mais de cem anos a cultura mais importante do município<sup>87</sup>. Entretanto nossa pesquisa revela a presença constante do café entre os bens levantados nos inventários, conforme abordaremos nos capítulos seguintes.

A partir de 1888 a lavoura cafeeira do sul da Mata começou a declinar sendo a abolição da escravidão um dos motivos que contribuiu para essa situação, basta lembrar que a mão-de-obra utilizada nas lavouras dessa região era essencialmente escrava. Dessa forma, a atividade cafeeira foi redirecionada para as porções central e norte, onde vivenciaram uma ascensão mantida até as crises de superprodução do século XIX. Essa situação foi possível devido aos seguintes fatores: a fertilidade dos solos pouco gastos e ao reduzido impacto da crise do escravismo, uma vez que nessas regiões a mão-de-obra livre era predominante.

Entretanto em Visconde do Rio Branco e Ponte Nova, o café continuou a disputar espaço com os canaviais<sup>88</sup>. No terceiro capítulo faremos uma comparação entre a produção dessas duas culturas e a importância das mesmas nas fortunas de nossos inventariados.

---

<sup>86</sup> SIMONCINI, *op. cit.* p. 56.

<sup>87</sup> SIMONCINI, *op. cit.* p. 56.

<sup>88</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **A Zona da Mata de Minas Gerais.** p 41-42.

Lincoln Gonçalves Rodrigues acredita que até 1850, a cana-de-açúcar ocupou posição de destaque na região do Presídio, perdendo espaço para o café a partir da segunda metade do século XIX<sup>89</sup>. O autor informa que Visconde do Rio Branco e Ponte Nova exportavam em 1905, 55% de todo o açúcar produzido na Mata<sup>90</sup>.

Ao analisarmos os dados de Sônia Souza para Juiz de Fora, constatamos uma redução no número de engenhos entre os anos de 1865 e 1975, que caem de 91 unidades em 1865 para apenas 4 em 1975<sup>91</sup>. Portanto podemos concluir que ao passo que os engenhos de cana perdem importância em Juiz de Fora, o mesmo não ocorre na região central da Mata, especialmente em Visconde do Rio Branco, que em 1905, produzia em conjunto com Ponte Nova mais açúcar que todo o restante da Zona da Mata.

Conclusão reforçada diante da presença em 1893 de mais de 192 engenhos no município de Visconde do Rio Branco, sendo um deles o Engenho Central Rio Branco. Cabe ressaltar que Juiz de Fora embora distante da produção açucareira abrigou as principais empresas de refino e distribuição do açúcar da zona da Mata, em virtude de sua importância como mercado consumidor do produto, bem como por funcionar como o principal entreposto comercial do sul de Minas Gerais<sup>92</sup>.

Não podíamos deixar de ressaltar o Engenho Central em função de sua importância para a história de Visconde do Rio Branco e da Zona da Mata. Este foi inaugurado em 1885 e transformou-se em Usina nas primeiras décadas do século XX, seus canaviais estenderam-se por uma dúzia de cidades tornando-a uma das maiores proprietárias de terras do município. Lincoln Gonçalves Rodrigues aponta que sua construção só foi possível devido aos incentivos dados a indústria canavieira pelos governos imperial e provincial e pela acumulação de capitais provenientes da cafeicultura, que garantiu mudanças na estrutura de mercado e transportes<sup>93</sup>.

Para compreensão da importância do Engenho Central e cultura da cana-de-açúcar em Visconde do Rio Branco, destacamos trechos dos jornais “Voz do Rio Branco” e “O Cicerone edição história”, que em 1985 publicaram notícias ligadas ao Centenário da Usina São João II.

Esclarecemos que Engenho Central passou a se chamar Societé Sucrière de Visconde do Rio Branco S/A, nesse período pertenceu a um grupo Belga/Francês, sendo vendido em

---

<sup>89</sup> RODRIGUES, Lincoln Gonçalves. **A agroindústria da cana-de-açúcar na Zona da Mata Mineira**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2012. p. 59.

<sup>90</sup> *Idem*. p. 62.

<sup>91</sup> SOUZA, Sonia Maria de. **Além dos cafezais: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora - Juiz de Fora na segunda metade do século XIX**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói. 1998. p.162.

<sup>92</sup> RODRIGUES, *op.cit.* p. 62.

<sup>93</sup> *Idem*. p. 63.

1970 para a Usina São João I, passando a se chamar Usina São João II, sendo desativada em 1996.

De acordo com o jornal “O Circerone”:

[...] A data de origem deste tipo de empreendimento no município é remota, mas se corporificou em 1882, por intermédio de Joaquim Bitencourt, que se associando a outras pessoas da época almejava a construção de um engenho central. A idéia se realizou. Não sem esbarrar nas dificuldades de qualquer empreendimento principalmente em se tratando do feito que necessitava de grande orientação técnica especializada, que por sua vez era inexistente nas Minas Gerais<sup>94</sup>.

O grupo empreendedor contou com o apoio do governo imperial, sem o qual talvez o empreendimento não tivesse se realizado. Esse apoio é evidenciado com a presença do imperador e sua esposa na inauguração do Engenho, conforme notícia publicada em comemoração ao centenário do Engenho.

[...] em 1885, a 7 de setembro, o Engenho Central já era mais que uma idéia, mais que um sonho, se personificara e ganhara a qualidade de grande processa. Tudo isso devido ao trabalho imorredouro e às inovações técnicas e de maquinário que permitiram um alcance maior de produção e qualidade. Nesta data nascia a Usina Rio Branco, oriunda de um sonho antigo da região, mas nem por isso acanhada em suas pretensões, afinal era a primeira Usina de Açúcar das Minas Gerais. Recebeu suas bênçãos do Padre Severiano Anacleto Varela, pároco de Rio Branco, e contou com a presença do Imperador Pedro II e sua esposa, além de comitiva que incluía nomes como Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré, Ministro da Marinha Imperial<sup>95</sup>.

O Grupo responsável pela instituição do empreendimento liderado por Joaquim Bitencourt vendeu a Usina para a Cia Leopoldina Railway em 1907, que a controlou por pouco tempo, vendendo-a posteriormente para um grupo francês denominado SOCIÉTÉ SUCRIÈRE DE RIO BRANCO, sediado em Paris.

O estabelecimento do Engenho Central modificou as relações de posse de terra na região, já que as terras dos pequenos e médio proprietários acabaram absorvidas pela empresa. Sobre esse assunto Carrara afirma:

Visconde do Rio Branco, antigo distrito de Ubá [...]. Desde 1881 emancipado de Ubá sempre teve um parcelamento maior da propriedade fundiária. O registro paroquial de 1856 assinalou 553 proprietários numa área menor que a de Ubá. Afinal, era originalmente uma aldeamento indígena numeroso. De um lado, isto conferia maior força a economia de subsistência, e impedia o surgimento de grandes propriedades rurais. Mas a situação mudou a partir de 1885, ano em que foi montado o Engenho Central Rio Branco, usina de produção de açúcar, e que em 1907 passou às mãos da Société Sucrière Rio Branco. [...] em 1905, 500 ha já pertenciam a empresa. A partir de então, a agroindústria começou a imperar nesse município, absorvendo as terras dos pequenos e médios proprietários<sup>96</sup>.

<sup>94</sup> O CICERONE. **Usina São João II comemora centenário**. Visconde do Rio Branco, setembro de 1985. Ano II - Nº 12, p. 3. Apud: SIMONCINI, op. cit. p. 57.

<sup>95</sup> *Idem*.

<sup>96</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **A Zona da Mata de Minas Gerais**. op. cit. p.82.

O conjunto de fontes que analisamos abrange esse período de grande importância para a história do município. No terceiro capítulo tentaremos perceber reflexos dessa modificação na posse da terra e no perfil dos proprietários, no entanto, essa análise será limitada, pois nosso recorte termina apenas cinco anos após a inauguração do Engenho. Buscaremos através da análise das atividades desenvolvidas nas unidades produtivas, tentar identificar as razões pelas quais Visconde do Rio Branco foi o município escolhido para abrigar o Engenho Central.

De acordo com o Registro de Terras de 1855, Visconde do Rio Branco contava com 504 proprietários, diante desse grande número de proprietários, entendemos que as grandes propriedades eram poucas nessa região, hipótese reforçada através do estudo dos inventários de 1870 a 1889. Acreditamos que os herdeiros desses pequenos e médios proprietários que existiam em Visconde do Rio Branco com o passar do tempo não conseguiram manter a posse da terra, situação que pode ter sido um dos motivos do empobrecimento vivenciado pela população ao longo desses anos, conforme detalharemos no capítulo seguinte.

Essa população empobrecida não teria outra forma de renda que não sua força de trabalho, portanto engrossariam o contingente de trabalhadores do Engenho e da lavoura de cana-de-açúcar. Acreditamos que esse município, nas últimas décadas do século XIX, já contasse com uma grande quantidade de braços disponíveis para o trabalho na lavoura, por todas as razões expostas e que remontam a sua ocupação, como a questão do grande número de índios que havia se misturado à população luso-brasileira que se estabeleceu nessa localidade ao longo do tempo.

No que se refere ao cotidiano, à vida, à moradia, à alimentação e à produção de alimentos para a subsistência dos trabalhadores que cortavam cana em Visconde do Rio Branco, acreditamos que suas perspectivas não eram boas. O aprofundamento da questão social envolvendo os trabalhadores do Engenho não será objeto de nosso estudo. Nossas fontes não contemplam um assunto tão amplo e importante para a história de Visconde do Rio Branco.

No entanto abordaremos brevemente algumas constatações de Olinda Maria Noronha que em sua tese de doutorado se dedicou a essas questões no século XX<sup>97</sup>. Seu estudo foi realizado através de levantamentos, entrevistas e pesquisas de campo, sua preocupação em investigar os trabalhadores rurais que cortavam cana e os alimentos que eles produziam, nos

---

<sup>97</sup> NORONHA, Olinda Maria. **De camponesa a “madame”:** trabalho feminino e relações de saber no meio rural. São Paulo: Edições Loyola, 1986. Apud: SIMONCINI, *op. cit.* p. 61.

chamou atenção. A autora levanta algumas conseqüências da concentração de terras ocorrida na região. Entre elas cita a inserção da mulher como força de trabalho assalariado. Em depoimento uma trabalhadora descreve a condição de trabalho na indústria canavieira riobranquense: [...] *Aqui tem muita injustiça. O trabalho da cana é duro e deixa a gente mais pobre. É um trabalho duro porque é mais pesado e o produto não é alimento, assim como o feijão, milho, arroz*<sup>98</sup>.

A descrição permite compreender que a situação do empobrecimento da região que identificamos através da análise dos inventários e aprofundaremos no capítulo seguinte é um problema que ao longo do século XX irá se acentuar na região, na medida em que, cresce a concentração de terras. Simoncini descreve esse processo como uma transição do camponês a assalariado. O mesmo autor conclui a partir da análise das escrituras de propriedades existentes no Cartório de Registros de Imóveis do município que a concentração de terras que se configurou em Visconde do Rio Branco em no século XIX perdurou por todo século XX<sup>99</sup>.

O panorama histórico da Zona da Mata, especificamente do município de Visconde do Rio Branco, nos permite compreender as especificidades dessa região. Como o predomínio da mão de obra livre em detrimento da escrava, o desenvolvimento de uma agricultura de subsistência ou voltada ao limitado mercado interno, o tamanho das unidades produtivas e o empobrecimento que essa população viria a sofrer perceptível a partir da análise dos inventários do período selecionado.

Além disso, permite reflexões acerca da importância da cultura da cana-de-açúcar para o município ao longo do tempo. Assim como nos permite considerar as alterações ocorridas na concentração de terras após a inauguração do Engenho Central e as modificações na vida dos habitantes da região em função disso. Os pequenos proprietários que não conseguiram manter a posse da terra foram obrigados a se desfazer dela e viver apenas de sua força de trabalho. Cabe lembrar que essa situação reflete diretamente na produção de alimentos voltados para a subsistência que anteriormente eram cultivados nessas pequenas propriedades. Infelizmente nosso corpo documental não nos permitirá análises profundas nesse sentido.

---

<sup>98</sup> NORONHA, *op. cit.* p. 75-76. Apud: SIMONCINI, *op.cit.* p. 62.

<sup>99</sup> SIMONCINI, *op. cit.* p. 62.

## CAPÍTULO II: VISCONDE DO RIO BRANCO: HOMENS E NÚMEROS

Nesse capítulo nosso objetivo é traçar um perfil econômico da região de Visconde do Rio Branco entre 1870 e 1889. Para isso utilizaremos como fonte os inventários *post mortem* que estão sob custódia do Fórum da mesma cidade. Pretendemos avaliar que ativos representam a principal riqueza dos homens que naquele período possuíam bens passíveis de serem inventariados. Buscaremos comparar a produção de alimentos e a produção cafeeira e delimitar a participação dessas atividades no montante da riqueza.

A análise dos inventários requer muita paciência e esforço, principalmente quando se pretende desenvolver um trabalho quantitativo. Através dessas fontes é possível obter informações sobre a vida de homens e mulheres, falecidos há séculos. Apesar de num primeiro momento parecer um documento frio, estes processos nos fornecem informações pessoais a respeito do inventariado, de sua família, suas dívidas, os bens possuídos e, quando acompanhados de testamento, até mesmo dos desejos do indivíduo. De posse desses dados, podemos tentar delimitar nos aproximar do modo de vida e do comportamento de uma parcela da sociedade. É importante salientar que os inventários só nos falam sobre aqueles que possuíam bens, esclarecendo que certamente parte considerável da população não tinha bens a legar.

Kátia Mattoso ao estudar a composição da fortuna na Bahia, formulou uma hipótese a partir da análise do número de óbitos calculados para Salvador nos anos de 1855 e 1881, subtraindo uma porcentagem estimada de crianças, escravos e jovens e relacionando o número encontrado para a quantidade de inventários existentes para o mesmo ano e chegou ao seguinte resultado: apenas 5% da população teria algo de seu a legar<sup>100</sup>. Infelizmente não conseguimos estabelecer uma análise semelhante para nossa região. De qualquer modo, a partir dessa observação pretendemos enfatizar que nosso estudo se refere apenas àqueles que possuíam bens, mesmo que poucos, estes certamente estavam longe de corresponder a totalidade dos óbitos desse período.

Nosso trabalho realizado basicamente a partir de inventários foi inspirado em outras pesquisas que abordam as variações da riqueza em diferentes locais e períodos, mas que nos guiaram no que diz respeito à metodologia. Esses estudos nos permitiram conhecer as limitações e as possibilidades de trabalho com nossas fontes e, quando se tratava do mesmo

---

<sup>100</sup>MATTOSO, Kátia de Queiroz. **Bahia, século XIX. Uma Província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p.605.

período, nos ofereceram ainda informações que nos possibilitaram comparações especialmente em trabalhos que abordam a região de Juiz de Fora. Desse modo, conseguimos compreender também as diferenças existentes no tocante a produção e mão de obra entre as duas regiões da Zona da Mata mineira: central e sul, através da comparação entre os dados levantados para Visconde do Rio Branco e o que a historiografia revela para a região de Juiz de Fora no período por nós abordado.

Nosso objetivo inicial era promover uma comparação entre a região de Juiz de Fora e Visconde do Rio Branco para o período de 1850 a 1890, através do levantamento dos inventários de ambas as localidades. Entretanto no aprofundamento das leituras e ao tomarmos conhecimento de trabalhos como o de Kátia Mattoso e Zélia Cardoso, percebemos a importância de um estudo aprofundado sobre a composição da mão de obra e do perfil econômico da região central da Zona da Mata, representada em nosso estudo pelo município de Visconde do Rio Branco. Além disso, as limitações temporais nos impediriam de fazer um trabalho dessa amplitude. Dessa forma, nos ateremos à análise de inventários apenas para a região de Visconde do Rio Branco e quando possível lançaremos mão de estudos já realizados sobre a região de Juiz de Fora comparando as duas localidades.

Entre os autores que nortearam nosso estudo e nos serviram de orientação metodológica podemos citar Zélia Cardoso de Mello, Kátia Mattoso, João Fragoso, Sônia Souza, Mônica Oliveira, Carla Almeida e Rita Almico.

Zélia Cardoso através de seu livro “*Metamorfozes da Riqueza*”<sup>101</sup> tem sido referência para nossa pesquisa, e estamos utilizando sua metodologia para analisar os inventários que encontramos para Visconde do Rio Branco. Kátia Mattoso em “*A Bahia no Século XIX – Uma Província no Império*”<sup>102</sup> através do estudo de inventários destina um capítulo ao estudo da composição da riqueza baiana, a temática deste estudo bem como sua metodologia, nos foi de grande utilidade.

Fragoso, em seu estudo sobre as relações de produção em Paraíba do Sul, nos serviu de exemplo metodológico<sup>103</sup>. Já o estudo de Mônica Oliveira, intitulado *Negócios de Família*, nos serviu de inspiração metodológica e também nos permitiu algumas comparações, por se tratar de um estudo sobre Juiz de Fora<sup>104</sup>.

---

<sup>101</sup>CARDOSO DE MELLO, Zélia M. **Metamorfozes da Riqueza. São Paulo 1845/1895**. São Paulo: HUCITEC, 1985.

<sup>102</sup>MATTOSO, *op. cit.*

<sup>103</sup>FRAGOSO, João Luis Ribeiro. **Sistemas Agrários em Paraíba do Sul: 1650-1920**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1983.

<sup>104</sup>OLIVEIRA, *op. cit.*

A dissertação de mestrado de Carla Almeida “*Alterações nas unidades produtivas mineiras – Mariana – 1750-1850*”<sup>105</sup>, ao tratar as alterações nas unidades produtivas da região, utilizando para tal intuito principalmente os inventários, também nos inspirou.

Além desses trabalhos Rita Almico ao acompanhar a transformação da riqueza pessoal em Juiz de Fora no período de 1870 a 1914, em sua dissertação “*Fortunas em Movimento: Um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora/1870-1914*”<sup>106</sup>, serve de exemplo metodológico para nossa pesquisa.

Com base nas considerações encontradas nesses estudos que utilizam como fonte principal os inventários *post mortem*, estabeleceremos nossa metodologia. Conforme citado acima esses trabalhos abordam questões pertinentes à composição da riqueza e análise das unidades produtivas, no entanto, enfocam períodos e locais distintos.

Zélia Cardoso trabalha São Paulo na última metade do século XIX, identifica os ativos encontrados, como imóveis, casas, terrenos, terras, animais, escravos, utensílios, máquinas, ferramentas, móveis, estoques, ações, dinheiro e plantações. Procurando abranger em seu estudo todas as camadas sociais identificadas nos inventários, esse estudo identifica a ascensão da riqueza paulista em função da economia cafeeira, assim como aborda a região antes do aparecimento desse produto destinada a produção de alimentos. Dessa forma a pesquisadora acompanha a variação dos ativos ao longo do tempo, estabelecendo que o ativo escravo perdeu sua importância ao passo que os ativos imóveis e dívidas ganharam valor.

Kátia Mattoso estuda a Bahia no século XIX, destinando um capítulo de seu livro ao estudo dos baianos afortunados. A autora classifica as fortunas de Salvador em sete categorias que variam de muito pequenas a grandes, alisando que grupo de pessoas compunha cada um desses níveis. Para maior compreensão do estudo, também divide seu período temporal em dois subperíodos.

Carla Almeida em sua dissertação de mestrado pesquisou Mariana de 1750-1850, utilizando também a subdivisão do período estudado, destacando no primeiro deles o auge minerador, no segundo a inclinação a auto-suficiência e no terceiro a economia de subsistência estabelecida. Nesse estudo acompanha a evolução do monte-mor, traçando um panorama econômico de dinamismo no segundo período abordado e concluindo que as atividades destinadas ao mercado interno por não serem dependentes do capital mercantil teriam maior capacidade de resistir a conjunturas de crise.

---

<sup>105</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750-1850**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói. 1994.

<sup>106</sup> ALMICO, Rita. “**Fortunas em Movimento: Um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora/1870-1914**”. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Campinas, Campinas. 2001.

Rita Almico estuda Juiz de Fora de 1870-1914 e para isso divide o período em dois e a partir daí levanta a participação dos ativos e as variações desses no correr dos períodos estudados. Esse trabalho será importante em nosso estudo não somente por nos inspirar metodologicamente, mas também por permitir comparações com Juiz de Fora, já que seu período em parte coincide com o que abordaremos. Dessa forma, realizaremos algumas comparações no que diz respeito à composição da riqueza para a região de Visconde do Rio Branco, comparando o comportamento das partes Sul e Central da Zona da Mata. Nosso objetivo é, a partir desses municípios, analisar em que medida o comportamento das fortunas, guardadas as devidas proporções, se assemelha e em que medida se distancia. É evidente que outros trabalhos sobre Juiz de Fora serão utilizados em nossa análise, entretanto cabe esse destaque especial para a pesquisa de Rita Almico, por ela ter também como fonte principal os inventários.

O período escolhido se fundamenta nas mudanças que passariam a ser empreendidas no comportamento da sociedade em função de duas importantes leis, a Lei de Terras, segundo a qual a posse da mesma só poderia ocorrer mediante a compra e a Lei Euzébio de Queirós, que previa a proibição do tráfico internacional de escravos. Ambas de 1850 e cujos reflexos foram se acentuado gradativamente ao longo do período selecionado para nossa pesquisa. Dessa forma, observaremos as variações na composição da riqueza dos inventariados, observando especialmente o reflexo dessa legislação no comportamento dos ativos “terra” e “escravos” ao longo do período estudado.

Além disso, esse período marca o avanço da produção cafeeira na Zona da Mata mineira e, por isso mesmo, avaliar o peso das lavouras de café no patrimônio dos proprietários ao longo do período na região central também será objetivo de nossa investigação. Sabemos que a Zona da Mata teve participação importante em relação à produção cafeeira e durante todo o século XIX foi à região da província que mais produziu café<sup>107</sup>.

## **2.1 – Os inventários:**

Esse trabalho tem como base documental os 129 inventários que formam a totalidade de inventários existentes para a localidade de Visconde do Rio Branco para o período de

---

<sup>107</sup> OLIVEIRA, *op. cit.* p. 57.

1870-1889. Cabe lembrar que esses documentos não foram examinados em conjunto anteriormente. Destes inventários eliminamos dez, uma vez que não apresentam a descrição de bens ou monte-mor, e dessa forma não contribuem com o estudo em questão e um em razão da dificuldade de leitura determinada pela conservação do documento. Acreditamos que esses inventários que não apresentam descrição de bens, monte-mor ou partilha, tenham sido abandonados pelo inventariante em virtude do número reduzido de bens pertencentes deixados pelo inventariado, considerando a possibilidade das custas do processo superarem o valor do espólio.

Portanto 119 inventários serão utilizados em nossa pesquisa, para o período proposto. Acreditamos, conforme já dissemos, se tratar da totalidade dos inventários desse período, ou pelos menos, a totalidade de documentos que está sob a guarda do Fórum de Visconde do Rio Branco atualmente, visto que foram esses os únicos que encontramos.

Dos 119 inventários selecionados, quanto ao sexo registramos 73 homens e 46 mulheres. Em relação ao estado civil 83,2% referiam-se a pessoas casadas, uma vez que davam a conhecer os “bens do referido casal” ou mencionavam a esposa ou marido entre os herdeiros; 12,6% eram viúvos e 4,2% solteiros.

Em relação ao local de residência encontramos 27 inventariados residentes na Freguesia de Bagres, atual município de Guiricema; 12 residentes em São José do Barroso, atual município de Paula Cândido, 2 residentes na freguesia de São Geraldo, atual município de São Geraldo; 1 residente em São Sebastião dos Aflitos, atual município de Ervália; 77 residentes no Presídio, Rio Branco ou Visconde do Rio Branco (uma vez que a nomenclatura do município varia de acordo com a legislação vigente no período em que foi aberto).

Para compreender melhor a nomenclatura que consta no inventário, analisamos as leis responsáveis por essas alterações. De sua criação até ser elevada a categoria de cidade, a vila teve sua sede transferida e o nome modificado algumas vezes. Em 1839, criou-se a vila e o município de São João Batista do Presídio. Contudo, em 1853 a sede da vila foi deslocada para o arraial de São Januário de Ubá, sendo a vila restaurada em 22 de setembro de 1881 e a mesma elevada a categoria de cidade em 19 de outubro de 1882, com a denominação de Visconde do Rio Branco, em homenagem ao 11º aniversário da lei Rio Branco, ou como é mais conhecida “Lei do Ventre Livre”. Já em 1911, o nome da cidade aparece reduzido como Rio Branco e finalmente em 1943, um decreto-lei mudou o nome da cidade pela última vez para Visconde do Rio Branco, conforme permanece até os dias atuais.<sup>108</sup>

---

<sup>108</sup>BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Itatiaia LTDA, 1995, p. 370.

Encontramos dificuldade em identificar através de nossas fontes se o inventariado residia na zona rural ou urbana, salvo quando era citado que o escrivão encontrava-se na fazenda onde vivia o inventariado. Por isso buscamos identificar aqueles inventários onde o ativo “terras” aparecia descrito de forma clara para dessa forma, identificar a porcentagem dos inventários referentes à área rural e a porcentagem referente à área urbana. Com esse procedimento, encontramos um total de 104 inventariados possuindo esse ativo, o que indica um total de 87,4% dos inventariantes ligados à terra de alguma maneira, apontando em direção a uma sociedade majoritariamente agrária. Entendemos que, ainda que não residisse no meio rural o inventariado possuía alguma ligação com terras em maior ou menor grau, utilizando-a para a criação de animais, atividades agrícolas ou locação.

Entretanto essa sociedade apesar de rural não estava necessariamente pautada no trabalho escravo como mão de obra primordial, uma vez que, aproximadamente 63% dos inventariados não possuíam escravos. O número total de escravos presentes nos inventários é de 257, sendo a média de posse de escravos por inventariados 2,2. Rita Almico em seu estudo sobre a região de Juiz de Fora encontrou um total de 7027 cativos para o mesmo período, com uma média de posse de escravos por inventariados de 29,77, para cada indivíduo<sup>109</sup>. Esses números nos indicam que a importância da mão de obra escrava na região de Visconde do Rio Branco era visivelmente inferior se comparada à região de Juiz de Fora, mesmo considerando que a população de Juiz de Fora era cerca de três vezes maior que a de Visconde do Rio Branco de acordo com o censo de 1872. Situação que aponta para uma região onde a mão de obra escrava apesar de ter existido até as vésperas da abolição não representava a principal força de trabalho, daí nosso interesse em examinar qual seria essa mão de obra principal.

No que se refere à ocupação encontramos em apenas cinco inventários menção direta sobre a atividade exercida pelo inventariado: um padre e quatro tenentes. Nos demais conseguimos detectar em alguns as seguintes profissões: um marceneiro, quatro comerciantes, um escultor e um ferreiro. Em função do tipo dos bens descritos nos processos, acreditamos que os demais estão basicamente ligados a atividades agrícolas ou criação de animais, obviamente em menor ou maior grau de acordo com os níveis de fortuna que trataremos adiante.

Encontramos indivíduos ligados ao meio rural com fortunas que variam de 42\$280 a 76:864\$308, ou seja, a participação das terras entre os bens estava presente em todas as camadas sociais.

---

<sup>109</sup> ALMICO, *op. cit.* p.71.

## 2.2 – Ativos e composição da riqueza:

Conforme indicamos buscaremos analisar a composição da riqueza pessoal na região, avaliar a participação de cada ativo e levantar qual ativo era mais importante naquela sociedade.

Inicialmente buscaremos estabelecer a evolução do tamanho da riqueza, através da análise do monte-mor médio de cada década estudada, ou seja, média de toda a riqueza obtida em cada década. Lembramos que o monte-mor bruto corresponde à soma de todos os bens deixados pelo inventariado, já o monte-mor líquido refere-se à soma de todos os seus bens descontando as dívidas passivas.

**TABELA 2 -Evolução do monte-mor nas unidades produtivas de Visconde do Rio Branco – 1870 a 1880**

Ano	Número de processos	Monte-mor líquido total (mil-réis)	Monte-mor líquido médio (mil-réis)	Monte-mor bruto total (mil-réis)	Monte-mor bruto médio (mil-réis)
<b>1870</b>	21	286:435,659	13:639,793	337:321,744	16:062,940
<b>1880</b>	98	549:713,216	5:609,319	633:657,647	6:465,894
<b>Total</b>	119	836:148,875	7:026,461	970:979,391	8:159,491

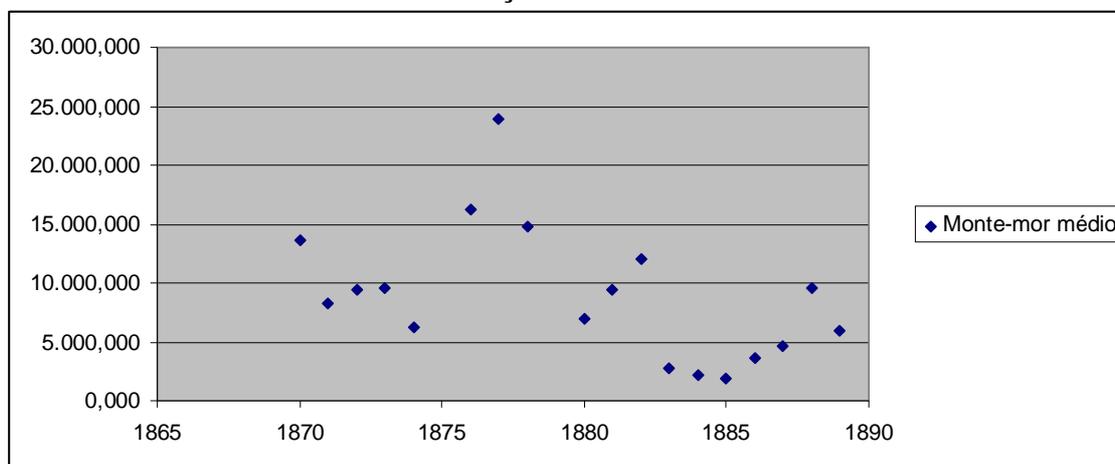
**Fonte:** Inventários *post-mortem* do Fórum de Visconde do Rio Branco

Analisando esses números observamos que as fortunas na década de 80 eram menores, ocorrendo um decréscimo significativo de aproximadamente 31% no valor da soma das fortunas de 1870 para a década seguinte. Esclarecemos que o número de inventários é maior para década de 1880 num total de 98 e 21 para a década anterior. Situação que pode indicar além do empobrecimento da população a ampliação de inventários entre as camadas menos abastadas.

A menor fortuna da década de 1870 é de 1:768\$030 de réis. Se considerarmos todos os inventários, aproximadamente 44 % deles apresentam fortuna inferior a essa quantia. Dessa forma, é evidente que ao longo da década de 80 do século XIX cresce o número de pessoas com acesso aos inventários, mesmo que seus bens não sejam tão significativos. Esse fato pode ser explicado pela restauração da vila de São João Batista do Presídio, em 22 de setembro de

1881, e sua elevação à categoria de cidade no ano seguinte, facilitando o acesso da população ao cartório e levando as camadas menos afortunadas a abertura de inventários.

**GRÁFICO 1 - Evolução anual das fortunas**



**Fonte:** Inventários *post-mortem* do Fórum de Visconde do Rio Branco

O gráfico acima permite uma análise da evolução média das fortunas durante o período estudado. Levantamos a média anual dos montes líquidos para identificarmos as variações apresentadas pelas fortunas. Constatamos que em 1877 a média das fortunas atinge seu ápice. De 1883 a 1885 as fortunas apresentam o nível mais baixo durante todo o período estudado, demonstrando a partir desse momento um leve crescimento, sem contudo, atingir os níveis da década anterior. Esses dados nos levam a prever de antemão que a abolição da escravidão, pouco refletiu no empobrecimento observado na década de 80, visto que os menores índices de riqueza são observados no início da década e não no período da abolição. Lembramos também que a inauguração do Engenho Central, ocorreu no ano de 1885, momento em que o município se mostrava mais empobrecido, a partir dessa data, ocorreu uma elevação na média dos montes, indicando um possível aquecimento da economia local frente a esse empreendimento. Uma análise aprimorada dessa questão não será possível nesse trabalho, uma vez que os inventários não permitem a elucidação dessa questão.

Feito esse primeiro esboço da evolução média das fortunas que compunham os bens de nossos inventariados, gostaríamos de avaliar a participação de cada ativo no montante da riqueza, classificando-os em ordem de importância. Dessa forma, será possível observar quais setores eram os mais importantes economicamente nessa região. Portanto iremos analisar a participação de cada conjunto de bens a fim de comparar sua relevância no total da riqueza, bem como, sua evolução em cada década.

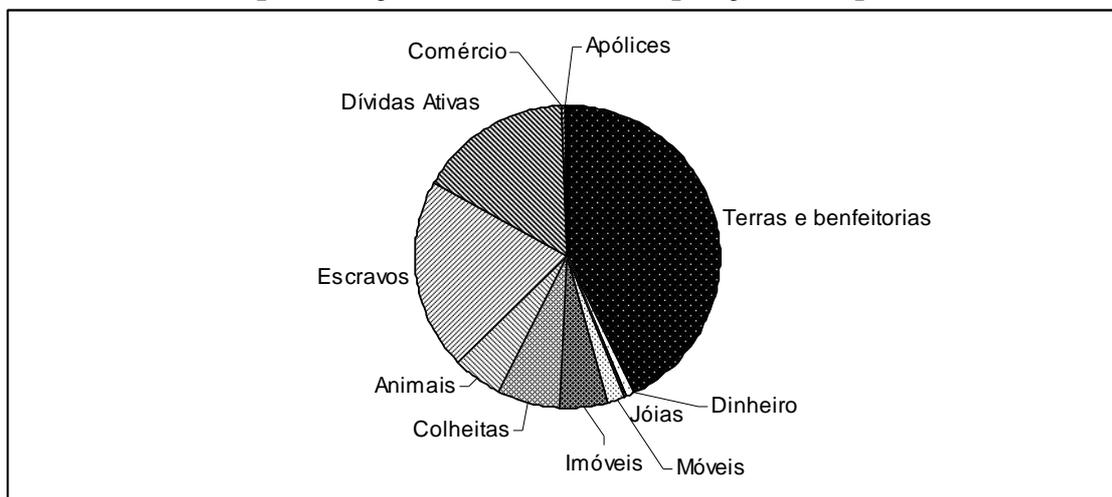
Classificamos os elementos formadores das fortunas em: terras, benfeitorias, dinheiro, jóias, móveis, imóveis, colheitas (incluindo café), animais, escravos, dívidas ativas, comércio e apólices.

**TABELA 3 - Composição das fortunas dos inventariados em Visconde do Rio Branco – 1870 a 1889**

Elementos	Valor (contos de réis)	Participação no total da riqueza (%)
Terras	316:992,724	32,6
Benfeitorias	79:050,450	8,1
Dinheiro	6:873,700	0,7
Jóias	3:201,650	0,3
Móveis	17:804,580	1,8
Imóveis	46:869,000	4,8
Colheitas	59:971,400	6,2
Animais	49:070,500	5,1
Escravos	186:611,750	19,2
Dívidas Ativas	152:335,070	15,7
Comércio	34:503,577	3,6
Apólices	17:694,990	1,8
Total	970:979,391	100,0

Fonte: Inventários *post-mortem* do Fórum de Visconde do Rio Branco

**GRÁFICO 2 - Representação dos ativos na composição da riqueza – 1870 a 1880**



Fonte: Inventários *post-mortem* do Fórum de Visconde do Rio Branco

**TABELA 4 - Participação dos ativos na composição da riqueza dos inventariados de Visconde do Rio Branco por década: 1870 e 1880**

Elementos	Total por ativo -1870 (contos de réis)	Média por ativo -1870 (contos de réis)	Total por ativo -1880 (contos de réis)	Média por ativo -1880 (contos de réis)
Terras	89:130,690	4:244,319	227:862,037	2:325,123
Benfeitorias	1:225,000	58,333	77:825,450	794,137
Dinheiro	1:443,000	68,714	5:430,700	55,415
Jóias	1:014,500	48,310	2:187,150	22,318
Móveis	6:546,420	311,734	11:258,160	114,879
Imóveis	25:269,000	1:203,286	21:600,000	220,408
Colheitas	16:177,400	770,352	43:794,000	446,878
Animais	14:550,000	692,857	34:520,500	352,250
Escravos	92:500,000	4:404,762	94:111,750	960,324
Dívidas Ativas	54:444,079	2:592,575	97:890,991	998,888
Comércio	33:776,668	1:608,413	726,909	7,417
Apólices	1:244,990	59,285	16:450,000	167,857
Total	337:321,74	16:062,940	633:657,647	6:465,894

**Fonte:** Inventários *post-mortem* do Fórum de Visconde do Rio Branco

Para nós o ativo “terra” compreende todas as propriedades rurais incluindo: pasto, terras de cultura ou terras virgens, sejam elas fazendas, sítios ou partes de terras em fazendas pertencentes a outros proprietários. Este ativo se diferenciava das propriedades urbanas que eram descritas claramente como tal, muitas vezes inclusive referendavam o nome da rua onde a mesma estava localizada. Nesse caso, tais bens, geralmente casas de morada, foram considerados como imóveis.

As benfeitoras estavam em alguns casos avaliadas em conjunto com as propriedades rurais, nesses casos seus valores foram incorporados ao ativo “terra”. Mesmo assim, sempre que possível, analisamos seu valor separadamente. Em alguns casos a descrição compreendia as terras e todas as benfeitorias de determinado sítio ou fazenda colocando o valor total, ou seja, algumas vezes terras e benfeitorias eram avaliadas conjuntamente, entretanto essa situação não foi recorrente em nosso levantamento. Consideramos benfeitorias, todas as construções anexas a fazenda como: casa de vivenda, paiol, moinho, monjolo, instrumentos de trabalho, casas de empregados, senzalas, entre outras. Contudo em nossa análise final o ativo “terras” incluirá também as “benfeitorias”, ambos farão parte de um só grupo de riquezas por estarem relacionados de forma inseparável em alguns inventários e indicarem a participação rural dessa sociedade.

Nossos números demonstram que o ativo “terras”, composto pelos elementos terras e benfeitorias, corresponde ao bem mais valioso no montante das fortunas em Visconde do Rio Branco, tanto na década de 1870 como na de 1880. Portanto, nossos inventariados estavam, conforme já havíamos previsto, invariavelmente conectados ao mundo rural. Esse ativo correspondia a 40,8% do total da fortuna inventariada para as décadas supracitadas. Na década de 1880 percebemos um declínio de aproximadamente 27,5% na importância desse ativo no total da riqueza. Lembramos novamente a superioridade de inventários encontrados para 1880, que foram 98 e 21 para a década anterior. Detectamos um empobrecimento da população ou uma revelação maior desses homens menos abastados. Entretanto é importante observar que mesmo os mais pobres possuíam terras e dela retiravam seu sustento total ou parcialmente, pois mesmo os inventários com pequenos montes apresentavam entre o arrolamento dos bens alguns dos seguintes ativos: terras, plantações e animais.

O ativo “dinheiro” correspondia a qualquer quantia encontrada no domicílio do indivíduo por ocasião de seu falecimento, sendo esse um dos ativos mais insignificantes no total das fortunas. O valor reduzido desse item pode indicar que algum parente próximo escondesse esses valores, uma vez que correspondia a apenas 0,7% do valor total das fortunas, ou simplesmente a pequena circulação monetária nessa sociedade. Observando a trajetória desse ativo ao longo do período estudado, percebemos que a redução em sua importância no total da riqueza é pequena se comparada aos demais ativos, totalizando 20%.

Esse dinheiro líquido encontrado poderia ser usado das mais diversas formas: para pagar despesas médicas e remédios, trabalhadores da lavoura, admitindo que apenas um dos inventários que apresentam o ativo “dinheiro” não possuía terras ou ainda o valor poderia ser proveniente de acerto de dívidas, já que os dois inventários que apresentam maior quantia em dinheiro apresentavam também as maiores dívidas nesse universo.

Por jóias entendemos todos os objetos em ouro e prata, sejam objetos de adorno pessoal, como: brincos, cordões, anéis, pingentes ou utensílios de casa, como talheres e travessas. Esse ativo teve participação reduzida correspondendo a apenas 0,3% do total dos montes. Esse valor permanece estável em ambos os períodos trabalhados. É interessante observar que mesmo os inventariados mais ricos quase não possuíam jóias. O inventário de Maria Carolina do Nascimento Berrout foi o que apresentou o maior valor para as jóias. Embora se ocupasse do comércio, as jóias arroladas certamente eram de uso pessoal e incluíam brincos, botões, pulseiras, braceletes. É possível pensar também, em função da atividade comercial exercida pela inventariada, que essas jóias fossem empenhos feitos por aqueles que precisavam de crédito.

Os móveis compreendem todos os objetos pessoais pertencentes ao inventariado, envolvendo desde pentes, escovas, canastras e roupas; móveis propriamente ditos; utensílios de cozinha como panelas, copos, pratos e talheres e instrumentos de trabalho. Basicamente agrupamos nesse ativo os bens que não se enquadravam nos demais. No inventário de João Mathias da Luz, agrupamos junto com os móveis, todas as ferramentas de trabalho que nos levaram a crer que era marceneiro, embora sua ocupação não estivesse especificada no inventário. Os bens móveis representavam apenas 1,8% do total dos bens inventariados.

Um estudo qualitativo desse ativo nos permitiria precisar a diferença social presente nessa sociedade, através da análise das vestimentas, objetos de arte e livros. Entretanto nossa pesquisa não se dedicará a esse tipo de aprofundamento. Contudo podemos afirmar pautados em uma análise quantitativa que os bens móveis não eram significativos no total das fortunas, nem mesmo nossa inventariada com maior fortuna, Raquel Maria dos Anjos, atingiu para esse ativo uma participação superior a 1:000 contos de réis. Geralmente os móveis eram simples e poucos, suficientes apenas para as necessidades diárias: mesas, armários, guarda-roupas, tamboretas, catres, estribos, tachos e bacias de cobre. Os móveis de nossos homens mais ricos diferenciavam-se dos demais na medida em que podiam ter objetos mais luxuosos, como: máquinas de costura, relógios de parede, oratórios e mobílias nobres. Nossa inventariada mais abastada possuía em sua casa da cidade mobília austríaca e na fazenda uma sala de visita com mobília de Jacarandá. Esses objetos diferenciavam socialmente seus proprietários e certamente a aquisição desses objetos pelos mais afortunados não era apenas uma questão de conforto, mas de status. Buscavam uma aproximação com o padrão de vida das grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, e nesse caso, por que não, Juiz de Fora, referência econômica na Zona da Mata nesse período.

O ativo "imóveis" compreende todas as propriedades urbanas: casas, terrenos ou lojas localizados na cidade. Conforme dissemos anteriormente, o escrivão determinava no arrolamento a localização do imóvel, descrevendo, por exemplo, uma casa de vivenda na Rua da Matriz ou no Arraial do Sapé<sup>110</sup>. Os "imóveis" correspondiam a aproximadamente 4,8% no total das fortunas. Observamos que esse ativo tem sua importância reduzida em 82,7% na década de 1880. Atentando novamente para o empobrecimento da população, tudo indica que além de empobrecida essa sociedade caminhava para uma maior ruralização, uma vez que, os imóveis tendem a deixar de ser parte significativa dos bens arrolados. Contudo cabe ressaltar que alguns proprietários de imóveis também residiam em suas fazendas e, portanto esses

---

<sup>110</sup> Fórum de Visconde do Rio Branco. Inventário de Raquel Maria dos Anjos.

homens engrossavam a população urbana. O inventário de Raquel Maria dos Anjos evidencia essas questões ao frisar que determinada mobília pertencia a casa da cidade.

Concluimos que em Visconde do Rio Branco a aproximação do século XX indicava um maior empobrecimento da região, já que, tanto a participação das terras como dos imóveis no total das fortunas diminuiu da década de 70 para a década de 80. Esses ativos esclarecem o perfil econômico da região, pois através de uma análise dos dados sabemos se tratar de uma sociedade tipicamente rural, uma vez que a participação dos imóveis, que já era pequena em 1870, diminuiu no conjunto total das fortunas abruptamente na década seguinte. Além disso, os indivíduos não conseguem manter a posse da terra, já que a participação média do valor desse ativo também diminuiu ao longo do período estudado.

Cabe agora analisar as atividades desenvolvidas por esses homens em suas propriedades agrícolas e qual a principal força de trabalho utilizada nessas unidades produtivas. Por isso incluímos os ativos “colheitas”, “animais” e “escravos”. Entretanto em razão da importância da produção cafeeira para a economia da zona da mata mineira nesse momento, analisaremos o ativo “café” separadamente. No capítulo seguinte analisaremos detalhadamente as colheitas, incluindo o café e as atividades criatórias.

Em plantações, agrupamos todos os produtos cultivados como milho, arroz, feijão, mandioca, cana-de-açúcar e café. Esse item inclui tanto as plantações como as colheitas desses produtos. Conforme mencionamos para observar a relevância da produção de café na região, vamos analisar em separado o ativo café. Ou seja, apesar de estar presente em plantações também será analisado exclusivamente. Essa determinação nos permitirá identificar o envolvimento desses proprietários com as demais atividades agrícolas e com o café.

As colheitas equivalem a 6,2% do total da riqueza. E durante o período estudado, seguindo os demais ativos, também sofreu um declínio de 42%. Dessa forma, esse componente acompanha o contexto das propriedades rurais apresentando uma queda no valor médio ao longo do período estudado. Contudo grande parte dessa produção agrícola remetia ao cultivo de café. Ao desmembrarmos esse cultivo, obtivemos 5,4% referente à participação do café e 0,8% referente ao restante das atividades agrícolas. Então menos de 1% da riqueza respondia pelo cultivo dos demais produtos incluindo a cana de açúcar.

Contudo é importante ressaltar que durante a análise dos dados, em alguns casos, as terras estavam sendo cultivadas com milho ou outras culturas, inviabilizando a separação do valor da terra e da cultura, por isso em nossa análise tais produções enquadram-se no ativo “terras”. A análise do café foi facilitada, pois geralmente este cultivo é arrolado de forma

diferenciada, sendo avaliado o valor dos próprios pés de café ou do cafezal, salvo raras exceções quando eram avaliados junto as terras e benfeitorias. Por isso, o valor dos alimentos é tão inexpressivo. Notamos que, embora importante na alimentação dos mineiros, plantações de mandioca não foram arroladas em nenhum dos inventários trabalhados. Acreditamos que sua utilização era tão corriqueira que sequer se davam ao trabalho de inventariar as plantações desse gênero alimentício. Esse fato indica que a produção de alimento podia ser mais expressiva do que os inventários revelam.

Entretanto destacamos a importância da atividade cafeeira mesmo em uma região com poucos recursos financeiros. A cultura do café era quase nove vezes mais expressiva que o cultivo dos demais gêneros alimentícios. Percebemos, no entanto, que diferente do que ocorreu em Juiz de Fora, a produção desse gênero não gerou recursos para movimentar o sistema financeiro de crédito, tampouco as atividades industriais.

Dividimos os animais em criação e transporte. Entre os animais de criação encontramos gado, carneiros, cabras, bodes, leitões e porcos. Esses eram importantes para a alimentação familiar ou para serem comercializados. Já os animais de transporte descritos foram: cavalos, muares, bestas ou juntas de bois, estes últimos serviam ao transporte ou ao trabalho nas fazendas. Os cavalos, muares ou bestas eram importantes, pois facilitavam o transporte até a cidade mais próxima e não pertenciam apenas aos homens ligados a terra, mesmo aqueles que viviam na cidade eram em muitos casos proprietários de cavalos ou burros. Os animais correspondem a aproximadamente 5,9% no total das fortunas e assim como os demais ativos tem seu peso reduzido ao longo do período estudado.

Não encontramos entre os bens inventariados a presença de aves de nenhuma espécie, o que certamente não excluía a existência das mesmas. Dessa forma, podemos supor que não eram suficientemente valiosas para seres arroladas entre os bens assim como ocorreu com as plantações de mandioca.

Os escravos receberão uma análise pormenorizada quando iniciarmos o estudo da mão de obra utilizada nas propriedades da região, entretanto a princípio serão analisados em seu valor e em sua participação no montante da fortuna. No geral encontramos 257 escravos conforme já mencionado. Um número reduzidíssimo, especialmente quando comparamos com a região de Juiz de Fora. Para essa localidade, encontramos no ano de 1875 no inventário da Baronesa de Três Ilhas, a presença de 265 escravos que correspondiam a um valor total de 521:800\$000<sup>111</sup> e um total de 470 alqueires de terra onde se encontravam plantados os seus

---

<sup>111</sup> ALMICO, *op. cit.* p.72.

726 mil pés de café, que totalizavam 339:000\$000. Esse valor supera em mais de seis vezes toda a plantação de café inventariada em Visconde do Rio Branco em todo o período estudado. Em Juiz de Fora, apenas um indivíduo possuía mais escravos que todos os nossos 119 homens e o valor dos escravos da Baronesa eram apenas um pouco menor que o valor de todos os bens encontrados em nossos 98 inventários da década de 1880. Embora o número de escravos fosse reduzido, conforme constatamos, era o segundo ativo mais importante na composição das fortunas da localidade, contribuindo com 19,2% no total da riqueza e perdendo em importância apenas para o ativo “terras”.

Assim como os demais ativos a participação dos escravos no total da riqueza também sofreu uma redução de 1870 para 1880. Entretanto o declínio na participação dos escravos também se deve a outros fatores que permeavam o cenário nacional como a lei do ventre livre e a lei do sexagenário que anunciavam a proximidade da abolição, culminando com Lei Áurea, assinada em 13 de maio de 1888. Devemos considerar que os inventários abertos após esse período já não possuíam escravos. Todavia se analisarmos a escravidão na região de Juiz de Fora veremos que a maioria dos fazendeiros produtores de café mantiveram o trabalho escravo até a abolição e continuaram adquirindo escravos, conforme aponta a historiografia<sup>112</sup>.

Luis Fernando Saraiva, afirma que:

“Quase todas as grandes unidades produtoras de café de Juiz de Fora mantiveram o trabalho escravo até as vésperas da abolição, dado este que já foi apreendido pela historiografia a partir de outras fontes documentais e que podemos comprovar, com mais precisão, através da análise dos inventários.

Desta forma, entender a transição da mão-de-obra para a região passa muito mais pela expectativa que os fazendeiros da região tinham na manutenção da escravidão e do trabalho do liberto no pós-abolição, do que a ‘urgência’ vista em todo Império (a bem da verdade São Paulo) com a questão da imigração. Na Zona da Mata mineira, ou ao menos para Juiz de Fora, a maioria dos fazendeiros não demonstrou grande interesse em realizar experiências com trabalhadores estrangeiros antes da abolição, pois, além de não sentirem a ‘escassez’ de escravos, continuaram investindo na aquisição de cativos”.<sup>113</sup>

Em Visconde do Rio Branco a participação dos escravos no total da riqueza diminuiu de uma média de 4:404\$762 por inventário, para 960\$324. Essa redução na participação do ativo “escravo”, além de seguir a involução dos outros ativos, se acentua diante da conjuntura nacional.

Precisamos deixar claro que apesar da redução do número dos escravos de uma década para outra a escravidão em Visconde do Rio Branco também persistiu até as vésperas da

<sup>112</sup> SARAIVA, Luiz Fernando. **Um Correr de Casas, Antigas Senzala: Transição da Mão de obra escrava em Juiz de Fora 1870 – 1900**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2001. p. 101.

<sup>113</sup> *Idem*.

abolição. Tanto que nossa inventariada mais abastada, Raquel Maria dos Anjos, que teve seu inventário aberto em 12 de abril de 1888, conservava um plantel de 13 escravos por ocasião de seu falecimento, que correspondia a aproximadamente 10% de sua fortuna. Assim como Francisca de Paula Alfenas, cujo inventário foi aberto em março de 1888 e apresentava dois escravos que, assim como o caso supracitado, correspondia a aproximadamente 10% de seu monte mor bruto.

Passamos para a análise das dívidas ativas, entendidas como todas as dívidas por crédito, por conta ou por hipoteca que eram devidas ao inventariado. Sua participação atinge a marca de 15,7%, o terceiro ativo mais representativo no total dos elementos que compõem a riqueza em Visconde do Rio Branco. A presença desse ativo pode relacionar-se com a ausência de um sistema de crédito desenvolvido tornando muitos indivíduos emprestadores<sup>114</sup>. Havia também a prática da venda por “contas” ou “fiado” engrossando a fortuna de alguns inventariados e as dívidas de outros. Os homens que tinham em sua fortuna altas dívidas ativas foram identificados como proprietários de atividades comerciais (que neste caso eram efetivamente rentistas). A representação das dívidas ativas no total dos valores obtidos para década de 1870 e 1880 permanece estável, entretanto seu valor médio sobre abrupta redução de 2:592\$575 em 1870 para 998\$888.

Embora não se enquadre nos ativos e estejamos nesse momento tratando a riqueza a partir da análise do monte bruto, cabe traçar o panorama das dívidas passivas. Estas referem-se às dívidas de qualquer espécie adquiridas pelos inventariados em vida e que deveriam ser pagas com parte dos bens arrolados. Tais dívidas representam 13,9% do valor do monte mor bruto, ou seja, aproxima-se ao valor das dívidas ativas e assim como essas, sofrem uma redução de pelo menos três vezes em seu valor médio da década de 70 para a seguinte. Concluimos que as dívidas passivas e ativas se equilibraram e assumiram o mesmo perfil ao longo do período estudado, sendo mais significativas na década de 1870, conforme ocorreu com os demais ativos.

No item comércio agrupamos os valores referentes aos objetos do estabelecimento comercial do qual eram proprietários os inventariados, quando conseguíamos diferenciar esses bens dos objetos de casa, uma vez que, eram listados misturados no auto dos bens ficando difícil em alguns casos de distinguir os objetos pessoais dos comerciais. Entretanto na maioria das vezes os objetos se repetiam, como 5 vidros de álcool, no inventário de um proprietário ou 20 garrafas de vinho, ou 3 peças de tecido, em outro, facilitando essa distinção. Em outros

---

<sup>114</sup>CARDOSO DE MELLO, *op. cit.* p.81.

casos esses materiais estavam listados sob o título objetos de negócio. Esse elemento é responsável por 3,6% da riqueza total obtida, uma pequena parcela da mesma. Além disso, apresenta a especificidade de ser o ativo que maior redução sofreu de uma década para a outra, enquanto em 1870 participava de 10% da riqueza em 1880 participava de apenas 0,1% da riqueza daquela década. Refletindo diretamente na redução da participação da área urbana no montante das riquezas.

Entre todos os ativos apresentados as terras entendidas por nós como propriedades rurais são os mais importantes, pois agregam os maiores valores entre o monte mor, nos dois períodos estudados. Percebemos os efeitos da lei de Terras duas décadas após sua regulamentação, indicada pela valorização da terra acima dos demais elementos formadores das fortunas, inclusive dos escravos. Estes estavam na segunda posição seguidos das dívidas ativas, indicadoras de um sistema de crédito ineficiente uma vez que os próprios inventariados eram credores.

A escravidão manteve-se por todo o período, mas em nenhum deles foi muito intensa responsável por um valor médio na posse de escravos pequeno e modesto se comparada a regiões como Juiz de Fora, uma quantia estimada em 826\$274, entretanto representando o segundo elemento mais forte no total da riqueza. Não encontramos nenhum plantel superior a 20 escravos. Classificamos os plantéis em: pequenos (aqueles que possuem de 1 a 10 escravos), médios (aqueles que possuem de 11 a 20 escravos) e grande (aqueles que possuem mais de 20 escravos). Portanto, não existiu em nosso universo qualquer grande plantel. Essa análise evidencia a limitação financeira de nossos homens.

A medida que as “dívidas” assumiram o terceiro lugar o “dinheiro” permaneceu em penúltimo lugar nessa listagem e as apólices uma colocação acima. Embora as dívidas existissem, a circulação monetária era limitada a julgar pela participação do dinheiro no valor total da riqueza. Mesmo no comércio essa limitação se faz perceptível, visto que as dívidas passivas dos homens identificados como comerciantes eram de no mínimo 10% do valor de suas posses, atingindo o valor máximo de 31,3%. Havia outros casos em que as dívidas eram responsáveis pela quase totalidade de seus bens.

As colheitas e os animais representavam o quarto e quinto lugar respectivamente enquanto os imóveis e de comércio assumiam a sexta e sétima posição, evidenciando a ruralidade dessa localidade, onde as atividades agrícolas ou criatórias assumiam maior peso que as atividades comerciais ou imóveis. Lembrando que, apenas quatro entre os 98 inventários exerciam atividades comerciais.

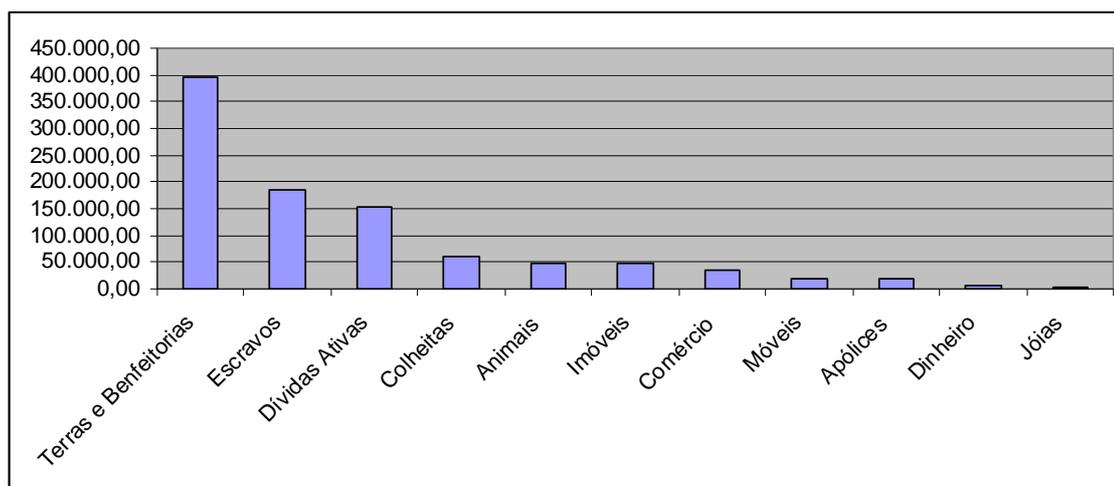
Os móveis e as jóias juntos representavam aproximadamente 2% no valor da total da riqueza inventariada, indicando uma preocupação reduzida com o status, os móveis eram na maioria das vezes simples e apenas o necessário variando de acordo com as posses dos proprietários. O mesmo acontecia com as jóias que eram poucas e relatadas quase sempre nos inventários dos mais abastados. Ao que parece a maior preocupação da maior parte desses homens era dedicada ao seu sustento e de sua família.

**QUADRO 4 - Composição da riqueza dos inventariados de Visconde do Rio Branco: ativos em ordem de importância – 1870 a 1880**

	<b>Elementos</b>	<b>Valor (contos de réis)</b>
1	Terras e Benfeitorias	396:043,174
2	Escravos	186:611,750
3	Dívidas Ativas	152:335,070
4	Colheitas	59:971,400
5	Animais	49:070,500
6	Imóveis	46:869,000
7	Comércio	34:503,577
8	Móveis	17:804,580
9	Apólices	17:694,990
10	Dinheiro	6:873,700
11	Jóias	3:201,650

**Fonte:** Inventários *post-mortem* do Fórum de Visconde do Rio Branco

**GRÁFICO 3 - Comparação de cada ativo com o valor total da riqueza dos inventariados de Visconde do Rio Branco – 1870 a 1880**



**Fonte:** Inventários *post-mortem* do Fórum de Visconde do Rio Branco

**TABELA 5 - Evolução da participação dos ativos na composição da riqueza dos inventariados de Visconde do Rio Branco - 1870-1889**

Elementos	% Participação do ativo em 1870	% Participação do ativo em 1880	Evolução % do ativo 1870- 1880
Terras + benfeitorias	26,8	48,3	21,5
Dinheiro	0,4	0,9	0,5
Jóias	0,3	0,3	0,0
Móveis	1,9	1,8	-0,1
Imóveis	7,5	3,4	-4,1
Colheitas	4,8	6,9	2,1
Animais	4,3	5,4	1,1
Escravos	27,4	14,9	-12,5
Dívidas Ativas	16,1	15,4	-0,7
Comércio	10,0	0,1	-9,9
Apólices	0,4	2,6	2,2

**Fonte:** Inventários *post-mortem* do Fórum de Visconde do Rio Branco

Os móveis, imóveis, escravos, dívidas ativas e comércio, tiveram sua representatividade no total da riqueza, reduzida ao compararmos cada década. Ao passo que as terras, dinheiro, colheitas, animais e apólices tiveram sua participação ampliada na década de 1880. Esses dados indicam que os ativos associados à área urbana como imóveis e comércio, perderam sua representatividade ao passo, que as terras, animais e colheitas tiveram sua participação ampliada, reafirmando a ruralização da região .

Já os escravos têm sua representatividade significativamente reduzida. Salientamos que a partir de 13 de maio de 1888, os escravos deixam de fazer parte dos bens arrolados e a proximidade da abolição, torna os cativos um investimento cada vez menos lucrativo. Conforme indicamos acima, nossos homens tinham recursos limitados e é plausível supor que não ousariam gastar seus poucos contos de réis em investimento fadado à desvalorização.

### 2.3 – Classificação das fortunas:

A seguir classificaremos as fortunas da região de Visconde do Rio Branco no período de 1870 a 1890 avaliando o nível da riqueza dessa população. Para isso, adaptaremos a

classificação das fortunas feita por Kátia Mattoso no seu estudo sobre Salvador<sup>115</sup>. A autora classifica as fortunas em oito categorias: muito pequenas (até :200), pequenas (:201 a 1:000), médias baixas (1:100 a 2:000), médias (2:100 a 10:000), médias altas (10:100 a 50:000), grandes baixas (50:100 a 200:000), grandes médias (200:100 a 500:000) e grandes (500:100 a 1.000:000). Com base nos montes encontrados em nosso conjunto de inventários, se seguissemos essa classificação não encontraríamos grandes médias e nem grandes fortunas e poucas grandes baixas, dessa forma, adaptaremos nossa classificação.

Assim como Mattoso entendemos que qualquer bem configurava fortuna<sup>116</sup>. Portanto posse de qualquer quantia num contexto onde a maioria da população nada possuía, já significava uma posição diferenciada. Dividimos as fortunas em quatro categorias: muito pequenas ( até 1:000), pequenas (1:100 a 5:000), médias (5:100 a 10:000), grandes ( 10:100 a 76:864\$308). Lembramos que para essa análise utilizamos o monte mor líquido, ou seja, a soma de todos os bens descontando o valor das dívidas passivas, já que agora cabe analisar o que realmente possuía o inventariado.

Percebemos que as fortunas muito pequenas aparecem em maior número e acreditamos que esse número poderia ser ainda maior, na medida em que alguns possuíam tão poucos bens que sequer recorriam à abertura de um inventário, cujas custas poderiam supera o montante dos bens. Observamos que apenas as fortunas muito pequenas e pequenas correspondem juntas a 67% dos inventários levantados. Desse modo, é possível ponderar que estamos diante de uma sociedade majoritariamente voltada para o mercado interno, já que, a riqueza gerada nessas pequenas unidades produtivas deveria servir para abastecê-las, além da limitada circulação monetária e a representatividade das grandes fortunas corresponderem a uma parcela ínfima do total.

Conforme já dissemos nossos cálculos para análise do tamanho das fortunas foi realizado com base nos montes líquidos, por isso, entre as fortunas muito pequenas encontramos duas com um monte líquido negativo onde as dívidas passivas atingiram valores que ultrapassaram consideravelmente o monte mor bruto dos inventariados. A inexistência de um sistema de crédito desenvolvido tornava muitos indivíduos emprestadores, além disso, a prática do “fiado” e das compras por “contas” nos estabelecimentos comerciais eram usuais nesse contexto<sup>117</sup>, favorecendo o endividamento. Constatamos que nos dois casos em que as

---

<sup>115</sup> MATTOSO, *op. cit.* p. 608.

<sup>116</sup> *Idem.*

<sup>117</sup> CARDOSO DE MELLO, *op. cit.* p. 81.

dívidas superaram os bens, estas haviam sido contraídas com os próprios familiares, em um dos casos com o pai e em outro com o genro.

João Francisco dos Reis, por ocasião de seu falecimento possuía uma dívida de aproximadamente 3:390\$220, com cinco credores diferentes. Entre suas dívidas encontramos “contas” no Armazém Central na Praça 28 de Setembro, onde havia comprado itens de uso pessoal como: escovas de dente, lenços, tecidos, botões, chalés, entre outros, confirmando a prática do “fiado” e “contas”, dívida essa paga após os bens do finado serem levados à praça e que corresponde a uma pequena parcela do montante de suas dívidas, apenas cento e cinquenta e oito mil réis e cinquenta e nove réis. A Antônio Augusto Ribeiro, nosso inventariado devia cento e quatro mil e setecentos e oitenta réis, referentes a dinheiro emprestado e também da compra de objetos de uso pessoal como camisas, botinas, calças, lenços, tecidos entre outros. Verificamos que, em alguns casos, o comerciante local também emprestava dinheiro. Sabemos que 3:213\$000 ele devia ao seu pai Antônio Francisco dos Reis, que havia quitado algumas de suas dívidas, sendo dois contos de réis referentes a um escravo adquirido pelo falecido. Ressaltamos que o escravo aparece na relação de bens do inventariado, mas não nos bens que vão à praça e tampouco no monte mor, uma vez que o inventário termina em novembro de 1888, seis meses após a abolição. Situação que certamente acentuou sua dívida, já que, o escravo um de seus bens de maior valor deixaria de ser contabilizado. O monte mor bruto declarado no inventário foi de 920 mil réis. Após os devidos descontos permaneceu um prejuízo de mais de 2:470\$220, valor expressivo se considerarmos que 50,4% dos inventários analisados apresentaram fortunas inferiores a esse valor. Esse prejuízo, em grande parte decorria da aquisição de um escravo as vésperas da abolição, lembrando que, apesar de seu valor de acordo com a tabela ser apenas oitocentos mil réis, este custou ao falecido dois contos de réis, grande parte do valor total do seu prejuízo.

Outro inventário cujo monte líquido foi negativo é o de Ana Inocência da Silva e Castro. Seu inventário foi aberto em setembro, ou seja, após a abolição. Interessante observar que ambos os testamentos com monte líquido negativo são do ano de 1888. Certamente ambas as fortunas foram afetadas pela abolição, embora no segundo caso seja difícil precisar, uma vez que, o mesmo foi aberto após a lei, o que não nos permite averiguar a existência de escravos e sua influência no saldo negativo, salvo devido a existência de uma senzala entre as benfeitorias pertencentes à fazenda da inventariada.

Seu monte mor bruto era de 2:763\$000. Entre seus bens encontramos listadas modestas jóias em ouro, poucos móveis, animais, terras e benfeitorias em sua fazenda. Muitas das dívidas da inventariada foram pagas pelo seu único genro, o Coronel João José

Ferreira de Andrade. Reiterando a prática da venda “fiado” encontramos uma dívida de carretéis de linha e tecido, no valor de 12\$000, da finada com a casa João Avelino Moreira & Cia, localizada em São Geraldo. Esse valor foi pago pelo seu genro, assim como o médico que cuidou de Dona Ana Inocência. Outra “conta” encontrada foi com a Casa de São Geraldo Souza Oliveira & Comp., seus itens vão de materiais para fazenda a alimentos, no valor de sessenta e dois mil réis. Todas as dívidas foram pagas pelo genro e a este a inventariada devia 3:820\$892. Também listadas apareciam dívidas contraídas cerca de treze anos antes do falecimento de D. Ana Inocência. Frente a essas dívidas seu genro permaneceu no prejuízo de 1:057\$892.

As fortunas classificadas como muito pequenas com montes de até 1:000\$000, podem ser subdivididas, em duas categorias: com montes de até 200\$000 mil réis e com montes de 201\$000 a 1:000\$000 conto de réis, em virtude de já apresentarem diferenças entre os ativos que as constituíam. As primeiras eram apenas quatro e entre seus bens encontramos alguns alqueires de terra e poucas benfeitorias (casas de vivenda), móveis, jóias modestas, plantação de milho, além de consideráveis dívidas ativas que na maioria dos casos eram responsáveis pelo pequeno monte líquido. Nessa subcategoria encontramos a fortuna do marceneiro João Mathias da Luz. Entre seus bens o ativo “móveis” representava a maior parcela da riqueza, uma vez que todos os seus instrumentos de trabalho foram enquadrados nesse ativo.

A segunda subcategoria das fortunas muito pequenas compreende valores que vão de 201\$000 a 1:000\$000 conto de réis. Nestas, entre os ativos encontramos: terras, benfeitorias, móveis, animais, alguns imóveis urbanos, plantações, poucas dívidas ativas e em um dos inventários encontramos um escravo. Em virtude da diferença entre os ativos dividimos a primeira categoria em duas subcategorias, apenas para demonstrar que havia uma variação de ativos entre os bens. Ressaltamos que todas as fortunas classificadas como muito pequenas são da década de 1880.

Apesar de ser a categoria detentora de maior número de inventários, as fortunas nesse valor não permitiam aos seus donos ter uma vida tranqüila, possuíam poucos bens e ao que parece viviam do trabalho familiar quando ligados a terra, já que o único inventário que apresenta um escravo não possui terras, neste os únicos bens são dois cavalos e um escravo. Provavelmente um escravo de ganho, que com seus préstimos gerava a renda que sustentava seu dono. Kátia Mattoso em seu trabalho para a Bahia avalia que até este nível de fortuna, nunca se estava a salvo de um revés. Uma doença ou falta de trabalho podia reduzir a herança

a dívidas<sup>118</sup>, conforme ocorreu com dois de nossos inventariados. Concordamos com a pesquisadora embora esses valores sejam mais significativos na composição da riqueza para nossa região, totalizando 34% do total de inventários. Dessa forma concluímos que nossa região era mais limitada financeiramente, não apresentava até esse momento um produto que movimentasse com dinamismo a economia, apesar de encontrarmos o ativo café em boa parte dos inventários sua representatividade no montante da fortuna era pequena, assim como a da cana de açúcar, produto que se destacaria na região após a instalação da Usina.

As pequenas fortunas, que variavam de 1:100 a 5:000, apresentavam bens mais diversificados que as duas primeiras e representaram 33% de nossos inventários. Os ativos que mais crescem nesse nível são terras, escravos e plantações. Encontramos 12 proprietários de escravos entre os 39 inventariados desse nível e o valor do ativo “terras” também cresceu consideravelmente. Percebemos uma concentração de atividades rurais nestas fortunas devido à importância das terras no montante das riquezas, bem como dos escravos e das plantações. Atentamos para as dívidas que, nessa situação, aumentaram significativamente. Em 19 inventários encontramos dívidas ativas e em 33 dívidas passivas. Dois inventários em particular chamaram atenção pelo valor de suas dívidas passivas que se aproximava de dez contos. Francisca de Paula Alfenas, que teve seu inventário aberto em 1888 e Leopoldina Anacleto Fernandes, que teve seu inventário aberto em 1883.

As fortunas médias correspondem a 23% dos inventários e seus montes variavam de 5:100 a 15:000. Metade dos inventariados desta faixa eram proprietários de escravos e quando estes não equivaliam ao ativo mais importante, as terras ocupavam seu lugar. As jóias e dinheiro apareciam no arrolamento dos bens e os móveis somavam valores mais altos, que nos outros níveis de fortuna. Outra constatação interessante é que 44,4% dos inventariados das fortunas médias eram proprietários de imóveis urbanos e em alguns casos também eram donos de terras e escravos. Em relação às dívidas existe certo equilíbrio entre as dívidas ativas e passivas. Contudo, tanto o excesso de dívidas, quanto os empréstimos concedidos sem cautela podiam desmantelar essas fortunas. O comerciante Manoel Caetano Ribeiro, possuía uma dívida passiva de aproximadamente 20\$000 contos de réis que comprometeu sua fortuna, pois seu monte líquido, ao final do processo, era de metade do valor da dívida que ele adquiriu.

As grandes fortunas, cujos montes variam de 15:100\$000 a 76:864\$308 representam 13% de nossos inventários e mantiveram-se equilibradas entre as décadas de 1870 e 1880.

---

<sup>118</sup>MATTOSO, *op. cit.* p. 609.

Podemos considerar esses inventariados como ricos por possuírem fortunas consolidadas, sempre observando o contexto em que estavam inseridos. Observamos que nesse nível de classificação das fortunas apenas 3 inventários não possuíam escravos. Um desses casos diz respeito a um processo aberto em julho de 1888 e o outro em 1889, ambos portanto após a abolição. Ou seja, apenas um deles de fato não apresentava escravos entre os bens arrolados. Nesses plantéis observamos uma média de sete cativos. Nesse nível encontra-se o maior plantel encontrado entre todos os inventariados: vinte escravos. Esses dados indicam que esses indivíduos já podiam adquirir um número mais significativo de escravos, tornando a mão de obra cativa em sua unidade produtiva mais recorrente.

Podemos afirmar que, esses inventariados já considerados por nós como homens ricos em virtude do contexto da região, estavam associados a atividades rurais, uma vez que escravos, terras, animais, colheitas e benfeitorias, perfaziam a maior parte do montante de suas fortunas. Vale considerar que alguns deles possuíam também imóveis urbanos, nos fazendo acreditar que apesar de estarem majoritariamente voltados para as atividades agrárias, poderiam também optar por uma moradia na cidade ou mesmo por alugarem esses imóveis. O inventário de Maria Carolina do Nascimento Berrout, foge do perfil dos demais inventariados, uma vez que, grande parte dos seus bens parecem estar relacionados ao comércio. Tal suposição se baseia no fato de aparecerem descritos muitos itens repetidos, dentre os quais destacam-se: peças de diferentes tecidos, sapatos, chapéus, lenços, botões, fechaduras, rédeas, doces, vinhos, fósforos, dentre outros. Além disso, possuía muitas dívidas passivas e uma boa quantia em dinheiro indicando que a mesma era proprietária de algum armazém e como possuía um sobrado na cidade, o estabelecimento comercial provavelmente situava-se na parte térrea deste.

Uma curiosidade sobre a inventariada Maria Carolina do Nascimento Berrout, que se dedicava exclusivamente ao comércio, falecida em 1870, detentora na ocasião de sua morte de um monte-mor de mais de 21 contos de reis, deixou dois herdeiros, Julio Francisco Berrout, seu marido e inventariante e D. Clara Maria de Jesus sua mãe. Descontando as dívidas, cada um de seus herdeiros recebeu a quantia de aproximadamente 5 contos de réis. Analisando os documentos da década seguinte encontramos o inventário de Julio Francisco Berrout, que faleceu em outubro de 1883. Este havia se casado novamente com Magdalena Nargele Berrout e deixado um filho recém-nascido que ainda não havia sido batizado. A investigação desse inventário nos permitiu constatar que o inventariado continuou se dedicando exclusivamente ao comércio após o falecimento de sua primeira esposa. Entretanto possuía em 1883 um monte mor consideravelmente menor que não chegava a 1 conto de réis.

Entre as grandes fortunas havia quatro que se destacavam do restante pois seus montes ultrapassavam a quantia de 50:000\$000 atingindo a marca de 76:864\$308, limite que indica a maior fortuna encontrada em nosso conjunto de documentos. São fortunas ainda mais sólidas que as demais. Esses proprietários dificilmente deixariam seus herdeiros em más condições, embora em dois casos os inventariados tivessem 10 filhos, indicando uma partilha por mais herdeiros que geraria fortunas bem menores. Nesses inventários encontramos: dinheiro, jóias, apólices e dívidas ativas altas, em um dos casos ultrapassando 25:000\$000 contos. Pensando nas fortunas encontradas em nossa análise apenas 5% alcançaram fortunas com valores superiores a esse. Esses quatro homens e mulheres mais ricos de nosso universo possuíam em comum o cultivo de café como cultura predominante em suas lavouras. Em comum também a importância da terra, das benfeitorias, plantações e animais no total dos seus bens. Além dessa proximidade com o meio rural, esses indivíduos possuíam também bens imóveis, ressaltando o contato com o mundo urbano. Conforme mencionamos anteriormente é possível que tivessem duas residências, uma na fazenda e outra na cidade. Quando esse não fosse o caso, certamente os imóveis estariam alugados engrossando a renda desses homens. Todos eram proprietários de escravos, e possuíam plantéis médios.

Quanto às grandes fortunas podemos concluir que seus proprietários estavam associados ao meio rural, já que, mais da metade deles dedicavam-se ao cultivo de café ainda que não exclusivamente. Assim como em regiões onde o café era produzido em larga escala e para a exportação, em Visconde do Rio Branco, os quatro homens mais ricos (aqueles com fortunas consolidadas) tinham a cafeicultura como fonte de renda principal e estavam estritamente ligados ao meio rural, eram proprietários de escravos e possuíam os maiores plantéis. Devemos considerar a importância da mão de obra escrava na produção cafeeira, mesmo que em uma região onde a importância desse ativo na economia não é majoritária. Observamos também que as grandes fortunas concentravam a maior parte do valor total dos inventários, portanto visto que as atividades exercidas por esses homens eram predominantemente ligadas ao meio rural podemos concluir que as atividades agrícolas e criatórias eram responsáveis pela maior parte da riqueza total de Visconde do Rio Branco, representante da região central da zona da mata em nosso estudo.

A seguir apresentamos a concentração total de renda por níveis de fortuna. Nesta análise percebemos que embora o número de inventários seja maior nas pequenas fortunas e vá diminuindo até as grandes fortunas, o inverso ocorre com representação do valor das mesmas no total das fortunas que vai aumentando até atingir as grandes fortunas num valor que supera o total das demais.

**TABELA 6 - Concentração da riqueza por nível de fortuna entre os inventariados de Visconde do Rio Branco – 1870 a 1889**

Tamanho das fortunas	Total de inventários	%	Monte Mor total (contos de réis)	%
Muito pequenas ( até :1:000)	40	34	18:795,426	2,2
Pequenas (1:100 a 5:000)	39	33	103:882,896	12,4
Médias (5:100 a 15:000)	27	23	243:971,865	29,2
Grandes ( acima de 15:100)	13	11	469:498,688	56,2

**Fonte:** Inventários *post-mortem* do Fórum de Visconde do Rio Branco

Observamos uma enorme concentração da riqueza nas grandes fortunas, que são responsáveis por 56,2% do total da riqueza, embora o número de inventários seja em torno de 89% inferior a soma dos inventários para as demais fortunas. Em contrapartida as fortunas muito pequenas são responsáveis por apenas 2,2% da riqueza total apesar de compreenderem 34% do total de inventários. Notamos que nas mãos de uma minoria estavam concentradas as maiores fortunas que eram responsáveis por deterem mais da metade da riqueza da região. Cabe agora investigar qual a importância de cada ativo na composição da riqueza para as fortunas muito pequenas, pequenas, médias e grandes. Assim como a distribuição da riqueza entre os níveis de fortuna para cada uma das décadas estudadas a fim de verificar se existiria uma continuidade do perfil encontrado na análise geral.

Observamos que a inexistência de fortunas muito pequenas na década de 1870, apoiando nossa teoria inicial que prevê um empobrecimento da população ao longo da década de 1880 assim como o fácil acesso dos mais pobres a abertura de inventários. As pequenas fortunas também estavam majoritariamente associadas à década de 1880, entretanto o monte mor médio a partir desse nível de fortuna foi sempre maior em 1870. Indicando durante a década de 70 que os inventários tanto nas pequenas, médias ou grandes fortunas eram mais expressivos. No entanto, a representatividade das fortunas médias tendeu a um equilíbrio se compararmos a porcentagem dessas nas décadas de 1870 e 1880 e mesmo o monte mor médio nesse período apresentou uma diferença menor que nos demais níveis de fortuna. Indicando que as fortunas médias se mantiveram tanto na década de 1870 quanto na de 1880, sem maiores alterações. Ao contrário das fortunas muito pequenas, pequenas e grandes que ganharam maior representatividade na década de 1880, embora seu monte mor médio seja inferior se comparado a década anterior. Percebemos que, mesmo os homens muito ricos, empobreceram de uma década para outra diante da análise da média do monte mor, ao passo

que, os muito pobres começaram a aparecer nesse período. Enquanto as fortunas médias se mantiveram equilibradas.

**TABELA 7 - Concentração da riqueza por nível de fortuna e período entre os inventariados de Visconde do Rio Branco**

Nível de fortuna	Década de 1870			Década de 1880		
	Total de inventários	Monte Mor Médio (contos de réis)	% total	Total de inventários	Monte Mor Médio (contos de réis)	% total
Muito pequenas	0	-	-	40	469,886	100
Pequenas	6	3:261,080	18,8	33	2:555,043	81,2
Médias	11	9:248,078	41,7	16	8:890,188	58,3
Grandes	4	41:285,080	35,2	9	3:3817,600	64,8

**Fonte:** Inventários *post-mortem* do Fórum de Visconde do Rio Branco

Para delinear o perfil de cada nível de fortuna iremos adiante analisar efetivamente a participação dos ativos na composição das fortunas. Voltaremos nossa atenção especialmente para as terras e os escravos.

Observamos que as fortunas muito pequenas e pequenas têm as terras como o elemento mais importante na composição da riqueza. Nestas duas faixas, a terra corresponde a aproximadamente 50% do valor total da riqueza possuída. De duas a três décadas haviam se passado desde a “Lei de Terras”, decretada em 1851 e elaborada no ano anterior, que previa a aquisição de terras apenas pela compra<sup>119</sup>. E por isso, as terras configuravam como o ativo mais importante nas fortunas muito pequenas e pequenas. Outro elemento importante para a economia agrícola eram os animais, contudo o valor desses nas fortunas muito pequenas era superior a participação dos escravos, tanto que nas fortunas muito pequenos temos apenas um proprietário de escravos. Lina Rosa de Souza, cujo inventário foi aberto em 1884, possuía um escravo de 13 anos de nome Pedro, que foi avaliado em 500\$000 mil réis. Entre as pequenas fortunas encontramos apenas plantéis pequenos, exceto um médio, com 12 escravos, avaliados em 5:500\$000. Nesse caso, percebemos que somente o valor do plantel excede o limite das pequenas fortunas, mas novamente enfatizamos que, classificamos as fortunas baseados no monte mor líquido, que é a soma de todos os bens subtraída das dívidas. Nesse caso a inventariada Leopoldina Anacleto Fernandes, senhora desses escravos, não possuía terra entre seus bens, apenas algumas jóias, móveis, alimentos, animais, escravos e dívidas

<sup>119</sup> CARDOSO DE MELLO, *op. cit.* p.82.

ativas sendo, entretanto, suas dívidas passivas bem elevadas. Dessa situação concluímos se tratar de um indivíduo que não utilizava a mão de obra no trabalho agrícola, visto que não possuía terras, pode ser que alugasse esses escravos para outras fazendas ou para trabalhos na cidade, isso explicaria sua dívida ativa.

Concluímos que nas fortunas muito pequenas e pequenas o valor das terras constitui a parte mais importante da riqueza, seguido pelos imóveis nas muito pequenas, revelando além dessa forte ligação com o mundo rural, a escassez de trabalho escravo que pode indicar a presença de uma mão de obra familiar. Também é possível pensar numa ligação desses muito pobres com atividades urbanas, como comércio e “ofícios mecânicos” tais como: ferreiro e marceneiro, por exemplo, duas ocupações que conseguimos visualizar em nossas fortunas muito pequenas. Ângelo Carrara, para seu estudo sobre estruturas agrárias na Zona da Mata, afirma que os negociantes (incluindo os mais humildes, os tropeiros) e os oficiais mecânicos (carpinteiros, sapateiros, ourives, ferreiros, latoeiros, alfaiates, etc) moravam em residências vilarejas<sup>120</sup>.

Já nas médias e grandes fortunas a terra, apesar de ser o elemento mais representativo do total da riqueza, não constitui mais de 50% da mesma. A terra perde importância na medida em que os escravos ganham. Interessante que a representatividade dos escravos é maior nas fortunas médias. O perfil desse nível de fortuna no que se refere às terras e escravos seria o esperado para as grandes fortunas, entretanto nessas, a representatividade do escravo cai em pelo menos 10%. Estariam os grandes proprietários mais receosos com esse tipo de investimento? Podemos dizer que sim se pensarmos que na década de 1870 a participação desse ativo nas grandes fortunas era de aproximadamente 13% maior do que na década seguinte, indicando um receio dos homens mais ricos em investirem nesse elemento.

Fica claro também que à medida que o nível de fortuna aumentava era possível diversificar a fonte de renda, enquanto nas fortunas muito pequenas e pequenas a terra e as atividades associadas a elas como: colheitas e animais, eram os ativos mais importantes, exceto pelos imóveis que ocupam o segundo lugar em importância para as fortunas muito pequenas. As grandes fortunas apresentavam uma riqueza mais diversificada, possuindo a terra como ativo mais importante, as dívidas ativas, as apólices e os escravos também se destacavam.

As dívidas ativas evoluem de acordo com o nível de fortuna atingindo o ápice de participação nas grandes fortunas, enquanto as apólices estão quase exclusivamente

---

<sup>120</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo**. *op. cit.* p.42.

relacionadas às grandes fortunas. As atividades comerciais embora presentes em quase todos os níveis de fortuna se destacam nas grandes fortunas.

A participação das colheitas é maior nas fortunas muito pequenas e nas grandes. Fato que se justifica em virtude da importância das terras nesse nível de fortuna que, quando relacionadas às colheitas, podem indicar uma produção de subsistência nessas pequenas unidades, pautadas exclusivamente na mão de obra familiar, uma vez que apenas um inventário nesse nível de fortuna, possuía um escravo arrolado entre seus bens sendo este de apenas 13 anos de idade.

Já nas grandes fortunas, entendemos que as terras eram mais produtivas e geralmente estavam associadas ao cultivo do café. Nossas próximas análises incluirão a verificação da participação da cafeicultura nos diversos níveis de fortuna estabelecidos em nosso trabalho.

Acreditamos que nas fortunas muito pequenas as roças de milho, feijão ou arroz, tenham sido mais importantes, ao contrário do que pensamos ter ocorrido nas grandes fortunas, onde a participação do café foi mais consistente, até mesmo em virtude da mão de obra escrava presente nessas unidades produtivas. Enquanto nas fortunas muito pequenas encontramos a presença de plantações ou colheitas de milho em dez inventários, apenas oito estão relacionados ao café que provavelmente era para consumo próprio, já que, a média desse elemento nesse nível de fortuna seria de 54\$075 réis. Enquanto nas grandes fortunas, 7 dos 13 inventários, possuem relação com o café e a média de participação desse ativo nesse nível de fortuna é de 2:722\$154. Nas grandes fortunas 4 desses 7 inventários apresentam a cultura do milho que era plantado entre os cafezais.

Segundo Carrara, a região central teve sua paisagem rural dominada até a década de 1840, pelas lavouras de milho, feijão, cana e arroz. Entretanto, a partir dessa data, os cafezais começam a surgir em ritmo acelerado. A partir de meados da década de 50, o café tende a superar os demais gêneros agrícolas, exceto o milho. O autor também encontrou registros que evidenciam o consorcio de culturas, especialmente milho e feijão entre os cafezais<sup>121</sup>.

---

<sup>121</sup> *Idem*, p.44.

**TABELA 8 - Participação dos ativos por níveis de fortunas 1870 a 1889**

Ativos	Muito peq.	%	Peq.	%	Méd.	%	Gds	%
Terras	18:573,100	51,0	71:602,037	51,2	112:825,437	39,0	193:042,600	38,2
Dinheiro	48,260	0,1	2:470,000	1,8	465,200	0,2	3:890,240	0,8
Jóias	211,000	0,6	491,000	0,4	869,150	0,3	1:630,500	0,3
Móveis	2:003,240	5,5	3:463,870	2,5	7:701,990	2,7	4:635,480	0,9
Imóveis	4:990,000	13,7	3:154,000	2,3	10:955,000	3,8	27:770,000	5,5
Colheitas	2:413,000	6,6	5:063,000	3,6	12:466,400	4,3	40:029,000	7,9
Animais	4:566,000	12,5	10:763,000	7,7	15:175,000	5,2	18:566,500	3,7
Escravos	500,000	1,4	23:795,000	17,0	77:470,000	26,8	84:846,750	16,8
Dívidas Ativas	2:386,183	6,6	18:906,473	13,5	45:001,405	15,6	86:041,009	17,0
Comércio	726,909	2,0	0,000	0,0	6:267,114	2,2	27:509,554	5,4
Apólices	0,000	0,0	250,000	0,2	0,000	0,0	17:444,990	3,5

Fonte: Inventários *post-mortem* do Fórum de Visconde do Rio Branco

Os escravos estão presentes em todos os níveis de fortuna, entretanto, eram maioria nas grandes, ainda que nas médias tivessem uma participação mais importante. Nas grandes fortunas, como observamos, os elementos formadores da fortuna eram mais variados, por isso as terras e os escravos dividem sua importância com outros ativos como: dívidas, colheitas, comércio, apólices e animais. Pela análise da média de escravos por unidade, observamos que as grandes fortunas podiam contar com a mão de obra escrava mais que as unidades classificadas em fortunas médias.

**TABELA 9 - Média de escravos por nível de fortuna entre os inventariados de Visconde do Rio Branco – décadas de 1870 e 1880**

Média de	Muito pequenas	Pequenas	Médias	Grandes
Escravos	1	1,2	4,2	7,5

Fonte: Inventários *post-mortem* do Fórum de Visconde do Rio Branco

**TABELA 10 - Participação dos ativos por níveis de fortunas em 1870 e 1880**

Ativos	1870								1880							
	Muito Pequena	%	Pequena	%	Média	%	Grande	%	Muito Pequena	%	Pequena	%	Média	%	Grande	%
Terras	-	-	5:007,000	25,4	42:958,687	32,4	42:390,000	22,9	18:573,100	51,0	66:595,037	55,4	69:866,750	44,7	150:652,600	47,0
Dinheiro	-	-	0,000	0,0	78,000	0,1	1:365,000	0,7	48,260	0,1	2:470,000	2,1	387,200	0,2	2:525,240	0,8
Jóias	-	-	0,000	0,0	296,000	0,2	718,500	0,4	211,000	0,6	491,000	0,4	573,150	0,4	912,000	0,3
Móveis	-	-	684,950	3,5	4:776,970	3,6	1:084,500	0,6	2:003,240	5,5	2:778,920	2,3	2:925,020	1,9	3:550,980	1,1
Imóveis	-	-	3:094,000	15,7	8:455,000	6,4	13:720,000	7,4	4:990,000	13,7	60,000	0,0	2:500,000	1,6	14:050,000	4,4
Colheitas	-	-	1:436,000	7,3	4:451,400	3,4	10:290,000	5,6	2:413,000	6,6	3:627,000	3,0	8:015,000	5,1	29:739,000	9,3
Animais	-	-	1:878,000	9,5	7:019,000	5,3	5:653,000	3,1	4:566,000	12,5	8:885,000	7,4	8:156,000	5,2	12:913,500	4,0
Escravos	-	-	4:100,000	20,8	41:650,000	31,4	46:750,000	25,3	500,000	1,4	19:695,000	16,4	35:820,000	22,9	38:096,750	11,9
Dívidas Ativas	-	-	3:516,030	17,8	16:818,322	12,7	34:109,727	18,5	2:386,183	6,6	15:390,443	12,8	28:183,083	18,0	51:931,282	16,2
Comércio	-	-	0,000	0,0	6:267,114	4,7	27:509,554	14,9	726,909	2,0	0,000	0,0	0,000	0,0	0,000	0,0
Apólices	-	-	0,000	0,0	0,000	0,0	1:244,990	0,7	0,000	0,0	250,000	0,2	0,000	0,0	16:200,000	5,1

**Fonte:** Inventários *post-mortem* do Fórum de Visconde do Rio Branco

Analisando a evolução das fortunas constatamos inicialmente a inexistência de fortunas muito pequenas na década de 1870. Esse nível de fortuna foi registrada em sua totalidade na década de 1880. Conforme reflexões anteriores, esta situação pode indicar a tendência dos mais pobres procurarem o cartório para abertura de inventários em virtude da facilidade propiciada pela abertura dessa instituição na cidade nessa década. Além disso, pode também sugerir um empobrecimento da população.

Nas pequenas fortunas a participação dos imóveis concentrou-se em sua quase totalidade na década de 1870, mais um reflexo do empobrecimento da população que pode indicar a ruralização. Ao longo do tempo a necessidade de mão de obra pode ter levado a população mais pobre a migrar para o campo encorpendo a mão de obra camponesa e aos poucos substituindo a mão de obra escrava. Considerando que a participação da mão de obra escrava é bem maior na década de 1870 e as atividades comerciais inexistem para esse nível de fortuna em 1880.

Embora a participação da terra cresça de 1870 para 1880 nas pequenas fortunas, percebemos a redução na participação das colheitas e dos animais de uma década para outra. Esse fato é reflexo do aumento do número de inventários, a participação desses ativos pode ter aumento, mas a média de participação dos mesmos não, pois esses ativos serão divididos por um número maior de inventários na década de 1880. As dívidas permanecem equilibradas ao longo do período.

As fortunas médias apresentam um perfil diferente das demais. Nestas, a maioria dos ativos apresenta um equilíbrio na representação de seus valores no período. As maiores variações são nos imóveis e nos escravos ambos têm seu valor reduzido em 1880.

Nas grandes fortunas esse equilíbrio se mantém para alguns ativos, entretanto outros ganham importância como o caso das apólices que ganham força na década de 1880 e dos escravos que perdem força nessa mesma década.

O perfil da sociedade traçado a partir da análise dos inventários nos revela a presença de muitos homens pobres e poucos homens ricos. E mesmo esses homens ricos em Visconde do Rio Branco não podem ser considerados dessa forma, quando comparamos com regiões com Juiz de Fora. Rita Almico encontrou para década de 1880 inventários com fortunas superiores a 200:000 contos de réis, já em Visconde do Rio Branco o maior inventário não ultrapassou a casa dos 70:000 contos de réis<sup>122</sup>.

---

<sup>122</sup> ALMICO, *op. cit.* p.73.

## 2.4 – Composição da mão de obra:

A partir do século XIX, os variados processos de ocupação territorial são responsáveis por determinar a maior ou menor participação da população escrava no conjunto total da população dos municípios<sup>123</sup>. A zona da Mata central compreendida basicamente pelo Rio Pomba apresentou a maior concentração de população indígena. Conforme abordamos no primeiro capítulo a ocupação da região central foi realizada basicamente por homens com poucos recursos e, conseqüentemente, poucos escravos. Concluímos que a população da região foi constituída essencialmente por migrantes das regiões periféricas das minas e indígenas sedentarizados. Nossa análise da ocupação territorial dessa região, esboçada no capítulo 1, permitiu essa averiguação.

Contudo apesar dessa conjuntura desfavorável a historiografia aponta a existência de propriedades escravistas, como a de Antônio Januário Carneiro (1778-1828) que em 1821, mantinha nas imediações de Ubá um engenho para produção de aguardente com trinta escravos e dois empregados<sup>124</sup>. A seguir analisaremos qual a dimensão e como era feita a utilização da mão de obra escrava na região.

Diante da análise da ocupação dessa localidade percebemos que a região pode ser caracterizada como formada principalmente por uma população camponesa, pautada na produção familiar<sup>125</sup>. Ângelo Carrara trabalha a utilização do termo camponês e chama a atenção para algumas condições básicas para seu uso apropriado: autonomia da gestão da unidade produtiva; gestão essencialmente, mas não exclusivamente, familiar da unidade de produção; economia de subsistência fundamental, mas não exclusiva e modo material de produção de baixo nível técnico<sup>126</sup>. Acreditamos que a utilização desse conceito seja apropriada para a sociedade estudada, visto que, a análise dos inventários constatou elementos semelhantes aos que são descritos por Carrara. Encontramos pequenos proprietários dependentes majoritariamente da mão de obra familiar, embora eventualmente, agregassem escravos ou trabalhadores livres, produzindo para atender as suas necessidades de subsistência, sem contudo, excluir a possibilidade do abastecimento de um modesto comércio

---

<sup>123</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo.** *op. cit.* p. 14.

<sup>124</sup> *Idem*, p.18.

<sup>125</sup> *Idem*.

<sup>126</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **Camponês: uma controvérsia conceitual.** p. 50. *In:* MOTTA, Márcia; OLINTO, Beatriz Anselmo; OLIVEIRA, Oséias de (Org.). **História agrária: propriedade e conflito.** Paraná: UNICENTRO, 2008.

local e com a utilização de recursos de baixo nível técnico, haja vista os precários instrumentos agrícolas descritos nos inventários.

Mesmo que a mão de obra escrava fosse utilizada desde o início da ocupação conforme observamos, não representava maioria nem no início do século XIX e tampouco no período por nós levantado. Na lisa nominativa de 1821, 73% dos fogos listados não possuíam escravos e 16,2 % possuíam até 3 escravos<sup>127</sup>. Característica que permanece em Visconde do Rio Branco nas décadas de 1870 e 1880, onde grande parte dos inventários listados não possuía escravos ou os tinham em número reduzido.

Para o estudo dos escravos, abandonaremos do nosso conjunto de inventários que totalizam 119, os 11 referentes ao ano de 1889 e os 08 abertos após 13 de maio de 1888, data que marca o fim da escravidão. Desse modo, verificamos que dos 100 inventários analisados 56 não possuíam escravos. Como já havíamos constatado através do estudo dos ativos, o número de escravos para a região é bastante reduzido. Apenas 6 proprietários eram possuidores de plantéis superiores a 10 cativos.

Para a década de 1870 a posse de escravos era mais difundida sendo apenas 4 os inventariados que não possuíam cativos. Para a década seguinte até o ano de 1888, que assinala o fim da escravidão, levantamos 79 inventários dos quais 52 não possuíam escravos. Mais uma vez voltamos a questão do empobrecimento da população que vem acentuando-se ao longo da década de 1880. Essa situação pode indicar que os proprietários da região ao sentirem a aproximação do fim do sistema escravista, buscaram outros investimentos. Especialmente aqueles que tinham um número menor de cativos, pois percebemos que o número de proprietários com apenas um cativo também diminui proporcionalmente. Tal situação não foi exclusiva deste grupo, observamos também a diminuição na participação do ativo “escravos” das médias para as grandes fortunas, assim como observamos uma diversificação na distribuição da riqueza nas grandes fortunas. Não podemos perder de vista que haviam outras formas de mão de obra disponíveis na região, que em certa medida, competiam com a mão de obra escrava. Especialmente considerando o histórico de ocupação dessa localidade e a constituição de sua população,

Os números também indicam a predominância dos pequenos plantéis e das propriedades sem escravos na região. Dentre os 100 inventários analisados no período que vai de 1870 a 1889, 25 apresentavam plantéis com até 05 cativos e 56 não possuíam escravos. Indicando que 81% dos inventariados se enquadram na definição de camponês de Sônia

---

<sup>127</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo.** *op. cit.* p. 18.

Souza. A pesquisadora ao utilizar o termo camponês estabelece o número máximo de cinco cativos como força adicional a mão de obra familiar.

Considero camponês aquele que possuía qualquer tipo de vínculo com a terra, sendo seu proprietário legal ou não, cuja produção agrícola, destinada à reprodução de sua unidade produtiva e ao abastecimento do mercado interno, se assentava principalmente na força de trabalho familiar. No entanto, não descarto a possibilidade de utilização de uma força de trabalho adicional, podendo ser ela constituída por trabalhadores livres e posse de alguns poucos escravos. Neste caso, adoto como parâmetro a propriedade de, no máximo cinco cativos, independente de serem ou não aptos ao trabalho<sup>128</sup>.

Ao analisarmos nossos dados percebemos que entre os não proprietários e os proprietários de menos de 5 cativos apenas 4 não estavam ligados a terra ou a criação de animais, ou seja, num universo de 81 inventários, apenas 5 não estavam ligados a atividades necessárias para serem considerados camponeses. Desse modo, podemos concluir que, pelo menos 77 de nossos homens enquadram-se na classificação proposta por Sônia Souza, a qual utilizaremos, em função de sua aplicabilidade.

A mão de obra familiar certamente predominou na região do atual município de Visconde do Rio Branco e os números obtidos através dos inventários nos permitem essa verificação. Cabe lembrar também que grande parcela dos homens pobres não deixou registros por não ter bens a legar e, portanto, não são encontrados nos inventários.

Com os números que temos, tentaremos perceber o comportamento dessa parcela da população. Para a década de 1870, quatro inventários não possuíam escravos. Todos eram proprietários de terras, imóveis e animais. Entre os animais, os suínos e os bovinos aparecem em maior quantidade, o que pode indicar uma criação destinada a atender as necessidades familiares.

O trabalho familiar certamente foi importante nessas unidades. Atentamos ao fato de dois desses quatro inventariados que possuíam terras, terem um número considerável de filhos. Maria Vicência de Jesus e Rita Rosa de Miranda, ambas casadas, tinham respectivamente 9 e 8 filhos, a maioria deles em idades produtiva, e possivelmente importantes na manutenção dessas unidades produtivas.

Outro fator interessante pode ser observado no inventário de Maria Gertrudes de Jesus, casada e sem filhos, que apresenta o maior monte-mor entre aqueles que não tinham escravos. Apesar de possuir terras elas eram em geral pastos, indicando uma necessidade menor de mão de obra, acreditamos que se dedicava a criação de animais, encontramos 10

---

<sup>128</sup> SOUZA, Sonia M. de. **A presença camponesa em uma região agroexportadora - Juiz de Fora (1870-1888)**. Revista Eletrônica de História do Brasil, Juiz de Fora, v. 6, n. 2, p. 145-167, 2004.

cabeças de gado entre seus bens... Nesse caso a inventariada não poderia recorrer ao trabalho familiar, já que, não tinha filhos e possivelmente apenas o marido não fosse capaz de realizar todo trabalho, frente a essa situação o mais provável é que recorresse ao trabalho assalariado. Além disso, 13,2% de sua riqueza era referente a uma casa no Presídio

Para a década de 1880, encontramos 52 inventários que não possuíam escravos e apenas 4 deles não possuíam vínculo com terras, animais ou criação de animais. Portanto, pelos menos 48 inventariados na década de 1880 podem ser considerados como propriedade de camponeses de acordo com Sônia Souza. Entendemos que, na medida em que há um empobrecimento da região, a população camponesa cresce. Por outro lado, não podemos precisar se ela já existia e ainda não havia sido revelada, em virtude da inexistência de inventários com fortunas muito pequenas na década de 1870 e do número reduzido das pequenas fortunas na mesma década.

Não podemos perder de vista a existência de mão de obra camponesa também em localidades onde a mão de obra escrava é predominante, Sonia Souza trabalha a presença da mão de obra camponesa em Juiz de Fora. Ela analisou as unidades produtivas que não apresentaram escravos no período de 1870 a 1888, e constatou que dos 192 inventários pesquisados 79 não apresentaram escravos, ou seja, aproximadamente 41%<sup>129</sup>. Ao pesquisar o mesmo período para Visconde do Rio Branco, verificamos que dos 100 documentos analisados 56 não eram proprietários de escravos, ou seja, aproximadamente 56%. Essa pequena comparação nos permite destacar a predominância do trabalho camponês no atual município de Visconde do Rio Branco na região de central da Mata e também a relevância dessa mão de obra em uma região onde a presença de cativos era maciça.

Na localidade de Visconde do Rio Branco devido ao seu processo histórico de ocupação o número de cativos foi ínfimo se compararmos com Juiz de Fora.

Na região central a população indígena ao abrir mão da totalidade da terra que habitavam e sedentarizar-se, recebia por família 100 hectares de terras<sup>130</sup>. Alguns desses índios conseguiam de alguma forma estabelecer um padrão familiar na produção agrária, entretanto, muitos, devido à tendência nômade acabavam tornando-se agregados em algumas fazendas, situação que promovia um processo de aculturação.

---

<sup>129</sup> SOUZA, Sônia Maria. **Terra, família, solidariedade...:estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870-1920)**. Bauru: EDUSC, 2007. p.125.

<sup>130</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo**. *op. cit.* p. 17.

Buscaremos traçar um perfil da força de trabalho escrava, estudando sua composição, avaliando em que tipo de propriedade aparece com mais frequência e no capítulo seguinte associá-la à expansão da produção cafeeira na região central.

De acordo com o censo de 1872, se consideramos a população escrava em relação à totalidade da população concluiremos que em Juiz de Fora a população escrava era 2,5 vezes superior a de São João Batista do Presídio.

**TABELA 11- Comparação entre percentual da população escrava em Juiz de Fora e São João Batista do Presídio - 1872**

	População Total	População Escrava	
		N.Absolutos	%
<b>São João Batista do Presídio</b>	6078	899	14,8
<b>Juiz de Fora</b>	18775	7171	38,2

Fonte: Biblioteca do IBGE. Recenseamento Geral de 1872.

Esses dados indicam que a população escrava em Juiz de Fora nesse período era maior que toda população da região de São João Batista do Presídio, informação que ilustra a dimensão populacional do município e justifica de certa forma, o número de inventários reduzidos para o período estudado se compararmos com Juiz de Fora. Para essa análise consideraremos grandes, os plantéis com número superior a dez cativos. Lembrando que 56% dos inventariados não eram proprietários de escravos.

**TABELA 12 - Tamanho dos plantéis em Visconde do Rio Branco – 1870-1888**

Tamanho dos Plantéis	1870-1888		1870-1879		1880-1888	
	NºAbs.	%	NºAbs.	%	NºAbs.	%
Sem escravos	56	56	4	19	52	66
Pequenos (1 a 5 escravos)	25	25	9	43	16	20
Médios (6 a 10 escravos)	13	13	5	24	8	10
Grandes (Mais de 10 escravos)	6	6	3	14	3	4

Fonte: Inventários *post-mortem* do Fórum de Visconde do Rio Branco

O levantamento feito através dos inventários demonstra um número reduzido de grandes plantéis na região de Visconde do Rio Branco, o maior plantel encontrado em nossa pesquisa é composto por 20 escravos, já para a região de Juiz de Fora, Rita Almico encontrou plantéis com mais de 200 escravos para o mesmo período. É o caso, por exemplo, das propriedades da Baronesa de Três Ilha e da Baronesa Santana<sup>131</sup>. Mais um dado que reforça a nossa teoria de que a região do Presídio foi em sua maioria formada por mão de obra camponesa, já que esta se fazia presente mesmo em Juiz de Fora, uma região com plantéis tão extensos.

De acordo com o censo, a desigualdade entre os sexos para os escravos é acentuada para a região de Juiz de Fora, enquanto que para São João Batista do Presídio esses números são reduzidos. Em Juiz de Fora o número de homens é de 4220 e de mulheres 2951. Já em São João Batista do Presídio esses números são 490 e 409 respectivamente.

Para região de São João Batista do Presídio, pesquisamos 100 inventários no período de 1870 a 1888, nestes encontramos 257 escravos, onde o número de homens era 144 e o de mulheres de 113, portanto a razão de masculinidade (número de homens dividido pelo número de mulheres e multiplicado por 100) é de 127. Próximo ao que encontraríamos se fizéssemos o mesmo processo com os dados do censo de 1872, nesse caso a razão de masculinidade seria de 122. Notamos certo equilíbrio entre os sexos nessa região que tende a se acentuar nos anos finais de escravidão.

**QUADRO 5 - Distribuição dos cativos por sexo**

	1870-188		1870-1879		1880-1888	
	NºAbs.	%	NºAbs.	%	NºAbs.	%
<b>Homens</b>	144	56	58	57	86	55
<b>Mulheres</b>	113	44	44	43	69	45

**Fonte:** Inventários *post-mortem* do Fórum de Visconde do Rio Branco

A razão de masculinidade pode dar indícios sobre a origem desses escravos, para isso analisaremos o contexto nacional. O ano de 1850 assinala o fim do tráfico internacional. Após esta data, a historiografia aponta um deslocamento da população escrava para atender a demanda, inicialmente no próprio município e, posteriormente, vindos de regiões onde a produção estava em declínio e essa força de trabalho já não era primordial. É possível observar um considerável movimento de escravos dos distritos mais pobres para os mais

<sup>131</sup> ALMICO, *op. cit.* p. 72-73.

ricos<sup>132</sup>. Especialmente em regiões onde a produção cafeeira estava em expansão, como Juiz de Fora. Rômulo Andrade esclarece que Juiz de Fora importava mão de obra de outros municípios da Zona da Mata, de outras regiões de Minas e de outras províncias. Dessa forma, o crescimento da população cativa nas regiões mais ricas foi em função do tráfico interno e não por um crescimento natural<sup>133</sup>. Ressaltamos que a região de Visconde do Rio Branco não era uma dessas regiões ricas que demandava mão de obra escrava, tampouco os homens inventariados poderiam desprender quantias tão elevadas para adquirir escravos. Especialmente à medida que a abolição se aproximava, uma vez que a promulgação de várias leis tornava o investimento em escravos ainda mais desinteressante, como a Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários.

Outro fator indicador que em Visconde do Rio Branco o tráfico interprovincial não foi uma realidade é a análise da masculinidade. Observamos certo equilíbrio entre os sexos por todo o período analisado. E como sabemos a preferência na aquisição de cativos era por homens devido à maior aptidão para o trabalho na lavoura, e nossa análise não indica uma grande predominância masculina nos plantéis dessa região. A reprodução vegetativa pode ter sido responsável pela manutenção dos plantéis, já que o número de escravos com a idade inferior a 12 anos ou que não tiveram a idade descrita, mas constam como ingênuos é de 45, representando aproximadamente 18% do total de escravos. Outra possibilidade é a circulação desses escravos através de processos de compra e venda dentro da própria região. Esse processo é inverso do que ocorreu na região de Juiz de Fora, que necessitava de cativos e por isso os proprietários precisaram encontrar uma nova forma de adquiri-los, através do tráfico intermunicipal.

**TABELA 13 - Variação do sexo de acordo com o tamanho dos plantéis**

Tamanho dos Plantéis	1870-1888			
	Homens	%	Mulheres	%
Pequenos (1 a 5 escravos)	42	29	32	28
Médios (6 a 10 escravos)	56	39	42	37
Grandes (Mais de 10 escravos)	46	32	39	35

Fonte: Inventários *post-mortem* do Fórum de Visconde do Rio Branco

<sup>132</sup> ANDRADE, Rômulo. **Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, séc. XIX.** Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo. 1995, p.85.

<sup>133</sup> CASTRO, Hebe M. Mattos. **Laços de Família e direitos no final da Escravidão.** In: ALENCASTRO, Luís Felipe. **História da Vida Privada no Brasil.** V. 2, p.343-345.

Em relação ao tamanho dos plantéis verificamos que o número de homens é maior nos pequenos, médios e grandes plantéis, indicando a possibilidade de utilização desses na agricultura e na de manutenção das unidades produtivas. Dos 257 escravos encontrados em nossa pesquisa para apenas 47 conseguimos informações sobre a profissão, são elas: serviços domésticos, roceiro (a) ou lavoura, cozinheira, costureira e pajem. Nesses inventários as mulheres aparecem identificadas em sua grande maioria como cozinheiras e destinadas aos serviços domésticos, embora algumas trabalhassem na lavoura. Já os homens são quase totalmente utilizados nas lavouras.

A análise da africanidade nos permitiria constatar se a Lei Euzébio de Queirós, ou seja, a proibição do tráfico atlântico, estava realmente sendo respeitada nessa localidade. Em nossos inventários encontramos descrições muito pobres no que se refere aos escravos. Somente os que vinham acompanhados da lista de matrícula tinham informações precisas sobre profissão, nacionalidade e filiação. Do total de escravos encontrados apenas 39 tinham sua nacionalidade mencionada, destes apenas 15 eram africanos. Entretanto de acordo com o censo de 1872 apenas 9,8% dos escravos eram estrangeiros.

O valor médio dos escravos também é um dado relevante e que pode variar em função de uma série de fatores que podem ser externos, entre eles a dificuldade na aquisição de cativos em função do fim do tráfico ou o desinteresse em adquiri-los diante do iminente fim da escravidão que já estava com os dias contados. Ou ainda, fatores relacionados às características dos próprios escravos como: o sexo, a idade, a profissão, se é ou não aparentado, por exemplo.

Avaliamos o custo médio dos escravos considerando o sexo, uma vez que essa variável alerta para a possibilidade desse cativo trabalhar ou não em atividades agrícolas. Não que as mulheres não exercessem essa atividade, no entanto, era mais comum entre os homens a ocupação de roceiro.

Para todo o período analisado o valor médio para escravos do sexo masculino era de aproximadamente 852\$993 réis (esse valor foi obtido somando o valor de todos os escravos e dividindo pelo número destes, desconsiderando as crianças que não possuem registro de preços por terem sido avaliadas juntamente com suas mães). Para as mulheres obtivemos um valor médio de aproximadamente 558\$237 réis. Entretanto ao analisarmos seus valores médios separadamente para cada década observamos que os preços tendem a cair na década de 1880. Mais uma vez fica evidente a postura dos proprietários especialmente das maiores fortunas em procurar outros investimentos. Na análise da composição da riqueza já havíamos

percebido o declínio da participação do valor dos escravos no total das fortunas o que reforça a compreensão dessa postura. Além disso, essa queda no valor médio dos escravos é certamente reflexo da conjuntura nacional, que caminhava para a extinção da escravidão no Brasil..

**TABELA 14 - Valores médios dos escravos por períodos**

<b>Período</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>
<b>1870-1879</b>	1.092,241	646,591
<b>1880-1888</b>	691,640	501,895

**Fonte:** Inventários *post-mortem* do Fórum de Visconde do Rio Branco

O valor médio dos homens por todo período se manteve maior que o valor médio para as mulheres, conforme é previsível, em razão de sua força física e da possibilidade de um trabalho mais rentável na lavoura. Entretanto de 1880 a 1889 a diferença entre os valores tende a diminuir, pois conforme já dissemos, acreditamos que por esse investimento deixar de ser lucrativo nessa sociedade majoritariamente pautada na mão de obra familiar, os valores para escravos de ambos os sexos tendem a se aproximar.

Como já foi largamente demonstrado pela historiografia mais recente, a formação de famílias era uma prática recorrente adotada pela população cativa que poderia lhes permitir algumas vantagens. Robert Slenes aponta os benefícios trazidos ao cotidiano do escravo em virtude do casamento dentre os quais a melhoria na moradia pode ser um exemplo. Com o casamento, o escravo geralmente conseguia maior controle sobre a sua moradia, ganhando um cômodo onde pudesse viver com o parceiro e também a possibilidade de cozinhar, ou seja, o direito ao fogo. Com isso havia uma significativa melhora na alimentação, já que poderia utilizar sua cota de alimentos como achasse melhor e inclusive enriquecê-la através da caça e da pesca. Através destes mecanismos o cativo buscava formas de se sentir mais “gente”. Não ambicionava uma casa com muitos cômodos ou decorada com flores, concepção burguesa que não era a mesma que eles possuíam. Para os africanos e seus descendentes a flor nem mesmo possuía atributos decorativos como para os europeus. A arquitetura das senzalas assemelhava-se muito mais com a arquitetura das choupanas africanas em que viviam os negros em sua terra de origem. Todas essas pequenas conquistas tornavam a vida um pouco mais digna, o que não quer dizer boa. Por exemplo, nas choupanas africanas os negros, não eram trancados a noite como nas senzalas, entretanto poderia ser admitida alguma aproximação<sup>134</sup>.

<sup>134</sup> SLENES, Robert W. **Na Senzala uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, cap. 3.

Além das vantagens ressaltadas por Slenes podemos pensar também no alargamento das relações sociais proporcionadas pela prática do casamento, como a escolha de padrinhos tanto para cerimônia como para os futuros filhos dessas uniões.

Ocorria também o casamento formal em muitos casos, que acontecia por intermédio dos proprietários que se responsabilizavam pelos gastos inerentes ao processo, promovendo casamentos em séries, ou seja, realizados em grupo, numa mesma data<sup>135</sup>. Este tipo de investigação não será objeto de análise em nossa pesquisa, pois precisaríamos consultar outros tipos de fontes e esse não é nosso objetivo. Buscamos apenas indicar em que medida esses escravos aparentados participam de nossos plantéis e verificar se ocorreria alguma variação nos valores dos preços médios dos escravos arrolados como casados nos inventários. Entendemos que essa era uma relação de parentesco já legitimada, tanto que era uma informação contida no inventário.

Dos 257 escravos encontrados em nossa pesquisa, as informações inerentes ao estado civil constam para apenas 90 deles. Sendo apenas 17 casados. Porém não podemos precisar se as uniões são formais ou informais. Já as relações familiares entre mães e filhos foram encontradas em 61 deles, ou seja, 23,7% dos escravos possuíam esse tipo de relação de parentesco. Esse número pode ter sido maior, já que não há como precisar se as informações do arrolamento estão incompletas, inclusive no que diz respeito às relações familiares. Basta para nossa análise verificar o valor médio do escravo casado que era de 567\$324 réis, enquanto o valor médio do escravo solteiro ou sem referência era de 826\$274. Frente a essa situação podemos afirmar que os escravos casados em Visconde do Rio Branco, tinham seu valor reduzido tornando-se menos valiosos, uma vez que, separar famílias poderia acarretar uma série de transtornos no comportamento dos cativos e, por isso mesmo, era evitado pela maioria dos proprietários.

Essas reflexões acerca da composição da mão de obra são importantes na medida em que indicam a valorização ou a desvalorização da população escrava de acordo com as variantes estabelecidas no período estudado. Também nos permitem localizar o peso da mão de obra camponesa no interior dessa sociedade, bem como sua importância para o funcionamento das unidades produtivas encontradas.

---

<sup>135</sup> ANDRADE, Rômulo. **Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco.** *op. cit.* p. 255.

### **CAPÍTULO III: PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM VISCONDE DO RIO BRANCO**

O objetivo deste capítulo é analisar as principais atividades econômicas desenvolvidas nas unidades produtivas de Visconde do Rio Branco, no período proposto por nossa pesquisa, 1870 a 1889. Para tanto, abordaremos detalhadamente um dos ativos que trabalhamos no capítulo anterior, o item colheitas. Buscaremos através da análise dos inventários, traçar o perfil das unidades produtivas do município apresentando as principais atividades desenvolvidas, observando tanto as atividades criatórias desenvolvidas, quanto os gêneros agrícolas cultivados nessas unidades. A produção de alimentos foi analisada no capítulo anterior basicamente através do elemento “colheitas” sem, contudo, receber uma análise detalhada.

Nossa pretensão é relacionar a produção de alimentos desenvolvida pelos nossos inventariados à mão de obra utilizada, bem como estabelecer os fatores que teriam possibilitado a instalação do Engenho Central nesse município como indicamos no primeiro capítulo.

Abordaremos dois produtos em especial: o açúcar, em virtude de sua importância na história do município e o café, devido a sua importância na Zona da Mata mineira e conseqüentemente na Mata Central onde, embora nunca tenha atingido a importância que adquiriu em outros municípios da mata Sul e Norte, teve passagem significativa. Ao analisarmos essas duas culturas buscaremos identificar a mão de obra prioritariamente adotada em cada caso.

No capítulo anterior concluímos que a produção de gêneros agrícolas representada pelo ativo “colheitas”, ocupava o quarto lugar em importância no total das fortunas, sendo seguido pelo item que representava as atividades criatórias. A frente desses estavam os ativos “terras e benfeitorias”, “escravos” e “dívidas ativas”. Esse contexto evidencia a importância da terra na composição da fortuna dos inventariados, mas o que buscaremos analisar nesse capítulo é a forma como a terra era utilizada. Nosso objetivo é investigar como a terra, principal fonte de riqueza nessa localidade, era cultivada e trabalhada pelos inventariados. Outra reflexão pertinente é a mão de obra predominante em cada tipo de situação.

Em sua dissertação de mestrado, intitulada “Além dos Cafezais”, Sônia Souza trabalha a produção de alimentos na região de Juiz de Fora durante a segunda metade do século

XIX<sup>136</sup>, demonstrando que a região não vivia apenas de café, embora esse fosse o produto principal. A autora busca apresentar o município de Juiz de Fora em uma perspectiva de diversificação econômica pois, embora caracterizado pela produção cafeeira, outras atividades se desenvolveram no município como a produção e mantimentos, a pecuária e até mesmo a manufatura doméstica, garantido essa diversificação da economia.

Inspirados nessa perspectiva buscamos nesse capítulo trabalhar o município de Visconde do Rio Branco, caracterizando sua a diversidade econômica em finais do século XIX, visto que essa região é associada geralmente a produção de açúcar. Entretanto nossa análise dos inventários possibilitou a constatação de uma economia que não se norteava apenas pelo cultivo da cana de açúcar e tampouco pela produção exclusiva de alimentos para subsistência. Embora esses produtos estivessem presentes em boa parte dos inventários o café aparecia como o gênero mais valioso entre as colheitas. Mesmo desenvolvendo a produção de café a localidade passava nitidamente por um processo de empobrecimento nesse período, acompanhando o desenvolvimento da produção cafeeira que ocorria simultaneamente em outros municípios da Mata Central.

### 3.1 -A produção cafeeira em Minas

Procuramos destacar a importância da Zona da Mata para economia mineira a partir de meados do século XIX e especialmente nas décadas de 1870 e 1890. Sabemos que com o declínio da atividade mineradora as principais regiões da província passaram por uma reestruturação econômica voltando-se especialmente para produção de alimentos. Nesse momento a Zona da Mata gradualmente se transforma na região mais dinâmica da província<sup>137</sup>, tornando-se o eixo econômico de Minas Gerais.

Apesar de territorialmente corresponder a apenas 5% do território, a Zona da Mata foi, até início do século XX, a região mais importante para a economia do estado justamente por apresentar condições propícias para o cultivo do principal produto de exportação do país naquele período, o café<sup>138</sup>.

---

<sup>136</sup> SOUZA, Sonia. **Além dos cafezais**. *op. cit.*

<sup>137</sup> PIRES, Anderson. **Café, Finanças e Indústria: Juiz de Fora 1889-1930**. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2009, p.28.

<sup>138</sup> OLIVEIRA, *op. cit.* p.25.

As especificidades de cada região devem ser consideradas para ampla compreensão da economia agroexportadora que se desenvolveu na Zona da Mata, baseada na produção cafeeira e moldada em uma estrutura escravista. Até a década de 80 os historiadores tratavam de forma diferenciada a região agroexportadora mineira, enfatizando a participação do Rio e de São Paulo. Alguns autores como João Heraldo Lima exaltavam os cafeicultores paulistas negando o dinamismo da cafeicultura em Minas<sup>139</sup>. Assim essa região era vista apenas como uma extensão do setor agroexportador do Rio de Janeiro e, nesse sentido, destacava-se o seu declínio em fins do século XIX como a produção do café fluminense.

Entretanto uma nova vertente historiográfica vem demonstrando através de consistentes pesquisas empíricas que a região da mata apresentou um dinamismo próprio e se estabeleceu em grandes propriedades, assim como ocorreu em outros centros exportadores do país. Uma das regiões que podem ser citadas como exemplo de tal dinamismo é o atual município de Juiz de Fora.

Anderson Pires analisa as propriedades no período e conclui que poucos fazendeiros eram proprietários de grandes extensões de terras<sup>140</sup>, ou seja, embora o número de pequenos e médios proprietários fosse considerável, as grandes propriedades é que ocupavam a maior parcela de terras, o que implica no predomínio da grande propriedade. O critério utilizado pelo historiador Rômulo Andrade<sup>141</sup> também referenda a análise anterior. Nesse caso o pesquisador levanta o número de escravos por propriedade estabelecendo que a maior parte das propriedades era composta por muitos escravos, relacionando a partir desse dado mão de obra, extensão da propriedade e pés de café. Essas pesquisas nos levam a concluir que os produtores de café da região tinham grande propensão à acumulação de riquezas, que por sua vez, acabavam sendo injetadas em outros setores da economia local.

Além da constatação de que o cultivo de café na Zona da Mata também se estabeleceu em grandes propriedades de terra esses historiadores se debruçaram sobre os vários efeitos de encadeamento gerados pelo setor agroexportador de café. Exemplos dessa situação são o sistema bancário desenvolvido em Juiz de Fora e a estrada de ferro abrangendo boa parte da Zona da Mata, atingindo em fins do século XIX sua parte central.

Dessa maneira é possível perceber com clareza que a economia da Mata longe de ser apenas uma ramificação da economia agroexportadora do Rio de Janeiro, caminhou com uma

---

<sup>139</sup>JÚNIOR, Carlos Eduardo Klôh. **A estrutura comercial de Juiz de Fora (1888-1930)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2008, p.19.

<sup>140</sup>PIRES, Anderson. **Capital agrário, investimento e crise da cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói. 1993.

<sup>141</sup>ANDRADE, Rômulo Garcia. **Escravidão e Cafeicultura em Minas Gerais: O Caso da Zona da Mata**. In Revista Brasileira de História. São Paulo: Volume. 11, no. 22, pp. 95-125 mai/ago. 1991. p. 96.

dinâmica própria no cenário nacional, embora utilizasse o porto dessa unidade federativa para escoar sua produção. Torna-se completamente inapropriado nesse contexto o conceito de enclave adotado por Roberto Martins<sup>142</sup>, a partir do qual o setor cafeeiro não teria promovido impactos consideráveis na província. Vista dessa forma a economia cafeeira mineira seria dependente do Rio de Janeiro, onde o capital acumulado seria realmente investido, caracterizando-a como não constituída por *plantations* e nem orientada para a exportação<sup>143</sup>.

Sabemos que a Zona da Mata compreende uma das sete regiões que compõem o “mosaico mineiro”, termo utilizado por J. Wirth<sup>144</sup>. De acordo com esse autor, apesar dos contornos delimitados geograficamente, Minas Gerais seria na verdade a soma de regiões diferentes entre si. Assim, afirma, que essas regiões se articulariam mais com os estados próximos de sua fronteira, como é o caso da Zona da Mata com o Rio de Janeiro. Nessa região mineira, a produção cafeeira chegou a ser responsável em 1870 por mais de 60 % da arrecadação estadual atingindo 75% na década de 1920<sup>145</sup>.

Conforme observamos a Zona da Mata foi importante economicamente no século XIX em função da agroexportação, importância que se mantém nas primeiras décadas do século XX graças à estrutura urbano-industrial desenvolvida na região. Não foi somente em São Paulo que a cafeicultura promoveu a industrialização. O município de Juiz de Fora viveu um processo semelhante no início do século XX em menor escala assim como a sua produção cafeeira. Contudo cabe ressaltar como uma especificidade da Zona da Mata, que o complexo agroexportador mineiro, não foi capaz de unificar o estado, como nos casos do Rio e São Paulo, tanto que a administração do mesmo não se localizou na Mata onde a atividade cafeeira se estabeleceu<sup>146</sup>.

Muitas vezes a produção da Mata era associada ao núcleo agroexportador fluminense devido à proximidade entre essas regiões. Entretanto, conforme já afirmamos anteriormente, a Mata reuniu condições para reter capitais internamente tornando-se a principal região produtora da província e dinamizando seu espaço urbano industrial<sup>147</sup>. Além disso,

<sup>142</sup>MARTINS, R e MARTINS, M.C. “As exportações mineiras no século XIX”. *Apud.*: PIRES, A. **Café, Finanças e Indústria: Juiz de Fora 1889-1930**. *op. cit.* p. 29

<sup>143</sup>COSTA, Dora Isabel de Paiva. **Demografia e economia numa região distante dos centros dinâmicos: uma contribuição para o debate sobre a escravidão em unidades exportadoras e não exportadoras**. In.: Est. Economia São Paulo, V. 26, N 1, 1996, p.114.

<sup>144</sup>WIRTH, J. **O Fiel da Balança: Minas Gerais na confederação Brasileira – 1889/1937**. São Paulo: Paz e Terra, 1982, p.41. In.: PIRES, Anderson. **Café, Finanças e Indústria**. *op. cit.* p.27.

<sup>145</sup>BLASENHEIN, Peter. **As ferrovias de Minas Gerais no século XIX**. In: Locus – Revista de História, 1996, v. 2, n. 2. Juiz de Fora: EDUFJF/NHR, p. 82.

<sup>146</sup>PIRES, Anderson. **Capital agrário, investimento e crise da cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)**. *op. cit.* p. 35.

<sup>147</sup> OLIVEIRA, *op. cit.* p.57.

percebemos que o setor agroexportador reuniu grande contingente escravo na região que, apesar de geograficamente pequena, concentrava a maior população cativa de Minas Gerais. Isso torna ainda mais pertinente a afirmação de que houve retenção de capitais nessa região.

A história de Minas está inicialmente associada à mineração, nesse momento a região da Zona da Mata *sequer existia como espaço econômico*<sup>148</sup>, já que sua ocupação era proibida a fim de evitar que o ouro fosse extraviado. A construção do Caminho Novo confere à região da Mata mineira a característica de passagem de tropas que se dirigiam da região mineradora ao Rio de Janeiro e foi no entorno desse caminho que começaram a surgir os primeiros núcleos de povoamento e colonização da região.

Todavia, conforme já analisamos o povoamento da Mata não se deu apenas por via do Caminho Novo, a região central da Zona da Mata, que hoje corresponde aos municípios de Ubá, Visconde do Rio Branco, Rio Pomba, entre outros, foi ocupada por padres e particulares com a função de pacificar os índios. Já a região norte, que compreende atualmente os municípios de Muriaé, Manhuaçu, entre outros, foi ocupada por imigrantes fluminenses<sup>149</sup>. Observamos que o povoamento da Zona da Mata ocorreu de maneira diferenciada, assim como a intensidade da produção cafeeira.

Embora conforme analisamos anteriormente a região central fosse caracterizada pela predominância de propriedades cujo objetivo básico era a produção para a sobrevivência da família esse fator que não excluía a presença de mão-de-obra escrava, embora aparecesse em menor número que na região sul<sup>150</sup>. Tampouco exclui a produção cafeeira. Nossos inventários demonstram a participação do trabalho escravo no município de Visconde do Rio Branco, inclusive as vésperas da abolição, assim como demonstra que estes existiam em número reduzido. Nosso maior plantel é composto por apenas 20 escravos. Cabe lembrar que o processo de ocupação da parte central da Mata favoreceu essa conjuntura, visto que os mais afortunados que migravam da região das minas acompanhados por seus escravos se deslocavam para a porção sul da Mata, conforme trabalhamos no capítulo 1.

De acordo com Ângelo Carrara, na lista nominativa da freguesia do Presídio em 1821, 73% dos fogos listados não possuíam escravos. Entretanto havia latifúndios escravistas, nesse período, voltados especialmente à produção de açúcar<sup>151</sup> sendo que, a partir da segunda metade do século XIX, a produção de café aumentou consideravelmente.

---

<sup>148</sup>PIRES, Anderson. **Minas Gerais e a Cadeia Global da "Commodity" Cafeeira (1850-1930)**. Revista Eletrônica de História do Brasil, v. 09, p. 05-47, 2007, p. 11.

<sup>149</sup>CARRARA, Ângelo Alves. **A Zona da Mata de Minas Gerais**. *op. cit.* p. 11 e 12.

<sup>150</sup>CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo**. *op. cit.* p.15-18.

<sup>151</sup> *Idem*, p.18.

Nossos dados comprovam essa afirmativa visto que o cultivo de café figurava em 38,3% dos inventários analisados. E o valor desse gênero representava 87,3% do valor total das colheitas. Logo percebemos que mesmo em Visconde do Rio Branco o café era principalmente cultivado pelos mais abastados, pois 59% dos inventariados que se dedicavam ao cultivo desse gênero compunham as grandes e médias fortunas, enquanto apenas 9% dos representantes das fortunas muito pequenas dedicavam-se a essa atividade.

Carrara afirma que no início do século XIX, a principal cultura da freguesia de São João Batista do Presídio, atual município de Visconde do Rio Branco, destinada ao mercado era a produção de açúcar e cachaça. Na região central destacamos também a presença do milho, feijão, cana, arroz e café. Este último produto a partir da segunda metade do século XIX, só não consegue superar a produção de milho. Indicando a expansão da produção cafeeira também na região central da Mata, bem como a simultaneidade de culturas, especialmente milho e feijão entre os cafezais<sup>152</sup>.

Conforme já observamos, a Mata sul pode ser considerada a primeira produtora de café em larga escala e onde se estabeleceram os maiores proprietários de terras e escravos da província. Com o declínio da atividade mineradora, muitos proprietários migraram com seus escravos, portanto não só a mão de obra se relaciona à atividade mineradora, mas também as elites que incorporaram no século XIX novas fronteiras, apropriando-se do crescimento da cultura cafeeira e da alta dos preços alcançados pelo café no mercado internacional<sup>153</sup>.

Juiz de Fora em 1855, já se apresentava como principal produtora de café em Minas, tendo no elemento servil a força de trabalho fundamental utilizada nas lavouras. De acordo com dados levantados por Elione Guimarães, o município em 1865, possuía cerca de 2/3 da população composta por cativos, sendo o café o principal produto agrícola<sup>154</sup>. Conforme já abordamos a mão de obra escrava também estava presente no município de Visconde do Rio Branco. No que diz respeito a produção cafeeira encontrava-se presente em 45,5% das unidades produtivas que se dedicavam ao cultivo desse gênero, sendo quatro desses inventariados detentores de médios planteis, compostos de 11 a 20 cativos. Notamos um equilíbrio na concentração de cativos nas unidades produtivas que se dedicavam ao cultivo do café, entre as décadas 1870 e 1880, 11 e 9 respectivamente. Percebemos diante dessa

---

<sup>152</sup> *Idem*, p.44.

<sup>153</sup> OLIVIERA, *op. cit.* p. 56.

<sup>154</sup> GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos Viveres de Afrodescendentes na Escravidão e no Pós-Emancipação. Família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828-1928)**. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006, p.44.

conjuntura que o impacto do fim da escravidão foi menor nessa região que já contava com uma reduzida mão de obra escrava, do que em uma região cuja mão de obra escrava era majoritária como na porção sul da Mata.

Podemos relacionar as subdivisões da Zona da Mata não só com os diferentes tipos de ocupação, análise que nos dedicamos no primeiro capítulo, mas também com o avanço de fronteiras necessárias ao cultivo do café. Segundo Antônio Barros de Castro, o café foi uma cultura itinerante que necessitava de três tempos e três espaços. Sônia Regina Mendonça afirma que coexistiam uma zona pioneira onde o café está penetrando, uma zona onde ele encontra-se consolidado e uma região decadente onde a cultura encontra-se em regressão<sup>155</sup>. Esse esquema é válido para explicar tanto o contexto nacional como regional. Para o cenário nacional nas últimas décadas do século XIX é aplicado respectivamente para São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Sendo perfeitamente possível adequar essa situação a Zona da Mata, onde respectivamente corresponderiam as regiões norte, central e sul. Evidentemente seria necessário um estudo apurado que através das fontes levantasse o momento exato dessa transição, considerando obviamente que a economia especialmente no atual município de Juiz de Fora esteve em ascensão mesmo com o declínio da atividade cafeeira devido a outros processos que foram possibilitados graças ao capital gerado pela cafeicultura. Nosso trabalho infelizmente não possibilitará essa análise, visto que nosso objeto de estudo se restringe a um município específico da região central. De qualquer modo, nossa pesquisa nos permitiu apurar a importância do café nas fortunas dos inventariados, indicando a possibilidade da comprovação do esquema de Antônio Barros Castro para a Zona da Mata. Bruno Vittoretto, em sua pesquisa de doutorado ainda em andamento, propôs a realização de uma investigação dos momentos de apogeu e crise da cafeicultura na Zona da Mata mineira. Seu objetivo é determinar a dinâmica da fronteira agrária interna na qual o café se destaca como principal produto. Seu trabalho se concentrará no vale do Rio Parahybuna, situado na parte sul da Zona da Mata e certamente contribuirá para o esclarecimento dessa questão.

É preciso ressaltar que, embora significativa, a produção cafeeira da Mata nunca alcançou os índices da produção de São Paulo ou Rio de Janeiro em seus períodos mais prósperos, o que não a torna menos importante.

Entretanto apesar das relações existentes nas subdivisões da Mata como os tempos da cafeicultura, cabe ressaltar a participação da Zona da Mata como um todo na agroexportação cafeeira, visto que a partir de meados do século XIX a produção cafeeira começa a se destacar

---

<sup>155</sup>MENDONÇA, Sônia Regina. **O convênio de Taubaté e a agricultura fluminense**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 4, n. 3, 2008, p. 85.

também na porção central da Mata, embora o pólo principal estivesse concentrado a princípio em sua porção sul. Nesse período a Zona da Mata começa a despontar como o setor mais dinâmico da província devido a atividade cafeeira. Entre 1847 e 1851, a Zona da Mata era responsável por quase toda produção de café do Estado, constituindo a principal região produtora de Minas, inclusive em áreas de ocupação mais antigas como Juiz de Fora<sup>156</sup>.

Uma abordagem recente que evoca as economias de exportação e seu desenvolvimento econômico é a das Cadeias Globais de Mercadorias. Essa visão torna o produto primário o eixo da análise e suas estruturas de produção, redes de comercialização e distribuição formam elos de uma cadeia que se torna uma totalidade<sup>157</sup>. Entendidas dessa maneira, as várias alterações em seus elos podem ser sentidas com o passar do tempo. Essa ótica permite evidenciarmos a importância de Minas Gerais na produção e exportação de café.

Além disso, o papel do Estado deixa de ser o ponto de partida das reflexões permitindo a interação entre universos micro e macro. Dessa forma a análise da Zona da Mata se faz ainda mais coerente e justificada. O que essa perspectiva interpretativa tem de especial é o fato de perceber as diferenciações espaciais internas geralmente confundidas com a região de maior produção do produto ao qual se refere em determinado país<sup>158</sup>. Muitas vezes para o café a historiografia privilegia as regiões produtoras de maior destaque como a fluminense e o oeste paulista dependendo do período. Por isso, ao estudar a importância da economia agroexportadora cafeeira no Brasil, observamos o enfoque da historiografia principalmente no Rio de Janeiro ou São Paulo em detrimento da produção mineira que, apesar de não ter atingido os níveis das duas primeiras em seus períodos mais prósperos, se manteve por um longo período como segunda força produtora no contexto nacional.

O estudo das cadeias produtivas prioriza as relações existentes entre o cultivo e o processo de intermediações e consumo permitindo, desse modo, uma ótica que não ignore os agentes comerciais das transações que são os exportadores e os importadores do café. Tal perspectiva, rompe com a teoria da dependência que salientava que os produtores latino-americanos foram vítimas de um mercado externo controlador, mostrando o poder que os produtos exercem. Especialmente no caso do café que possui uma natureza distinta dos demais produtos onde era possível traçar a ascensão e a queda do seu consumo. No que diz respeito ao café, nenhum outro produto conseguiu lhe impor uma concorrência direta. Por isso se manteve líder mundial nos últimos 150 anos e, como a corrente das cadeias produtivas

---

<sup>156</sup> OLIVEIRA, *op.cit.* p.58

<sup>157</sup> PIRES, Anderson. **Minas Gerais e a Cadeia Global da "Commodity" Cafeeira (1850-1930)**. *op. cit.* p.8.

<sup>158</sup> *Idem*, p. 9

afirma, durante esse período seu processamento foi diversificado. O controle de sua produção passou por diferentes elos da cadeia ao longo do tempo: do agricultor às multinacionais<sup>159</sup>.

Partindo dessa premissa podemos observar que a economia agroexportadora cafeeira em Minas relaciona-se com as economias internacionais. Os números indicam que a economia mineira foi a segunda maior força do país, mantendo essa posição da segunda metade do século XIX até a segunda década do século XX<sup>160</sup>. Logo, se o país foi a maior força mundial representando cerca de 80% do café consumido no mundo, qual seria a importância do café mineiro no cenário mundial nesse momento? Seria pertinente ignorar essa participação? Conforme já afirmamos o papel de Minas Gerais, conseqüentemente da Mata mineira nesse quadro, é relevante e embora a Mata Sul seja a principal referência para esse estudo, notamos em nossa pesquisa que a porção Central da Mata também teve sua participação nesse processo.

A Cadeia Global do café sofreu sérias modificações ao longo do século XIX, assim como seu público consumidor se transformou ao longo dos séculos. De acordo com essa corrente, a produção cafeeira no Brasil foi responsável pela transformação no mercado mundial. A queda nos preços decorrente da crescente oferta fez com que o café deixasse de ser uma bebida de luxo para se tornar acessível às massas proletárias. Desse modo, o cultivo do café se torna atrativo mesmo com preços baixos no mercado internacional<sup>161</sup>.

O café se desenvolveu no Brasil graças às facilidades de acesso a terras virgens e mão de obra abundante, mesmo padrão encontrado na Zona da Mata. Reiterando o que foi analisado anteriormente, o café na região da Mata foi desenvolvido inicialmente com recursos (tanto capital como escravos), transferidos da atividade aurífera, além de contar com o clima propício e disponibilidade de terras, que, aliás, eram fronteiriças com regiões fluminenses explicando o cultivo inicial na parte Sul. Embora a região central da Mata não oferecesse mão de obra escrava abundante, nossos inventários mostram uma população em processo de empobrecimento e o número pequeno de inventários encontrados quando comparados com a população local podem indicar que os homens eram tão pobres que sequer podiam arcar com os custos de um processo de inventário e, portanto, serviriam como mão de obra para trabalhar com o cultivo não só do café como de outros gêneros agrícolas.

---

<sup>159</sup>TOPIK, Steven ; MARICHAL, Carlos; FRANK, Zephyr (eds.). **From Silver to Cocaine. Latin American Commodity Chains and the Building of the World Economy, 1500-2000**. Durham y Londres: Duke University Press, 2006.

<sup>160</sup>PIRES, Anderson. **Minas Gerais e a Cadeia Global da "Commodity" Cafeeira (1850-1930)**. *op. cit.* 15.

<sup>161</sup> *Idem*.

O café se desenvolveu inicialmente em Minas Gerais nas margens dos rios Pomba e Paraibuna. Já nas primeiras décadas do século XIX a produção começou a expandir embora ainda modesta se comparada com outras regiões produtoras<sup>162</sup>. A partir da segunda década do século XX, expandiu-se na Região Sul do estado próximos aos limites com São Paulo. Demonstrando uma tendência de aproximação com uma região em expansão, como era o caso do Oeste Paulista nesse momento.

A cafeicultura mineira, especialmente a região da Mata, não perderia sua posição entre 1876 e 1930, como ocorreu no caso fluminense<sup>163</sup>. Ela continuaria em ascensão até esse período, na medida em que a produção no Rio de Janeiro tornar-se-ia cada vez mais defasada.

**TABELA 15- Produção exportável de café das principais regiões produtoras (1.000 sacas)**

MÉDIA ANUAL DO PERÍODO	SÃO PAULO		RIO DE JANEIRO		MINAS GERAIS		ESPÍRITO SANTO		SOMA	
	VOL.	%	VOL.	%	VOL.	%	VOL.	%	VOL.	%
1876-1880	925	24,3	1.987	52,2	767	20,2	124	3,3	3.803	100,0
1881-1890	2.138	37,1	2.176	37,8	1.200	20,8	250	4,3	5.764	100,0
1891-1900	4.775	60,5	911	11,5	1.787	22,7	416	5,3	7.889	100,0
1901-1910	9.252	68,0	995	7,3	2.772	20,4	579	4,3	13.598	100,0
1911-1920	9.303	70,2	812	6,1	2.446	18,4	700	5,3	13.264	100,0
1921-1930	11.131	66,5	945	5,6	3.445	20,0	1.210	7,2	16.731	100,0

Fonte: PIRES, A. Minas Gerais e a Cadeia Global da "Commodity" Cafeeira (1850-1930). Revista Eletrônica de História do Brasil, v. 09, 2007, p. 15.

A análise da tabela indica a posição privilegiada de Minas Gerais em relação à produção nacional, já que assume a posição de segundo maior produtor quando o Rio de Janeiro perde esse papel. Podemos dizer que a produção mineira não sofre grandes alterações ao passo que São Paulo e Rio de Janeiro apresentam um aumento e uma queda na produção respectivamente. Mais uma vez, os três tempos e três espaços pertinentes ao cultivo do café são evidenciados no panorama nacional. Concordamos com a afirmação de Anderson Pires de que o comportamento da produção em Minas foi ofuscado pelo ritmo e proporções do crescimento do Vale Fluminense e posteriormente pelo crescimento do Oeste Paulista. Por

<sup>162</sup>PIRES, Anderson. **Tendências da Produção Agroexportadora da Zona da Mata de Minas Gerais - 1870/1930**. Revista Locus, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, p. 119-154, 1997, p. 121.

<sup>163</sup>CANO, Wilson. **Padrões diferenciados das Principais regiões cafeeiras**. In.: Revista de Estudos Econômicos. São Paulo, mai – ago, 1985, p.295.

possuir uma produção proporcionalmente inferior a dos dois estados poucos deram a produção mineira a devida atenção<sup>164</sup>.

**TABELA 16 - Participação proporcional da produção cafeeira da zona da mata na produção do estado de minas gerais (períodos selecionados)**

PERÍODO	MINAS GERAIS	ZONA DA MATA	%
1847/48	745.381	743.707	99,77
1850/51	900.264	898.184	99,76
1886	5.776.866	4.316.067	74,71
1888	5.047.600	4.433.800	87,83
1903/04	9.404.136	5.993.425	63,73
1926	12.793.977	9.105.543	71,17

Fonte: PIRES, A. Minas Gerais e a Cadeia Global da "Commodity" Cafeeira (1850-1930). Revista Eletrônica de História do Brasil, v. 09, 2007, p. 17. Apud. GIROLETTI, D. A industrialização de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, p. 152 e 156.

No cenário nacional Minas se mantêm como segunda força produtiva. Ao passo que a Zona da Mata entre 1847 e 1851 é responsável pela quase totalidade do café produzido na província, passando a 74% em 1886, mas assumindo novamente 87% dois anos depois. Ressaltamos que em todo o período estudado o café da Zona da Mata nunca chegou a representar menos que 74% do total produzido no estado, então podemos concluir que quando tratamos da importância do café mineiro nacionalmente estamos abordando o café produzido especificamente na Zona da Mata.

No período abordado a participação brasileira atinge 70% no cenário internacional e a paulista sozinha cerca de 50% da produção mundial em grande parte do período estudado<sup>165</sup>. Introduzindo a participação mineira nessa conjuntura nos deparamos com uma das principais regiões produtoras do mundo<sup>166</sup>.

Se desconsiderarmos a ótica paulista de tratar o café brasileiro, perceberemos que o cultivo em Minas foi mais significativo do que em muitos países. Sabe-se que a produção mineira foi maior que a da Colômbia um dos maiores produtores mundiais de café<sup>167</sup>. Não significa que por se menor que a produção paulista a participação mineira não teve relevância no mercado internacional. No nosso entendimento, faz-se necessário o estudo de outras experiências onde o café também desempenhou papel importante na transição capitalista, como demonstra Pires ao evidenciar o importante papel desempenhado pelo capital cafeeiro

<sup>164</sup>PIRES, Anderson. Minas Gerais e a Cadeia Global da "Commodity" Cafeeira (1850-1930).op. cit, p. 18.

<sup>165</sup> Idem, p. 19.

<sup>166</sup> Idem, p. 21.

<sup>167</sup> Idem, p. 19

na região agroexportadora da Zona da Mata, mais especificamente no município de Juiz de Fora. De maneira alguma temos pretensão semelhante em nossa investigação, nossas fontes não permitiriam tal estudo.

Novas abordagens como a de Anderson Pires, vêm demonstrando cada vez mais a importância da cafeicultura mineira e abrindo uma gama de opções para a compreensão da inserção do estudo desses mercados regionais na economia internacional. A análise que parte dos pressupostos das Cadeias Globais é interessante porque permite tratar separadamente a produção de diferentes regiões de um mesmo país e, nesse caso, outras regiões como Minas Gerais e Espírito Santo podem ser destacadas, pois afinal fizeram parte da produção nacional. Tal perspectiva atenta para o fato de que a produção da Zona da Mata, embora modesta se comparada a do Rio e São Paulo, foi significativa na produção internacional. Embora tenhamos o município de Visconde do Rio Branco como foco de nossa pesquisa, achamos conveniente ao tratar a importância do café, enfatizar o atual município de Juiz de Fora, em razão de sua importância na produção cafeeira matense.

Observamos na historiografia muitos trabalhos que se debruçam sobre a produção cafeeira que se preocupam em privilegiar a região fluminense e o oeste paulista em detrimento da economia mineira que, conforme tentamos demonstrar, além de ser durante um longo período a segunda região em produção no país, também desempenhou esse papel no cenário internacional. Nesse sentido, o cultivo de café em Visconde de Rio Branco identificado nos inventários que consultamos, ainda que modesto, podia estar inserido nesse contexto. Não podemos precisar a destinação final da produção desenvolvida na localidade, entretanto, alguns fatores alertam para a possibilidade da produção não se destinar apenas ao comércio local. A implantação da ferrovia, por exemplo, pode ser entendida como um desses fatores, na medida em que permitia o escoamento da produção excedente para outras localidades.

Embora nosso objeto de estudo seja prioritariamente a região central da Mata, consideramos a importância da Mata como um todo nesse processo já que a disponibilidade de terras era essencial para o cultivo de café. Lembramos que, segundo os dados obtidos sobre a porção Central, o café acompanha o crescimento da região sul, embora numa proporção menor, visto que a região conforme indicamos ao tratar de seu povoamento possuía mão de obra familiar ao contrário do que ocorria na região sul, especialmente em Juiz de Fora, onde o número de escravos era o maior da província no período estudado.

Embora interiorana a economia cafeeira da Zona da Mata foi importante no cenário internacional. E nesse contexto, isolando a economia mineira, observamos sua representação

significativa na produção internacional, podendo ser comparada à exportação total de alguns países. Essa perspectiva esclarece também a importância assumida pelo café no montante das colheitas descritas em nossas fontes.

Ao tratar a produção cafeeira na mata Central a historiografia aponta que até a década de 1840 a paisagem rural da região central era dominada pelas lavouras de milho, feijão e cana. A partir desta década a região viu também se difundir a produção de café<sup>168</sup>. Ao analisar os inventários da primeira metade do século XIX, Carrara, observa que os frutos da produção agrícola raramente foram revelados e, quando isso ocorria, os principais produtos registrados eram: milho, feijão, cana, arroz e café. Há indícios também que evidenciam a conjugação de duas culturas, especialmente das lavouras de milho e feijão e de milho e arroz em meio aos cafezais. Já na segunda metade do século XIX o café chega a dominar a paisagem rural da região<sup>169</sup>.

Nossa análise para região de Visconde do Rio Branco é centrada nas décadas de 1870 e 1880. Nos 119 inventários levantados a presença de café indicando o cultivo desse gênero (seja em grãos ou pés de café), aparece registrada em 43 processos, ou seja em 36% das unidades produtivas. Em uma das propriedades, não foi possível precisar o valor do café em virtude dos cafezais estarem discriminados em conjunto com as demais benfeitorias. Esses números revelam que, embora não estivesse presentes na maioria das unidades, essa cultura representava uma parcela significativa no total das colheitas, 92% e estava presente em propriedades de todos os níveis de fortuna, com uma participação sempre superior a 90% no total das colheitas. Tal situação indica também que nas propriedades onde esse gênero era cultivado sua participação sempre era a mais valiosa entre os itens agrícolas. Entre as fortunas muito pequenas a produção de café se sobressai inclusive em relação ao monte-mor representando aproximadamente 40% deste, ou seja, as propriedades muito pequenas que se dedicavam ao cultivo do café, tinham esse elemento como parte considerável de sua fortunas em função da importância do café no mercado e dos poucos bens possuídos por esses proprietários. Já nas grandes e médias unidades produtivas o café representa entre 8% e 10% do monte mor, indicando que os demais elementos formadores das fortunas desses inventariados tinham papel mais relevante que o café entre seus bens. Tais proprietários possuíam terras e escravos, itens valiosos que engrossavam e consolidavam suas fortunas.

O gráfico abaixo representa o cultivo de café de acordo com os níveis de fortuna. Já era esperado que as grandes fortunas fossem responsáveis pela maior parte do café cultivado.

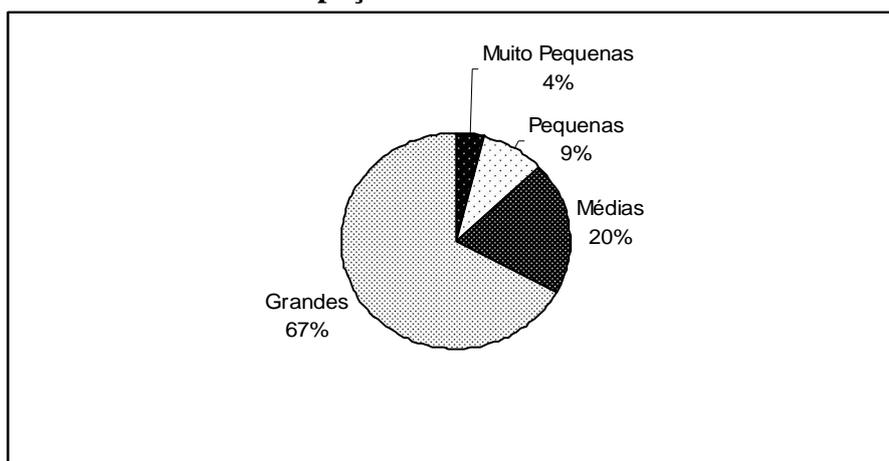
---

<sup>168</sup>CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo.** *op. cit.* p 43.

<sup>169</sup> *Idem*, p.44.

Lembramos que a cultura do café exigia mão de obra abundante e terras disponíveis, exigências que os mais pobres nem sempre conseguiam atender, por isso, apesar de significativa entre seus bens a participação do café produzido pelas unidades muito pequenas não é representativa no conjunto total.

**GRÁFICO 4 - Participação do café nos níveis de fortuna**



Fonte: Inventários *post-mortem* do Fórum de Visconde do Rio Branco

**TABELA 17- Representação percentual do cultivo do café no montante das colheitas e das fortunas - por níveis de fortuna**

		1870	1880	Total
<b>Muito Pequenas (até 1:000)</b>	Nº total de Inventários	-	40	40
	Nº de Inventários com presença de café	-	8	8
	Participação % do café nas colheitas	-	98,8	98,8
	Participação % do café no monte-mor	-	41,3	41,3
<b>Pequenas (1:100 a 5:000)</b>	Nº total de Inventários	6	33	39
	Nº de Inventários com presença de café	4	9	13
	Participação % do café nas colheitas	98,8	90,1	93,4
	Participação % do café no monte-mor	19,4	12,1	14,2
<b>Médias (5:000 a 15:000)</b>	Nº total de Inventários	11	16	27
	Nº de Inventários com presença de café	7*	9	16
	Participação % do café nas colheitas	99,5	88,6	92,8
	Participação % do café no monte-mor	7,9	7,8	7,9
<b>Grandes (acima de 15:000)</b>	Nº total de Inventários	4	9	13
	Nº de Inventários com presença de café	2	5	7
	Participação % do café nas colheitas	99,7	88,0	91,1
	Participação % do café no monte-mor	8,4	10,7	10,0

Fonte: Inventários *post-mortem* do Fórum de Visconde do Rio Branco

OBS: \*Um dos inventários não consta valor do café separadamente, o calor dos cafezais está incluído com as benfeitorias, por isso não foi incluso em participação nas colheitas e no monte-mor.

A análise desses dados indica, entre outras coisas, que o café apareceu em maior número nos inventários da década de 1880 e com menor representatividade que na década anterior. Essa informação relaciona-se com o grande número de inventários que encontramos para a década de 80. No entanto também ressalta a questão levantada no capítulo anterior de que o município estaria sofrendo um processo de empobrecimento. A redução da participação do café tanto nas colheitas como no monte mor quando comparamos as duas décadas evidenciam esse fato, uma vez que o produto de representatividade no mercado nacional e internacional tem sua importância diminuída na década de 1880, embora continue expressivo e importante para a localidade.

**TABELA 18 - Representatividade da produção de café nas unidades produtivas**

	Número de Propriedades	Valor do café em contos de réis	Valor das colheitas em contos de réis	Representação café - %
<b>1870</b>	12	16.542,000	16.616,000	99,6
<b>1880</b>	31	36.401,000	40.973,000	88,8
<b>Total</b>	43	52.943,000	57.589,000	91,9

**Fonte:** Inventários *post-mortem* do Fórum de Visconde do Rio Branco

Percebemos ao longo do período estudado um crescimento do número de unidades que se dedicavam ao cultivo do café, embora os proprietários tenham sofrido um considerável empobrecimento de uma década para outra. No entanto a participação do café nas colheitas foi de 99,6% na década de 1870, indicando que o café ocupava a maior parte no valor das colheitas discriminadas entre os bens inventariados. À medida em que na década seguinte crescem as propriedades que se dedicam a produção de café em maior ou menor intensidade, esse gênero perde importância entre as colheitas. Lembrando que ainda assim podia ser considerada a atividade agrícola prioritária em ambos os períodos se considerarmos o valor do café no conjunto das colheitas. Essa reflexão ajuda a perceber que em Visconde do Rio Branco o café acompanhava o ritmo da produção mineira, obviamente que guardadas as devidas proporções. Lembrando que mesmo contando com pouca mão de obra escrava essa atividade também consegue se desenvolver, visto que o empobrecimento observado através dos inventários levava aqueles que não conseguiam se manter donos da terra a vender sua força de trabalho, afinal além disso nada mais possuíam.

Refletindo sobre a mão de obra utilizada no cultivo de café, observamos que dos 43 inventários com participação desse gênero entre as colheitas, apenas 18 possuíam escravos

entre os bens inventariados. Dessa forma, observamos a seguinte configuração: 45% dos inventariados que se dedicavam de alguma forma ao cultivo de café possuíam escravos e 55% não contavam com essa força de trabalho. Nossa investigação contempla um período que abrange o ano de 1889, por isso, para essa análise isolamos os três inventários referentes a esse ano. Observamos certo equilíbrio entre as unidades que cultivavam café e contavam com a mão de obra escrava e as que não podiam contar com essa força de trabalho.

Nas unidades que não possuíam escravos a participação do café no monte-líquido era pouco significativa e em apenas 3 casos ultrapassou a 50%. Entretanto, embora as unidades que cultivavam café e possuíam escravos tivessem montes mais elevados, a participação do café no monte era ainda menos significativa e em nenhum caso ultrapassou 50%. Acreditamos que como os escravos agregavam valor às fortunas o café perdia destaque em relação ao monte.

Ao compararmos a participação do café com o total das colheitas nas unidades que possuíam e que não possuíam escravos, percebemos um equilíbrio nos números indicando que a importância do cultivo do café não estava relacionada ao número de escravos, uma vez que, tanto nas propriedades que possuíam escravos com nas que não contavam com essa mão de obra, a participação do café no total das colheitas atingiu uma média de 83% e 94% respectivamente. Indicando inclusive que nas propriedades que não possuíam mão de obra cativa o café era mais representativo entre os gêneros agrícolas desenvolvidos.

Essa constatação reitera a importância assumida pelo café na Mata central e norte após a abolição. Como a produção cafeeira nessas regiões não estava associada à mão de obra escrava, a abolição não interferiu no cultivo desse gênero.

Nossa análise revela que em Visconde do Rio Branco mesmo durante a escravidão, a mão de obra escrava não era exclusivamente responsável pela manutenção das unidades produtivas. A média da participação cativa que era de apenas 3 escravos por unidade, corrobora essa informação. Acreditamos que essa era apenas uma mão de obra complementar. Nas unidades mais abastadas provavelmente trabalhadores temporários engrossavam a mão de obra, nos momentos de maior necessidade, como nas colheitas, no entanto, nossa análise não contempla essa questão. Já as unidades menos favorecidas provavelmente funcionavam pautadas na mão de obra familiar.

Os dados a seguir sugerem que a utilização da mão de obra familiar era realmente adotada pelos pequenos proprietários. Dos 8 inventários representantes das fortunas muito pequenas que cultivavam café, nenhum possuía escravos. No entanto, o número de filhos desses inventariados era em média 6. Já entre os 13 representantes das pequenas fortunas

apenas 2 possuíam escravos, e a média de filhos era de 5 por inventariado, esses escravos certamente completavam a mão de obra familiar. Percebemos que, quanto maior o nível de fortuna maior também era a posse de escravos, visto que o valor dos escravos acrescido ao monte o engrossava aumentando o nível de fortuna dos proprietários de escravos. A análise da mão de obra utilizada no cultivo do café nos leva a concluir que embora presente em quase todos os níveis de fortuna a participação cativa, não modificava a essência da produção cafeeira nessa sociedade.

### 3.2 - A cultura da cana-de-açúcar

Em virtude da produção histórica de cana-de-açúcar e seus derivados no município e da inauguração do Engenho Central na localidade durante o período pesquisado buscaremos traçar a trajetória da produção açucareira na região, nos apoiando na historiografia existente e acrescentando elementos sobre a produção desse gênero com os dados dos inventários estudados. Para tanto analisaremos brevemente o histórico da produção açucareira em Minas Gerais.

Lincoln Gonçalves Rodrigues dedica um capítulo de sua dissertação ao relato da historiografia da cana-de-açúcar no Brasil abordando a evolução do plantio desse produto. O autor cita diversos historiadores importantes que se dedicaram ao estudo do cultivo desse gênero no Brasil. Nos interessam, no entanto, suas ponderações no que diz respeito ao cultivo em Minas Gerais.

Capistrano de Abreu<sup>170</sup> ao tratar da agricultura em Minas Gerais e conseqüentemente da cultura da cana-de-açúcar, informa sobre a importância dessa atividade na diminuição dos custos de manutenção dos mineiros. Entretanto o autor considera distinto o beneficiamento da cana-de-açúcar e a produção de seus derivados na capitania e nos engenhos do Nordeste considerando que os engenhos do nordeste se voltavam para atender a demanda da metrópole enquanto que os engenhos mineiros se voltavam para a subsistência. O autor entende que a com a estagnação da produção de ouro, a população procurou outros meios de subsistência, entre eles o plantio de cana.

---

<sup>170</sup>PRADO, Paulo. Prefácio. In: ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. 7<sup>a</sup>ed. São Paulo: Publifolha, 2000. p.25-26.

A partir da renovação historiográfica iniciada nas primeiras décadas do século XIX, o estudo das atividades açucareiras passa a ser dividido por Rodrigues em dois grupos<sup>171</sup>. O primeiro que justifica o desenvolvimento e os momentos de crise do setor por fatores externos como: a multiplicação dos *plantations* ao longo do litoral brasileiro no século XVI, a perda do monopólio do mercado europeu, a crise de superprodução no Brasil e a queda nos preços do açúcar no mercado internacional em fins do século XIX em decorrência da concorrência do açúcar de beterraba branca. A esse grupo, Rodrigues chamou de estruturalista, analisando e discutindo as interpretações dos seguintes autores: Celso Furtado, Caio Prado Junior e Roberto Simonsen, Fernando Novais, Stuart Schwartz, Sergio Buarque<sup>172</sup>.

O segundo grupo relaciona o sucesso da economia na colônia não só às exportações, mas principalmente ao crescimento do comércio no mercado interno. Ou seja, para esse grupo os investimentos no setor açucareiro adivinham da própria economia colonial, os comerciantes e colonos residentes reinvestiam parte dos lucros nesse setor. Os primeiros trabalhos dedicados a discutir a diversidade e o dinamismo da economia mineira, nos séculos XVIII e XIX, foram escritos por Daniel Carvalho e Mafalda Zemella, no início da década de 50<sup>173</sup>.

Nesse contexto Rodrigues destaca que a produção da cana-de-açúcar e de seus derivados na capitania foram proporcionados pelo crescimento da população mineira, principalmente pela população escrava. O autor afirma que a aguardente era utilizada para animar o difícil trabalho nas lavras e sua importância se equiparava a gêneros de primeira necessidade<sup>174</sup>. O desenvolvimento da Zona da Mata passou a ser revisado em virtude da intensidade do debate sobre o mercado interno, ganhando destaque no final dos anos 80 e início dos 90 e promovendo reflexões acerca de regiões até então consideradas periféricas<sup>175</sup>.

Sobre a instalação dos primeiros engenhos centrais construídos na Zona da Mata Mineira nas cidades de Visconde de Rio Branco, Ponte Nova e Leopoldina, Rodrigues acredita no benefício que esses municípios obtiveram em razão do incentivo de crédito. Entretanto para o autor, para a instalação do Engenho Central Rio Branco além do incentivo estatal, contaram também as transformações no mercado interno do açúcar, motivadas pela expansão da cafeicultura na região e das transformações estruturais promovidas por esta cultura.

---

<sup>171</sup>RODRIGUES, *op. cit.* p. 4.

<sup>172</sup>*Idem*, p. 2-34.

<sup>173</sup>*Idem*, p. 34.

<sup>174</sup>*Idem*, p. 36.

<sup>175</sup>*Idem*, p. 37.

Lincoln Rodrigues afirma que sua construção foi resultado das transformações ocorridas na sub-região central da Zona da Mata e na relação desta com a sub-região sul, relacionando a instalação do Engenho Central a fatores como: o desenvolvimento da economia cafeeira, o surgimento da ferrovia, o crescimento do mercado interno, a ação do governo provincial e a disponibilidade de capitais para o financiamento da indústria açucareira<sup>176</sup>. Além dos fatores descritos por Rodrigues salientamos que o parcelamento das terras, a incapacidade dos proprietários de manterem a posse de terras, promoveu maior disponibilidade de mão de obra, visto que na década de 1880 muitos inventariados apresentaram pequenas porções de terra já insuficientes para subsistência de suas famílias.

A produção canavieira na zona da Mata foi inicialmente destinada a suprir as necessidades da economia local. Seu crescimento se deveu a uma série de fatores, dentre eles a chegada da Corte Portuguesa, no século XIX, que transformou a cidade do Rio de Janeiro num grande centro consumidor de gêneros tornando a Província de Minas um importante e próximo centro de abastecimento. O crescimento da cafeicultura na porção sul da Mata pode ser entendido como outro fator que fomentou a produção de açúcar nas demais sub-regiões, uma vez que possibilitou uma melhoria nas condições de transporte e acumulação de capitais. Entretanto observamos que ao passo que o crescimento da produção cafeeira atinge a mata Central, o cultivo desse gênero assume a liderança no montante das colheitas.

As raízes do cultivo da cana-de-açúcar na região são antigas, uma vez que contamos com registros de que o Padre Francisco da Silva Campos, responsável pela paróquia de São João Batista do Presídio, logo após o arraial de mesmo nome ser fundado em 1787, estabeleceu algumas aldeias nas quais introduziu sistematicamente a lavoura da cana-de-açúcar e de alguns cereais<sup>177</sup>.

A produção açucareira na região do Presídio foi apontada pelo vigário que cuidou de relacionar os engenhos existentes na freguesia, no ano de 1822, apresentando um total de 40. Desse número, 15 engenhos dedicavam-se à produção de rapadura; 1 à de aguardente; 17 produziam os dois subprodutos (aguardente e rapadura) e para 7 não há descrição da produção de utensílios. Desses engenhos apenas dois eram movidos à força hidráulica sendo os demais eram movidos por tração animal<sup>178</sup>. Esses dados reforçam a importância da atividade açucareira na região desde suas origens.

---

<sup>176</sup> *Idem*, p. 40.

<sup>177</sup> AGUIAR, *op.cit.* p.137.

<sup>178</sup> RODRIGUES, *op. cit.* p. 56.

O crescimento dessa atividade foi observado por Rodrigues ao comparar os dados apresentados pelo vigário Marcelino ao Sr. Valeriano Manso Ribeiro de Carvalho, 1º escriturário e chefe de seção da Contadoria da Mesa das Rendas provinciais, em 20 de dezembro de 1853. Tais dados encontram-se em um documento que faz parte do relatório apresentado pelo presidente da província, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos. Os dados indicam que a província contabilizava um total de 2.552 engenhos, sendo 112 deles na freguesia do Presídio. Desses 112 somente seis eram movidos por água. Nesse contexto as freguesias do Pomba e Presídio juntas correspondiam a aproximadamente 13% dos engenhos da Província<sup>179</sup>.

Romilda Alves também confirma a importante presença da cana-de-açúcar nas produções de São João Batista do Presídio, no século XIX. Segundo a autora os inventários apresentam o feijão como o segundo item mais produzido, perdendo para o milho, no entanto era a cana-de-açúcar que realmente ocupava a segunda posição<sup>180</sup>. Em 1822 a freguesia contava com 40 engenhos de boi, dado que, segundo a autora, converge com as informações obtidas em suas fontes. Encontrando em seus inventários a descrição de 21 engenhos de cana, representando 20% dos inventariados. Entretanto apenas 4,7% contavam com a posse de alambiques<sup>181</sup>.

Em nossas fontes para as décadas de 1870 e 1880 encontramos 30 engenhos de açúcar, representando 25% das propriedades inventariadas e 9 alambiques, cerca de 8%. Ressaltamos que todos os inventariados que possuíam alambiques eram também possuidores de engenhos embora em apenas 4 desses inventários a descrição das plantações incluía a cana-de-açúcar. Se considerarmos os 30 proprietários que possuíam engenho, apenas 9 possuíam plantações de cana-de-açúcar entre seus bens. Esses números podem indicar que, embora os engenhos existissem nas propriedades já não estariam mais sendo utilizados, ou que essas propriedades eram abastecidas mediante o fornecimento da cana produzida em outros espaços. Essa segunda hipótese nos parece a mais plausível visto que até os dias atuais a produção de aguardente recebe destaque na região. Acreditamos que em função do desenvolvimento de outra atividade mais lucrativas em suas unidades produtivas, como o cultivo de café, as plantações de cana-de-açúcar foram deslocadas para outras unidades produtivas. O café aparece em 16 dos inventários que possuíam engenhos. Acreditamos que em razão da maior procura, os proprietários mais abastados tenham deixado de lado a produção açucareira para

---

<sup>179</sup> *Idem*, p.56-57

<sup>180</sup> ALVES, *op. cit.* p. 87.

<sup>181</sup> *Idem*.

se dedicarem ao cultivo de café, atividade mais rentável em finais do século XIX, mantendo o engenho de forma secundária e mediante a compra de cana-de-açúcar que seria processada em suas “fábricas”.

Dos 30 inventários que apresentaram engenho de rapadura entre suas benfeitorias, 9 conforme já informamos, plantavam entre outros gêneros, cana-de-açúcar, todavia 3 deles dedicavam-se ao cultivo de cana e café. Os seis restantes dedicavam-se majoritariamente ao cultivo da cana. Cinco inventário que não possuíam engenho ou alambique apresentavam entre seus bens plantações de cana-de-açúcar. É possível que se constituíssem como fornecedores de cana àqueles proprietários de engenho referidos acima que não se dedicavam ao cultivo desse gênero.

No que tange a mão de obra, observamos que dos 14 inventários que cultivavam cana-de-açúcar, 6 não possuíam escravos. No entanto, a média de escravos por unidade produtora de açúcar era de 6. Ou seja, a média de escravos nas unidades produtora de açúcar era duas vezes maior que a média de escravos nas unidades produtoras de café. Mesmo diante desses números, acreditamos que as unidades que cultivavam cana também não dependiam exclusivamente da mão de obra escrava, podendo contar com a mão de obra familiar, visto que a média de filhos por unidade também era 6. Outra particularidade interessante é que 64% dos inventários que cultivavam cana-de-açúcar eram representantes das médias e grandes fortunas, e em 33% deles não havia escravos.

Entretanto quando levantamos a mão de obra nas unidades detentoras de engenho constatamos uma redução na posse de escravos. A média de escravos por unidade passou de 6 para 3 e a média de filhos por unidade passou de 6 para 5.

De acordo com Carrara, “*com uma moenda e uma tacha era possível a qualquer lavrador produzir seus melados, açúcares e rapaduras. Mas apenas os afortunados proprietários de alambiques podiam destilar as cachaças*”<sup>182</sup>. O caldo de cana servia em alguns casos como remédio para os enfermos e a aguardente funcionava como bebida de uso doméstico e cura de feridas. No início do século XIX ela servia também como troca entre índios e colonos. Em troca de aguardente e sacos de milho, os índios davam aos colonos poaia, cera, mel, bálsamos e outros gêneros<sup>183</sup>.

Feita a análise de quantos de nossos inventariados se dedicavam ao cultivo da cana-de-açúcar através da descrição de engenhos em suas propriedades vamos a seguir, buscar uma

---

<sup>182</sup>CARRARA, Ângelo Alves. **Minas e Currais: Produção Rural e Mercado Interno de Minas Gerais, 1684 - 1807**. Juiz de Fora: Editora da UFJF. 2007, p. 208.

<sup>183</sup> *Idem*.

definição para o termo “engenho de cana”, visto que em nossa documentação, estes instrumentos nos permitiram avaliar a participação da produção açucareira no município no período estudado.

Vera Lúcia Amaral Ferlini, em “A Civilização do Açúcar: séc. XVI e XVII” analisa os engenhos segundo características de suas moendas. A autora explica que a cessão de sesmarias próximas a rios era um incentivo ao erguimento de engenhos d’água que eram denominados “engenhos reais”, não por serem propriedades da Coroa, mas por serem os “reis” dos engenhos, ou seja, aqueles que produziam mais. No entanto, a autora também argumenta que os engenhos d’água conviveram por todo o período colonial, com outros tipos de aparelhagem, como os engenhos movidos a bois, bestas ou cavalos e mesmo, em alguns casos, a tração humana, esses são conhecidos como: trapiches, molinetes ou almanjarras. Conhecidos também como engenhos menos compostos<sup>184</sup>.

O gado de tiro podia ser utilizado como força de tração nos engenhos, chamou-nos atenção a existência de um inventário que contava com 20 juntas de boi, o maior número para esse tipo de criação e que possuía engenho e alambique entre as benfeitorias descritas na propriedade desse inventariado. Indicando o tipo de engenho dessa unidade produtiva: força animal.

Marcelo Magalhães Godoy, em “Civilizações da cana-de-açúcar: dois paradigmas de atividades agroaçucareiras no novo Mundo, séculos XVI a XIX”, compara a estrutura produtiva da indústria manufatureira do açúcar do nordeste agroexportador com atividades agroaçucareiras em Minas Gerais. A distinção feita pelo autor se baseia especialmente no mercado consumidor, visto que as unidades do nordeste comercializavam com o mercado externo, enquanto as mineiras atendiam a demanda do mercado interno. De acordo com o autor as atividades agroaçucareiras em Minas, contrastavam com a produção de açúcar para exportação, em função da reduzida dimensão média dos engenhos, heterogênea base técnica, variável composição da força de trabalho, ausência de especialização produtiva, complexa agenda agrícola e produção preferencialmente destinada ao autoconsumo e mercados locais<sup>185</sup>. Essas características são semelhantes às encontradas nos documentos que analisamos para o município de Visconde do Rio Branco, onde na maioria dos casos os engenhos eram pequenos e a mão de obra familiar. Godoy afirma ainda que na produção de autoconsumo a redução do custo de montagem dos engenhos, era prioritária.

---

<sup>184</sup> FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **A civilização do açúcar: séc. XVI a XXII**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1992, p. 35 e 36.

<sup>185</sup> GODOY, Marcelo Magalhães. **Civilizações da cana-de-açúcar: dois paradigmas de atividades agroaçucareiras no Novo Mundo, século XVI a XIX**. Texto para discussão n° 304. p.20.

Na produção de autoconsumo, principalmente de caráter camponês, impunha-se a opção pelo mais reduzido custo de montagem de engenhos e engenhocas. Larga disponibilidade de matérias para a construção de instalações e para a montagem de equipamentos, reduzido custo da mão-de-obra especializada necessária à confecção das máquinas de moagem e, sobretudo, a possibilidade de irrestrito recurso ao trabalho familiar permitiram que indivíduos de poucas posses se tornassem pequenos produtores de derivados da cana. Excetuando o cobre necessário à confecção de recipientes de cozimento e destilação, todos os materiais empregados na moagem de fábricas de cana tendiam a estar disponíveis àqueles que dominassem os conhecimentos para a montagem das instalações e equipamentos ou que possuíssem algum recurso para remunerar profissionais habilitados<sup>186</sup>.

Em nosso conjunto documental de 117 inventários, em 30 deles encontramos a descrição de engenhos nas propriedades, no entanto, em apenas cinco, o número de escravos é maior que cinco. Dessa forma a mão de obra predominante nessas unidades produtivas era sem dúvida o trabalho familiar. Na maioria dos casos a descrição dos bens é pobre em detalhes, por isso, em nenhum caso os engenhos foram identificados como tração animal ou engenhos d'água. No entanto alguns fatores nos levam a deduzir que os engenhos encontrados em nossos documentos eram movidos por tração animal, entre esses fatores podemos citar: o tamanho das propriedades e a posse de animais que poderiam exercer essa função.

A presença de engenhos nas propriedades se destaca na década de 1880 que aparecem registrados em todos os níveis de fortuna, embora nas fortunas muito pequenas aparecessem em menor número. Em 70% das pequenas e médias propriedades foi registrada a presença de engenhos. Acreditamos que enquanto as grandes propriedades não se dedicavam ao processamento da cana buscando o cultivo de gêneros mais rentáveis como o café, os muito pobres não tinham condições de investir na aquisição de um engenho. Observamos também que em apenas 4 casos o cultivo de cana-de-açúcar e café foram consorciados entre os inventariados que possuíam engenho, sendo um deles representante de cada nível de fortuna. O gado *vacum* (consideramos aqui o gado de tiro, bois, vacas, novilhos e bezerros), figurava em 25 unidades detentoras de engenho indicando que muito provavelmente estes animais eram utilizados como força motriz para os mesmo. Não nos ativemos em analisar apenas o gado de tiro, pois acreditamos que nem todos os escravos separavam o gado de tiro do restante, pois alguns bois não descritos como uma “junta” tinham nomes que combinavam e essa prática de nomear a junta de bois com nomes que rimavam ou combinavam era recorrente.

---

<sup>186</sup> GODOY, *op.cit.* p. 28.

QUADRO 6 - Perfil dos proprietários de engenhos- 1870-1888

Data	Inventariado	Monte Líquido	Alambique	Cana	Café	Colheitas	Participação café nas colheitas	Equino	Muar	Bovino	Tiro
1872	Clara Maria da Silva	5.070,000	Não	Não	Não	0,000	0,000	0	1	6	0
1876	Rita Rosa de Miranda	3.629,580	Não	Não	Sim	766,000	766,000	5	0	7	0
1878	Gabriel Rodrigues de Carvalho	7.109,500	Não	Não	Sim	600,000	600,000	0	2	9	0
1880	Maria Teodora de Jesus	10.450,000	Não	Não	Sim	1.500,000	1.500,000	1	0	0	2
1874	José Carvalho do Valle	4.609,370	Não	Não	Não	0,000	0,000	0	0	3	0
1881	José Joaquim Ferreira	32.581,436	Não	Não	Sim	6.010,000	5.650,000	1	2	31	0
1881	Manoel Ferreira de Carvalho	640,587	Não	Sim	Sim	625,000	600,000	0	1	0	0
1887	Domiciano Gomes Barreto	4.996,232	Sim	Não	Sim	490,000	410,000	1	0	6	0
1882	Antônia Maria de Jesus	12.773,033	Não	Sim	Sim	1.100,000	300,000	1	19	24	0
1882	Francisca Maria da Silva	56.549,655	Sim	Sim	Sim	2.180,000	630,000	3	2	8	2
1882	João José Alves	8.037,000	Sim	Não	Não	0,000	0,000	0	0	9	2
1883	Cândido José Gonçalves Júnior	9.804,500	Sim	Não	Sim	1.200,000	1.200,000	2	2	1	6
1883	Manoel Januário da Silva	983,300	Não	Não	Sim	160,000	160,000	1	0	2	0
1884	Antônio Alexandre de O.Congonha	4.319,450	Não	Não	Não	0,000	0,000	0	0	2	0
1882	Sebastião Calixto dos Santos	6.409,000	Não	Sim	Sim	1.440,000	1.440,000	0	3	3	2
1884	Joaquim Romualdo dos Santos	1.974,000	Não	Não	Sim	277,000	40,000	3	0	10	0
1884	José Teixeira Alves	4.442,000	Sim	Não	Sim	820,000	820,000	1	0	13	0
1884	Manoel dos Santos Ferreira	2.214,600	Não	Não	Não	0,000	0,000	0	0	0	0
1887	Altina Carolina de Jesus	18.411,860	Não	Sim	Não	0,000	0,000	0	0	4	0
1887	Antônio Lopes de Oliveira	15.514,000	Sim	Sim	Não	100,000	0,000	4	7	8	8
1887	Francisco Pereira Santiago	3.780,290	Não	Sim	Não	50,000	0,000	0	0	0	0
1886	Maria Jacintha Caldeira Bicalho	2.324,000	Não	Não	Não	0,000	0,000	0	1	0	0
1888	Ana Inocencia da Silva e Castro	-1.057,892	Não	Não	Não	0,000	0,000	0	2	1	6
1888	Cândida Maria de São José	21.248,500	Sim	Sim	Não	1.081,000	0,000	26	30	18	20
1888	Francisca de Paula Alfenas	2.595,258	Sim	Não	Não	0,000	0,000	1	2	11	0
1888	José Teixeira Carvalho	2.952,000	Não	Não	Sim	250,000	250,000	0	0	0	0
1888	Raquel Maria dos Anjos	76.864,308	Não	Não	Sim	11.508,000	10.408,000	1	1	35	0
1889	Francisco Casemiro Carneiro	3.570,000	Sim	Sim	Não	100,000	0,000	3	4	0	8
1885	Domingos Batista Ferreira	9.960,000	Não	Não	Sim	100,000	100,000	3	0	9	0
1885	José Simplicio dos Santos	1.420,000	Não	Não	Sim	400,000	400,000	9	0	7	0

Os livros de Indústria e Profissões de Rio Branco<sup>187</sup> indicam a presença de 192 engenhos nos anos de 1892/1893, sendo 75 instalados no espaço urbano do município. Embora se refira a um período posterior ao abrangido por nossa pesquisa, esses dados nos permitem identificar a importante participação da produção açucareira no município em função do grande número de engenhos estabelecidos na cidade. Embora os dados de nossos inventários também já nos permitissem essa visão, os dados dos livros de Indústria e Profissão reforçam essa constatação porque diz respeito a situação geral do município no período e não apenas aos bens dos homens que morreram no período estabelecido por nosso estudo. A força motriz desses engenhos era diversificada: 177 utilizavam animais, 13 utilizavam força hidráulica e 2 eram movidos a vapor. A partir da análise desses documentos Rodrigues conseguiu dimensionar a produção conforme o valor pago pelos proprietários de engenho de cana à prefeitura<sup>188</sup>.

**QUADRO 7 - Classificação dos engenhos de cana – Força motriz e produto beneficiado – Visconde do Rio Branco -1892**

	<b>Engenhos – Força motriz e Produto</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
<b>Engenhos classificados pela Força Motriz utilizada na unidade produtiva</b>	Engenhos movidos a vapor	-	-
	Engenhos movidos a água	04	11,5
	Engenhos movidos por animais	31	88,5
<b>Engenho classificado pelos Produtos Beneficiados na unidade produtiva</b>	Café	-	-
	Rapadura	21	58,3
	Aguardente	15	41,6
	Rapadura e Aguardente	-	-
	Açúcar	-	-
<b>Outros tipos de engenho</b>	Serra	-	-
<b>Engenho com informações incompletas</b>	Sem a descrição da produção realizada	01	2,7
	Sem definição da força motriz utilizada	02	5,5
	Sem definição da localidade de instalação	02	5,5
<b>Total</b>		76	

**Fonte:** RODRIGUES, Lincoln Gonçalves. *A agroindústria da cana-de-açúcar na Zona da Mata Mineira*. Juiz de Fora, UFJF, 2012. Dissertação de Mestrado, p. 89.

<sup>187</sup> Documentos arquivados no Museu Municipal de Visconde do Rio Branco. Série Indústria e Profissões. 5C. In: RODRIGUES, *op. cit.* p. 88.

<sup>188</sup> RODRIGUES, *op. cit.* p. 88.

**QUADRO 8 - Classificação dos engenhos de cana – Força motriz, produto beneficiado e localidade – 1893**

	Engenhos	Rio Branco	Bagres	S. José do Barroso	São Geraldo	S/local	Total	%
	Engenhos/Vapor	01	01	-	-	-	02	1,0
	Engenhos/Água	06	02	04	01	-	13	6,7
	Engenhos/Animais	68	53	26	30	-	177	92,1
	Engenhos sem descrição da força motriz	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Subtotal</b>	<b>75</b>	<b>56</b>	<b>30</b>	<b>31</b>	<b>-</b>	<b>192</b>	<b>99,8</b>
	Engenho/Café	-	03	-	-	-	03	1,56
	Engenho/Café e Serra	02	-	-	-	-	02	1,04
	Engenho/Rapadura	52	45	19	25	-	141	73,4
	Engenho/Aguardente	20	08	11	06	-	45	23,4
	Engenho/Açúcar e Aguardente	01	-	-	-	-	01	0,52
	Engenho/Sem qualificação de produto	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Total</b>	<b>75</b>	<b>56</b>	<b>30</b>	<b>31</b>	<b>-</b>	<b>192</b>	<b>99,96</b>

Fonte: RODRIGUES, Lincoln Gonçalves. *A agroindústria da cana-de-açúcar na Zona da Mata Mineira*. Juiz de Fora, UFJF, 2012. Dissertação de Mestrado, p. 89.

As tabelas ajudam a identificar a importância dos animais para o funcionamento dos engenhos, já que a maioria tinha como força motriz a tração animal. Além de indicarem que os engenhos não se dedicavam a produção de açúcar, mas ao fabrico de aguardente e rapadura. Conforme mencionamos a aguardente era utilizada em âmbito doméstico e certamente sua produção atendia ao comércio local. Embora essa afirmação não possa ser sustentada apenas através do estudo de inventários a presença entre os bens dos nossos inventariados que se dedicavam ao comércio de garrafas de aguardente nos levam a supor que assim fosse. Entre os bens apresentados para serem inventariados pela viúva de José Garcia de Souza, falecido em 1871, constavam 72 garrafas de aguardente. A rapadura também figurava entre os itens comercializáveis.

Nesse período o Engenho Central Rio Branco era responsável pelo processamento de açúcar, segundo os dados apresentados por Rodrigues em 1885, a produção de açúcar atingiu 115.140 Kg<sup>189</sup>. Isso esclarece o fato da produção da cana-de-açúcar não ser representativa em nossos inventários, embora de acordo com Carrara, Visconde do Rio Branco e Ponte Nova em 1905 exportassem 55% de todo o açúcar produzido na Zona da Mata<sup>190</sup>. Nossos documentos que evocam um período que antecede em 15 anos essa referência informam que esse gênero tem uma recorrência modesta e pouco significativa entre as colheitas.

Godoy aborda também a questão da rotatividade de culturas nas unidades produtivas mineiras ao longo do século XIX, afirmando que a produção de derivados da cana estava

<sup>189</sup> *Idem*, p. 90.

<sup>190</sup> CARRARA, Ângelo Alves. *A Zona da Mata de Minas Gerais*. *op. cit.* p.39

consoiciada com outras atividades econômicadas<sup>191</sup>. Característica presente em nossa pesquisa. Em grande parte das unidades produtivas que possuía em engenhos encontramos outras culturas como plantio de milho, café, arroz, feijão, roças, além das atividades criatórias: eqüinos, bovinos, muares, gado de tiro e suínos.

A rotatividade de culturas abordada por Godoy se tornou recorrente em vários estudos sobre a produção agrícola mineira e já havia sido utilizada em 1963 por Miguel da Costa Filho, em seu livro “A cana-de-açúcar em Minas Gerais”. Nessa obra, Costa Filho apresentou o conceito de fazenda mista, que viria a ser utilizado posteriormente por outros historiadores.

Nossos documentos revelam que boa parte das unidades produtivas desenvolviam mais de uma atividade, embora nossos inventariados na maior parte dos casos fossem homens de poucos recursos. Carla Almeida aponta a diversificação das unidades produtivas mineiras após a crise da mineração. A autora afirma que com o declínio da produção aurífera as unidades passaram a se apoiar nas atividades agropecuárias que geravam lucros muito menores que a mineração. Nessas unidades a diversificação tornou-se uma estratégia para compensar diminuir os custos de reprodução das propriedades. A diversificação permitia maior concentração de riquezas. De acordo com os dados levantados pela pesquisadora a propriedade que se dedicava a mais de uma atividade, possuía aproximadamente duas vezes mais riqueza que uma unidade especializada<sup>192</sup>. Nossos dados também revelam a maior concentração de riqueza nas unidades diversificadas. Mostram inclusive que, das unidades especializadas, as produtoras de açúcar possuíam a maior riqueza, seguidas pelas que cultivavam café.

### 3.3 - Produção de alimentos e atividades criatórias

Nos capítulos anteriores ao abordamos a ocupação territorial da região concluímos pautados em uma análise historiográfica que, com a queda da produção de ouro em Minas a partir da segunda metade do século XVIII, os governadores passaram a incentivar a ocupação dos sertões do leste a fim de impulsionar a produção agrícola. Nesse contexto, teve início uma corrente migratória rumo às vertentes dos rios, ribeirões e estradas da zona da Mata. Esses

---

<sup>191</sup>GODOY, *op. cit.* p. 26.

<sup>192</sup>ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Alterações nas unidades produtivas mineiras.** *op. cit.* p. 189-191.

indivíduos desbravadores começaram a buscar terras férteis para estabelecerem suas unidades produtivas.

A tabela abaixo apresentada por Romilda Alves<sup>193</sup> permite ilustrar o contexto descrito acima, os dados são referentes a algumas regiões da Mata central, incluindo São João Batista do Presídio e, embora façam referência à primeira metade do século XIX, possibilitam a compreensão da importância da agricultura na região.

**QUADRO 9 - Ocupação dos chefes de domicílio, segundo o sexo - 1819/1822**

Setor/Ocupação <sup>1</sup>	Homens	Mulheres	Total
Não declarada	68	79	147
Agricultura	595	59	654
Comerciante	32	–	32
Jornaleiro	10	–	10
Transporte	3	–	3
Artesanato	14	11	25
Cargos Públicos e Clérigos	10	–	10
Ofícios mecânicos	28	-	28
Outros	13	24	37

**Fonte:** Arquivo Público Mineiro (APM). Listas nominativas, Mariana – 1819/1822. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica. Nota: (1) Incluem-se aqui agregados os dados de: Rio Pomba, Santa Rita do Turvo, São João Batista do Presídio e São Januário do Ubá. *In:* ALVES, Romilda Oliveira. **Fronteira em expansão: população, terra e família na Zona da Mata Mineira (1808-1850)**. Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. Dissertação de mestrado, p.75

Esse quadro nos permite refletir sobre a importância da agricultura na ocupação tanto dos homens como das mulheres estabelecidos nessa região. E nos leva a questionar a permanência dessa situação ao longo do século. A análise dos inventários de Visconde do Rio Branco nos permite concluir que essa situação persistiu ao longo de todo o século XIX. Embora os documentos consultados quase nunca declarassem a ocupação do inventariado, era evidente a importância da agricultura nessas unidades produtivas, tanto que na análise das fortunas observamos que as colheitas ocupavam o quarto item que em importância, representando 6,2 % do total das fortunas. Esse número parece pouco significativo a princípio, contudo, se consideramos que as terras ocupavam o primeiro lugar com 32,6%, seguidas pelos escravos com 19,2%, podemos concluir que a posse de terras para cultivo era o maior bem desses homens. Para cultivá-la contavam com a força de trabalho familiar e alguns poucos escravos, quando comparamos com regiões agroexportadoras. Ainda assim, não podemos desmerecer a importância da força de trabalho escravo, visto que ocupavam o segundo lugar entre os bens mais valiosos de nossos homens. Esses elementos comprovam que as atividades agrícolas eram essenciais para essa sociedade. Trata-se agora de

<sup>193</sup> ALVES, *op. cit.*, p. 75.

detalharmos um pouco mais quais eram os cultivos mais freqüentes e em que bases se estabeleciam.

Ao analisarmos a ocupação de nossos inventariados observamos a predominância de atividades voltadas para subsistência como atividades agrícolas e criatórias. Mesmo entre os quatro comerciantes que compunham nosso corpo documental, encontramos dois que se dedicavam também a atividades voltadas para subsistência, visto que eram proprietários de terras e criadores de animais, tais como: gado e porcos. Os outros dois comerciantes se dedicavam exclusivamente ao comércio.

Conforme esclarecemos anteriormente nossa preocupação nesse capítulo é tratar a atividade econômica do município a partir dos dados coletados nos inventários analisados em nossa pesquisa, por isso detalharemos a investigação da produção agrícola dos inventários. Inicialmente dedicamos uma atenção especial às culturas do café e da cana-de-açúcar, abordando brevemente o histórico dessas duas atividades em Minas. Conforme mencionamos nesse período o café atinge altos níveis de produção tanto no cenário nacional como na zona da Mata, especial em sua porção sul. Já a produção açucareira destaca-se no município de Visconde do Rio Branco que em 1905 juntamente com Ponta Nova foi responsável por mais da metade de todo o açúcar produzido na zona da Mata.

De acordo com Carrara a paisagem rural da Mata central foi marcada até a década de 1840 pelas lavouras de milho, feijão e cana. A partir daí também o café passou a fazer parte da paisagem com maior freqüência. Em menor número estavam também alguns arrozais. Quanto aos rebanhos esse autor revela que, apareciam algumas cabeças de gado bovino, um ou outro cavalo, poucas ovelhas e cabras, mas um bom número de porcos<sup>194</sup>. Nossos inventários não revelam um cenário muito diferenciado para a região de Visconde do Rio Branco, no entanto, percebemos que os arrozais apareciam em maior número que as plantações de feijão. As ovelhas e cabras apareceram em apenas 6 inventários. Já as lavouras de milho são descritas em 40 inventários, na maior parte dos casos consorciados com outras culturas, especialmente cana e café.

Nas unidades produtivas mineiras era comum a conjugação do cultivo de produtos agrícolas tipicamente destinados à subsistência (milho, arroz e feijão), paralelamente à produção de gêneros exportáveis<sup>195</sup>. Já havíamos nos remetido a essa situação quando tratamos da produção açucareira na região, conforme estabelecemos anteriormente. Alguns historiadores atribuíram a esse tipo de unidade a denominação de unidade mista.

---

<sup>194</sup>CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo**. *op. cit.*, p.43.

<sup>195</sup>ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Alterações nas unidades produtivas mineiras**. *op. cit.* p.165.

Concordamos com Carla Almeida que, ao abordar essa questão, discute a dificuldade de estabelecer apenas através dos inventários em que medida os gêneros produzidos eram destinados ao consumo interno ou ao mercado. Afirma ainda que o cultivo da cana-de-açúcar, café, algodão ou, muito ocasionalmente do fumo era quase sempre feito conjuntamente com a agricultura de subsistência

Nos inventários a presença de plantações de alimentos pode ser notada pela descrição de suas colheitas e plantações. É esse o caso do inventário de Antônia Maria de Jesus que possuía 77 alqueires de plantação de milho em sua fazenda, um canavial e um carro de milho no paiol.

Segundo o calendário agrícola, feito pelo “Jornal do Agricultor” para o Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, a sementeira de todos os mantimentos acontecia de julho a outubro. Sendo setembro e outubro a melhor época para plantar milho<sup>196</sup>. Esse gênero era muito utilizado nas fazendas e sua descrição foi recorrente nos inventários que analisamos.

O milho (farinha de milho, angu, canjica) era um dos elementos que constituíam a base da alimentação da população de Minas Gerais, juntamente com o feijão e carne de porco<sup>197</sup>. Essa consideração explica a grande incidência de porcos e de lavouras de milho em nossos inventários. Almeida descreve que Mawe em sua viagem pela província visitou a fazenda do Barro de propriedade do Conde de Linhares, situada no termo de Mariana, e dela fez uma descrição detalhada dando a conhecer os hábitos alimentares tanto dos escravos como dos homens livres que lá viviam. Os escravos eram alimentados no almoço com farinha de milho misturada com água quente, dentro da qual colocavam pedaços de toucinho, à noite recebiam uma porção de feijão. Os homens livres no almoço comiam feijão preto misturados com farinha de milho e um pouco de torresmo de toucinho frito ou carne cozida, e no jantar um pedaço de porco assado com farinha de milho derretida em água além de hortaliças com toucinho<sup>198</sup>.

No Nordeste, em São Paulo e no Rio de Janeiro a farinha de mandioca era à base da alimentação, diferente do que ocorria em Minas onde o milho era muito mais valioso<sup>199</sup>. Em nossos inventários não encontramos referência alguma ao cultivo de mandioca, acreditamos que seu cultivo era essencialmente doméstico e que, provavelmente por essa razão, não compensava declará-lo.

<sup>196</sup>FRAGOSO, *op. cit.* p. 52.

<sup>197</sup>ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Alterações nas unidades produtivas mineiras.** *op. cit.* p. 162.

<sup>198</sup>MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978, p. 139. *In:* ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Alterações nas unidades produtivas mineiras.** *op. cit.* p. 139

<sup>199</sup>SANT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.** Belo horizonte: Itatiaia; São Paulo:EDUSP. 1975, p. 106.

O milho também era importante para a pecuária, em função de sua utilização para engordar galinhas e sobretudo porcos<sup>200</sup>. Em nossos inventários os suínos predominam no que diz respeito às atividades criatórias. Já a criação de galinhas, ou melhor, de aves de qualquer espécie não foi mencionado. Entretanto havia descrições de galinheiros entre as benfeitorias de alguns inventariados, indicando que de fato a criação desses animais era comum sendo possivelmente reservados para o consumo doméstico. Também nesse caso, acreditamos se tratar, assim como o cultivo da mandioca de uma atividade essencialmente doméstica e que por isso não foi mencionada.

Georg Heinrich von Langsdorff ao descrever a diversidade das tarefas exercidas pelas mulheres na Mata central, em sua viagem à região em 1824, menciona a utilização do milho em algumas tarefas domésticas exercidas pelas mesmas.

As mulheres são todas empregadas na casa e nos afazeres domésticos, como, por exemplo, levar o milho para a moenda, cozinhar milho e comida para os porcos, ocupar-se da cozinha, da roupa, fiar e tecer algodão, espalhar o feijão de rícino, cozinhar óleo, fazer farinha de milho, dar comida às galinhas, etc<sup>201</sup>.

Romilda Alves afirma que o milho era praticamente constante em todas as propriedades, pois se tratava do principal gênero alimentício da população. Ele era muito utilizado na cozinha mineira como um todo. Podia ser comida cozida ou assada, havendo ainda a possibilidade de ser consumido como mingau, farinha, angu, pamonha, pipocas, biscoito, canjica, canjiquinha, cuscuz, broas, etc.

George Wilhelm Freireyss que esteve em 1826 em São João Batista do Presídio teceu considerações importantes sobre o hábito alimentar dos lavradores ou roceiros: *“Raramente o alimento diário dos camponeses é feito de alguma coisa a mais do que um tipo de feijão, cozido na água e misturado com farinha de milho. Reunidos em volta da panela que contém tal refeição, comem com as mãos dispensando faca e garfo”*<sup>202</sup>.

Vale salientar que o milho e seus derivados, o feijão e a carne de porco juntos constituíam a base da alimentação da população em Minas Gerais, homens ricos, pobres, livres e escravos se sustentavam a base desses três gêneros. Por isso plantações de milho e criações de suínos foram recorrentes entre a descrição dos bens em nossos inventários. O

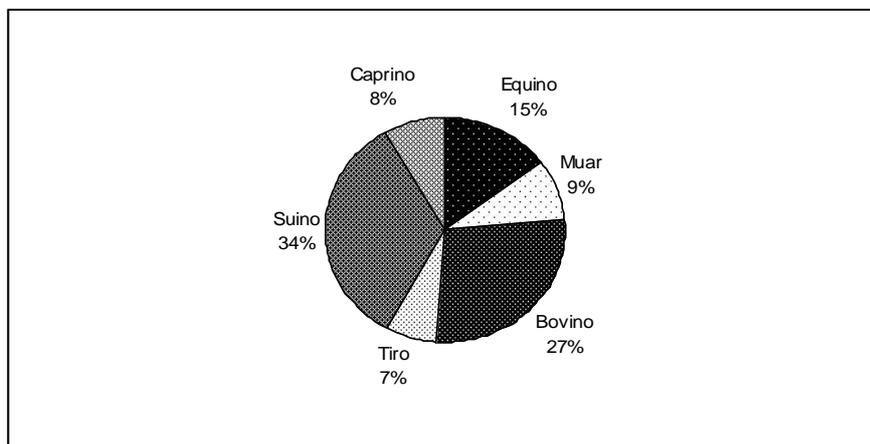
<sup>200</sup>ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Alterações nas unidades produtivas mineiras**. *op. cit.* p. 164.

<sup>201</sup>SILVA, José Joaquim da. **Tratado de Geografia descritiva especial da Província de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais: Fundação João Pinheiro, 1997, p. 81. In: ALVES, *op. cit.* p. 76.

<sup>202</sup>FREIREYSS, Georg Wilhelm. **Viagem ao interior do Brasil**. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo/Itatiaia, 1982, p. 140. In: ALVES, *op. cit.* p. 83.

gráfico abaixo ilustra a participação dos suínos no conjunto dos animais encontrados nos inventários. Já as plantações de milho aparecem em 34% dos inventários.

**GRÁFICO 5 - Composição do rebanho presente nos inventários *post-mortem* em Visconde do Rio Branco – 1870-1888**



**Fonte:** Inventários *post-mortem* do Fórum de Visconde do Rio Branco

Romilda Alves ao analisar as listas nominativas e outras fontes para a primeira metade do século XIX observa uma grande quantidade de pessoas ligadas à agricultura de abastecimento.

Os requerimentos emitidos pelo diretor da Junta Militar, Guido Marlière, são ricos em descrever com detalhes a existência de pequenas roças de alimento no interior dos aldeamentos, estradas e rios. Além do milho, plantava-se nos aldeamentos, arroz, abóbora, favas, sementes de algodão, mandioca, batatas, bananas, laranjas, verduras, melancias, quiabos e pepinos<sup>203</sup>.

Ao percorrer o arraial de São João Batista do Presídio, Langsdorff percebeu que a região especializava-se na produção de milho e de feijão. Seguidos pelo café, criação de porcos e cana-de-açúcar para a produção de aguardente e, em especial, pelo comércio da poaia<sup>204</sup>. Os produtos agrícolas cultivados na primeira metade do século XIX, não são diferentes dos encontrados nos inventários do período estudado. Entretanto o café ao longo do período estudado ocupa lugar de destaque entre os gêneros agrícolas desenvolvidos, pois representa grande parte do valor do item colheitas apresentado em nosso segundo capítulo.

Em nosso segundo capítulo, o item colheitas representava o valor das plantações no total das fortunas de nossos inventariados. Lembramos novamente que esse ativo se manteve em quarto lugar na hierarquia de valores, no entanto, os valores referentes ao café

<sup>203</sup> ALVES, *op. cit.* p. 77.

<sup>204</sup> *Idem*, p. 78.

correspondem a 89% das colheitas. Dessa forma, concluímos que nesse momento o café e não a cana-de-açúcar era o investimento que engrossava as fortunas de nossos inventariados. Ou seja, diante da conjuntura favorável na zona da Mata o café desponta como o principal produto agrícola cultivado no município, de acordo com a análise desses inventários. No entanto não podemos esquecer a importância do cultivo da cana-de-açúcar na região, haja vista que foi em Visconde do Rio Branco que o Engenho Central se instalou. Foi graças a esse empreendimento e não ao cultivo do produto pelos inventariados que o município se manteve grande produtor de açúcar, conforme refletimos ao analisarmos o cultivo da cana-de-açúcar.

Em alguns casos as unidades de produção eram diversificadas. Na propriedade de José Joaquim Ferreira cujo inventário foi aberto em 1881 encontramos uma casa de vivenda, paiol, galinheiro, pasto, casa para café, casa para camaradas, galinheiro, engenho coberto e seus pertences, monjolo, 4.000 pés de café, 50 alqueires de terra de cultura, 42 hectares de plantação de milho, 31 cabeças de gado, 32 porcos e 3 cavalos. Ou seja, uma propriedade tipicamente diversificada. Esse inventariado estava entre um dos mais abastados homens investigados em nossa pesquisa, ocupando o sétimo lugar entre os inventários com maior monte mor.

Geralmente os inventários com maior monte-mor dedicavam-se especialmente ao cultivo de café. Isso ocorreu com os nossos seis homens mais abastados sendo que, 83% deles, ou seja, cinco tinham o café como o principal produto agrícola, visto que o valor desse produto correspondia a aproximadamente 90% do valor referente aos produtos agrícolas cultivados nessas propriedades. Pelo peso representado por esse produto na composição das fortunas, acreditamos que o café não estivesse apenas voltado para subsistência ou para o abastecimento do comércio local.

Possivelmente a cana-de-açúcar nesse contexto estivesse sendo cultivada em pequenas propriedades ou consorciada ao café. Como já destacado, muitas propriedades possuíam engenhos e não cultivavam cana-de-açúcar. Acreditamos que em razão do empobrecimento notado nos inventários algumas dessas propriedades não conseguiram se manter, tendo desativado os engenhos, ao passo que outras propriedades eram provavelmente supridas pelas unidades produtivas que não possuíam engenhos, mas que cultivavam cana lhes abastecer. É possível supor que algumas dessas propriedades podem inclusive ter se especializado nessa tarefa de abastecer os engenhos de outras unidades. Acreditamos que ao se fragmentarem, as pequenas unidades, continuavam cultivando a cana embora não pudessem continuar beneficiando-a. E nos casos mais extremos, por não conseguirem manter a posse da terra, muitos homens teriam sido obrigados a vender o que lhes restava, sua força de trabalho.

Assim o Engenho Central encontraria na região o cenário propício para sua instalação, pequenos produtores que não podiam competir com um grande empreendimento e conseqüentemente se tornariam em um momento ou outro mão de obra disponível. Enquanto isso, o café experimenta uma ascensão que acompanhava a progressão natural seguida por outros municípios da Mata.

Os inventários nos levam a perceber duas situações distintas: o café sendo produzido de maneira mais expressiva e as lavouras de cana perdendo espaço nas fortunas de nossos inventariados. Acreditamos que o desenvolvimento da produção cafeeira seja reflexo do aumento do cultivo desse produto no restante da Mata central. Carrara afirma que após a chegada da ferrovia a parte central da Mata tornou-se uma região de considerável importância na produção de café<sup>205</sup>.

Acreditamos que a redução do cultivo de cana-de-açúcar nos inventários tenha ocorrido em função da monopolização da cultura açucareira pelo Engenho Central o que teria se manifestado de maneira gradativa. Todavia, a produção açucareira de raízes históricas no município ainda deixava rastros nos inventários. Entre esses rastros podemos citar os engenhos que apareceram em 25% dos inventários, embora, no que diz respeito ao valor proporcional que as plantações de cana ocupavam no conjunto das fortunas, o seu peso tenha diminuído consideravelmente como já foi demonstrado. Ou seja, embora continuasse presente e freqüente nas propriedades da região o cultivo da cana-de-açúcar passou a ter um papel secundário nas atividades agrícolas.

Ao analisar com maiores detalhes os dois inventariados com os maiores montes de nosso conjunto documental observamos uma particularidade interessante: ambos dedicavam-se a mais de uma atividade.

Raquel Maria dos Anjos a inventariada com maior monte mor dedicava-se a produção cafeeira. Entretanto, também possuía um engenho de açúcar descrito como velho e descoberto, além de plantações de milho, criação de gado, carneiros e porcos. Todos os seus escravos foram designados como roceiros. Possuía 140 alqueires de terras de cultura, 42.000 pés de café, uma casa para beneficiar café, 126 arrobas de café limpo, uma casa de vivenda na fazenda Bonsucesso, avaliada em dois contos e quintos mil réis. Possuía também uma casa na cidade de Rio Branco avaliada em dois contos de réis. Observamos nesse caso uma unidade produtiva que se dedicava ao cultivo do café e na qual o cultivo desse gênero era sem dúvida a atividade mais importante exercida na propriedade. No entanto, a proprietária

---

<sup>205</sup>CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo.** *op. cit.*, p. 24.

diversificava suas atividades com a criação de gado, carneiros e porcos. Esses animais aparecem em números consideráveis, 35, 63 e 22, respectivamente, o que nos leva a crer que também eram utilizados como fonte de ganho. Observamos que apesar da menção ao engenho, não havia plantação de cana-de-açúcar em sua propriedade, sendo o mesmo descrito como um “engenho velho e descoberto”. Lembramos que seu inventário foi aberto em 1888, ou seja, após a inauguração do Engenho Central. Essa informação nos leva a refletir se com o estabelecimento do Engenho Central, as unidades produtivas mais consolidadas como nesse caso, se desinteressam pela produção de cana-de-açúcar, voltando sua atenção para a produção cafeeira seguindo a tendência da porção sul da Mata. Nossos inventariados tinham um perfil que em nada se aproximava ao dos produtores de café da mata Sul, sendo esse o que mais se assemelhava e, ainda assim, só aos pequenos produtores.

Francisca Maria da Silva possuía o segundo monte-mor mais alto de nossa pesquisa. Sua unidade produtiva contava com uma casa de vivenda avaliada em dois contos de reis, paiol, senzala, uma casa que servia de engenho de cana e de serrar, engenho de ferro, engenho de serra, alambique, tachos e recipientes para armazenar garapa, esfriadeira, formas para rapadura, tonéis e uma tenda de ferreiro. As benfeitorias de sua fazenda foram avaliadas em mais de 14 contos de réis. Possuía também 180 alqueires de terras de cultura, canaviais novos e velhos avaliados em um conto e duzentos mil réis, sete alqueires de plantação de milho e quatro mil e quinhentos pés de café. Embora possuísse escravos não havia descrição quanto à ocupação dos mesmos. Entre os animais descritos apareciam 10 bois, 3 cavalos e 2 mulas, além de 55 porcos. Observamos uma unidade produtiva essencialmente destinada ao cultivo e beneficiamento da cana. Porém, assim como no inventário anterior, observamos uma diversificação nas atividades desenvolvidas, na medida em que, embora se dedicasse majoritariamente à produção de rapadura, aguardente e garapa, a inventariada também plantava café e criava porcos. Já nesse caso, a criação de gado, deveria ser utilizada como força motriz para o engenho, afinal não havia uma vaca sequer entre o rebanho *vacum* dessa fazenda.

Entretanto esses dois inventários não são representativos da realidade da maioria dos inventariados encontrados. No capítulo 2, classificamos as fortunas do município de acordo com o tamanho do monte-mor e encontramos apenas 13 inventariados com fortunas acima de 15 contos de réis, valor que diante de nosso universo consideramos grandes fortunas, ou seja, apenas poucos inventariados teriam uma unidade produtiva condizente com o perfil exposto acima.

Esses dois inventários nos dão uma dimensão da estrutura das unidades produtivas mais abastadas do município sendo que, não por mera coincidência, cada uma delas se dedicava à produção de uma das principais culturas da região: o café e a cana-de-açúcar. Vale ressaltar que esse não é o perfil da grande maioria de nossos inventariados que possuíam fortunas consideravelmente menores. Lembramos que no capítulo anterior trabalhamos os níveis de fortunas e concluímos que apenas 11% dos inventariados pertenciam ao grupo das “grandes fortunas”. Lembrando que a classificação “grandes fortunas” foi estabelecida por nós em virtude da análise dos montes de todos os inventários do período selecionado, a saber, 1870 a 1888.

Para traçarmos um panorama mais geral das unidades produtivas iremos a seguir descrever uma propriedade representativa de cada um dos níveis de fortuna restante: “muito pequenas”, “pequenas” e “médias”. Assim poderemos perceber o funcionamento das unidades menos afortunadas. Procuramos selecionar para essa identificação os inventários que apresentassem montes próximos ao valor médio dos níveis de fortuna adotados, por exemplo, no caso das fortunas classificadas como muito pequenas, a variação do monte é de 100 mil réis a 1 conto de réis, por isso selecionaremos um inventário que se dedicava a atividades agrícolas e que possuísse um monte próximo à metade desse valor.

Manoela Maria de Jesus, cujo inventário foi aberto em 1887, no momento de seu falecimento, possuía os seguintes bens: dois tachos, um monjolo, plantação de cafezais, quatro alqueires de terra de cultura. Não era proprietária de escravos, no entanto era casa e tinha três filhos, sendo um deles casado e os outros dois com idades de 18 e 13 anos. Provavelmente seu marido e filhos fossem responsáveis pelo trabalho desenvolvido nessa unidade produtiva. Seu monte-mor era de 620 mil réis.

Maria Jacinta Caldeira Bicalho possuía na abertura do inventário em 1886 os seguintes bens: alguns bens móveis como tachos e panelas, carro de boi e carretão, uma besta, doze alqueires e meio de terras de plantação de milho, casa de vivenda, paiol, um engenho pequeno e um moinho. Maria Jacinta também não possuía escravos e certamente, assim como a proprietária anterior, seu marido e filhos realizavam as atividades necessárias para o funcionamento de sua propriedade. A inventariada tinha 6 filhos, duas mulheres casadas e quatro homens com idades que variavam entre 18 e 11 anos.

Entre os bens deixados pelo casal João Antônio de Arruda e Ana Jacinta de Azevedo, cujo inventário foi aberto em 1881, estão os seguintes: alguns tachos de cobre, panelas de ferro, um descaroçador de algodão, roda de fiar, alguns objetos de uso pessoal, um oratório, seis éguas, três mulas, uma roça de milho, um arrozal, as benfeitorias da fazenda e dezenove

alqueires de terra, uma casa de vivenda no arraial do Barroso, dezenove alqueires de terra em Caratinga, um crédito firmado com Joaquim Barbosa de Souza. Possuíam também dez escravos entre os quais havia duas mulheres, duas crianças e seis homens em idade produtiva embora a profissão de nenhum deles tenha sido mencionada.

Esse panorama ilustra o perfil das unidades produtivas menos providas que representam a realidade da maioria dos inventariados. Pelo menos 66% dos inventários analisados eram formados de fortunas de até cinco contos de réis. Geralmente esses inventariados possuíam bens escassos, mas em muitos casos possuíam uma porção de terra na qual exerciam alguma atividade agrícola ou criatória. E em alguns casos combinavam mais de uma atividade geralmente voltadas à subsistência.

Essa combinação de atividades é mais evidente nas grandes fortunas, 54% dos inventariados analisados apresentavam mais de uma atividade em suas unidades. Nesse caso pelo menos uma das atividades era destinada ao mercado interno, há casos em que as unidades dedicavam-se ao cultivo de cana-de-açúcar, possuíam engenhos e alambiques, mas também cultivavam café, entretanto uma atividade era enfatizada em detrimento da outra. No entanto 48% dos inventariados com médias fortunas também se dedicavam a mais de uma atividade.

Ao tratar a complexidade da economia mineira, Fragoso acentuou a importância do mercado interno e das produções voltadas para ele, afirmando que a acumulação mercantil de Minas Gerais, devia-se a tendência do empresariado em diversificar suas atividades produtivas. A integração entre atividades comerciais e agrícolas resultou, de acordo com o autor, em uma capacidade de acumulação endógena. Permitindo um aumento das receitas e de suas produções de abastecimento, mesmo nos momentos de queda dos preços nos mercados internacionais, pois a acumulação permitiu um ritmo próprio de reprodução, não totalmente determinado pelas conjunturas externas<sup>206</sup>. Isso esclareceria porque não houve um retraimento com a decadência da mineração, pois a população mineira passou a dedicar-se às atividades agropastoris.

Notamos pelos nossos dados que o milho aparece como produto único em 17 unidades produtivas, que de acordo com o nível das fortunas estão classificados da seguinte forma: 8 inventários referentes as fortunas “muito pequenas”, 6 referentes as “pequenas fortunas” e 2 referentes as “grandes fortunas”. Portanto as unidades que possuíam apenas lavouras de milho

---

<sup>206</sup>FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1970-1830)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1998, p. 20-28.

eram majoritariamente muito pequenas ou pequenas. Conforme já mencionamos o milho além de importante na dieta familiar, também complementava a alimentação dos animais.

O café é o gênero que aparece no maior número de inventários como cultura única, embora seja possível verificar plantações de café consorciadas com outras lavouras. O arroz e o feijão sempre aparecem associados a outras formas de cultivo, e a cana-de-açúcar apenas em dois casos representa a única lavoura da propriedade e nesses são propriedades com “grandes” fortunas.

**QUADRO 10 - Frequência da presença de animais e lavouras nas propriedades inventariadas – Visconde do Rio Branco – 1870-1888**

Produtos		Produto único	Consoiciado	Total de inventários
Lavoura	Milho	17	23	40
	Cana-de-açúcar	2	12	14
	Café	25	18	43
	Arroz	-	8	8
	Feijão	-	2	2
Outros	Roça não especificada	-	11	11
Criação	Eqüino			67
	Muar			37
	Bovino			62
	Tiro			25
	Suíno			33
	Caprino			6

Fonte: Inventários *post-mortem* do Fórum de Visconde do Rio Branco

Romilda Alves ao estudar os inventários da região de Ubá relaciona a diversificação das atividades econômicas da área Central da mata aos instrumentos encontrados nos inventários<sup>207</sup>.

**QUADRO 11 - Instrumentos de trabalho dentro das unidades domésticas**

Instrumentos	Nº de inventariados que possuem cada instrumento	Média de instrumentos por cada inventariado
Enxada	67	4,4
Foice	60	4,2
Machado	63	2,6
Alavanca	12	1,2
Cavadeira	14	1,5
Roda de fiar	34	1,7
Tear	30	1,0
Moinho	33	1,0
Monjolo	20	1,0
Paiol	21	1,0
Alambique	9	1,0

<sup>207</sup> ALVES, *op. cit.* p. 84.

Forno de Farinha	4	1,0
Engenho	24	1,0
Tenda de ferreiro	4	1,0
Arado	1	1,0

**Fonte:** *Inventários post-mortem*. Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá. 1823-1850. In: ALVES, Romilda Oliveira. **Fronteira em expansão: população, terra e família na Zona da Mata Mineira (1808-1850)**. Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. Dissertação de mestrado, p. 84.

A autora explica o uso abundante das enxadas, foices e machados como instrumentos que permitiam a derrubada das árvores e o preparo de lenha para os fogões. Havia em alguns casos facões, arma de fogo e ferramentas necessárias para ferrar os animais e consertar os arreios<sup>208</sup>. Nossos inventários apresentam instrumentos semelhantes e com pouca importância no montante das fortunas. Em nossa pesquisa classificamos os instrumentos de trabalho juntamente como os demais bens móveis e observamos que eles representavam apenas 1,8% do total das fortunas, dessa forma, constatamos que são pouco representativos.

Carla Almeida relaciona os poucos instrumentos de trabalho à falta de aprimoramento nas técnicas agrícolas, indicando uma economia que dependia mais da incorporação de terras e de mão de obra para seu funcionamento. Sabemos que o período abordado pela historiadora nesse trabalho, 1750 a 1822, permitia a constante incorporação de terra e de mão de obra, o que já não era mais possível no período que estudamos.

A pequena participação dos instrumentos de trabalho na composição do patrimônio dos inventariados, aliada à referida grande importância dos bens imóveis e dos escravos, indicam uma economia muito mais dependente das constantes incorporações de terras e mão-de-obra para o seu funcionamento do que do aprimoramento técnico. Ou seja, um sistema econômico caracterizado pela forma extensiva de produção (...) os instrumentos de trabalho presentes tanto nas pequenas quanto nas grandes propriedades eram sempre os mesmos: foices, enxadas, machados, cavadeiras, alavancas e almocafres. O que variava era o número desses instrumentos por propriedade. Mesmo levando-se em conta que as benfeitorias relacionadas ao beneficiamento dos produtos vinha normalmente avaliada junto com as terras ou com o “casco” da fazenda, consideramos que o baixo valor dos instrumentos de trabalho e o tipo sempre recorrente dos mesmos são indicadores de uma forma de produzir extensiva<sup>209</sup>.

Apesar de estudarmos períodos distintos, nos quais algumas modificações na conjuntura do país já haviam ocorrido, como: a implantação da lei de terras e a proximidade com a abolição da escravidão no país, observamos que os instrumentos de trabalho continuavam pouco representativos no total dos bens descritos nos inventários. Tal situação indica que a forma de produzir talvez não tenha sofrido grandes modificações ao longo do século XIX, pelo menos na região que estudamos. Entre os instrumentos de trabalho que

<sup>208</sup> *Idem*, p. 85.

<sup>209</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Homens Ricos, Homens Bons: produção e hierarquização social em Minas Colonial: 1750-1822**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2001, p. 176.

encontramos podemos citar: cavadeira de ferro, alavanca de ferro, enxada, foice, aparelho de ferrar, tenda de ferreiro, torques, machado e alguns poucos descaroçadores de algodão.

Faremos a seguir uma análise da composição e dimensão do rebanho. Para isso utilizaremos o conjunto de animais descritos nos inventários trabalhados buscando analisar a dinâmica entre pecuária e agricultura no interior das propriedades.

Caio Prado Júnior estabelece para o período colonial, três grandes regiões de pecuária: os sertões do norte, as planícies do sul e a parte meridional de Minas Gerais. Sendo cada área responsável por um tipo específico de pecuária. Ainda segundo o autor, a pecuária no norte sofreria um declínio sendo a mesma afetada pelas secas e pelo desenvolvimento da atividade em Minas que ganhava o mercado dos centros mineradores<sup>210</sup>. Dessa forma o Rio Grande do Sul passaria a abastecer os núcleos agrícolas do litoral e a Comarca do Rio das Mortes os núcleos mineradores e mais tarde os mercados do Rio de Janeiro. Essa última região possuía condições muito favoráveis para o desenvolvimento da pecuária, como: os rios volumosos, a pluviosidade razoável e bem distribuída com terras férteis além da vegetação<sup>211</sup>.

As condições específicas da parte meridional caracterizaram uma pecuária distinta da que havia existido nos sertões. Uma das diferenças diz respeito às instalações da propriedade. Enquanto no nordeste estas eram simples feitas de taipa e cobertas de capim, em Minas eram mais complexas e bem cuidadas. O período focado na presente pesquisa é distinto do período focado por Almeida, entretanto as informações da autora são relevantes no que dizem respeito às características das propriedades que desenvolviam esse tipo de atividade e a destinação do rebanho dessas unidades produtivas. Nossos documentos revelam a existência da pecuária entre as atividades desenvolvidas no interior das unidades produtivas, no entanto, encontramos apenas 17 proprietários com mais de 10 cabeças de gado. As duas unidades com maior número de bovinos, a saber: 35 e 31, foram classificadas por nós como “grandes fortunas” em função de seus montes, e nem mesmo nesses inventários encontramos estrebarias, currais, logradouros ou retiro. Apenas referências a existência de pastos. Todavia o valor do ativo “animais” nessas duas fortunas representava 2% e 3% respectivamente. Notamos também certo equilíbrio entre bois e vacas nesses dois inventários.

Concluimos que a pecuária nas “grandes fortunas” não está entre as atividades principais exercidas no interior dessas unidades produtivas, certamente apenas complementava a renda dos inventariados, ajudava no funcionamento da unidade ou se destinava a subsistência. Nesse último caso o gado poderia fornecer leite utilizado para a

---

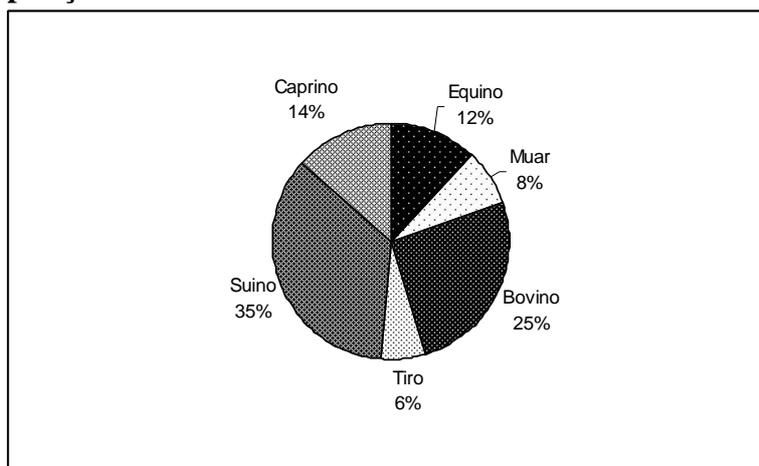
<sup>210</sup> RADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 18a ed. São Paulo: Brasiliense, 1983, p.189.

<sup>211</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Homens Ricos, Homens Bons**. *op. cit.* p.114.

produção de queijo, manteiga ou ao abastecimento familiar. Os bovinos, em especial os de tiro serviam ainda como força motriz para os engenhos. Em alguns casos, onde o número desses animais era mais expressivo, a complementação da renda podia ser feita com a venda do gado para corte ou com a venda do leite e seus derivados. No entanto, em virtude da representatividade do valor dos animais no montante das fortunas, não podemos afirmar que essa atividade constituísse a principal fonte de renda em nenhuma das unidades produtivas analisadas.

Lembramos que o milho, produto recorrente em nossos inventários, servia como suplemento alimentar para os bovinos e suínos. Conforme anteriormente mencionamos esse gênero agrícola além de ser largamente utilizada na alimentação familiar e dos escravos era importante também na alimentação dos animais e por essas razões figura na descrição dos bens de grande parte dos inventariados.

#### **GRÁFICO 6 - Composição dos rebanhos em unidades com lavoura de milho– 1870-1888**



**Fonte:** Inventários *post-mortem* do Fórum de Visconde do Rio Branco

Notamos que a presença de suínos e caprinos aumentou nas unidades que cultivavam milho, novamente relacionamos a esse fato a alimentação dos suínos. No entanto, as unidades com gado vacum (bovino e tiro) reduziram, indicando que a principal fonte de alimentação desse tipo de rebanho na região eram as pastagens.

Caio Prado Júnior também observa a importância de dois outros grupos de animais que figuravam na paisagem mineira no período colonial: o rebanho de carneiros e de suínos. O primeiro ligado ao fornecimento de lã para a tecelagem de panos grosseiros. E o de suínos, importante na alimentação da população colonial, cuja maior utilidade era a produção de

toucinho para a condimentação de alimentos<sup>212</sup>. Nossas fontes revelam a importância dos suínos entre os animais que compunham as propriedades, no entanto, os caprinos apareciam em número reduzido, e estavam presentes em apenas 6 inventários, enquanto os suínos figuravam em 33 inventários.

O gado muar também se destacava na paisagem mineira. Nas minas as bestas, por serem mais resistentes eram preferencialmente utilizadas como meio de transporte de cargas e muitas vezes como tração animal. Almeida argumenta sobre a importância destes animais para a atividade econômica durante o período colonial, segundo a autora sua importância pode ser comprovada pelo repúdio dos mineiros ao decreto real de 1761 que pretendia extinguir o seu uso. Esse decreto pretendia preservar os criadores de gado cavalari da Bahia, Pernambuco e Piauí. No ano seguinte os oficiais da Câmara de Vila Rica elaboraram uma representação contestando o decreto, esse documento foi elaborado baseado nas ponderações que receberam dos homens de negócios da região. Na carta explicam o motivo pelo qual optavam pelo muar como meio de transporte<sup>213</sup>.

Um cavalo que se ocupa em conduzir dos caminhos de Minas, o mais que pode durar são sete anos e uma besta muar não deixa de exceder a doze. Um cavalo carrega menos peso, viaja menos caminho, e nem todos pastam soltos, sendo uma besta muar em tudo diferente: carrega maior peso, em igual tempo viaja mais caminho, porque até no caminhar são mais violentas, não lhes faz falta o dar ração de milho, quando nas paragens o não há e de todo posto se aproveitam sendo certo que o grande número de cavalgaduras que giram nos caminhos de minas, tem incapacitado os pastos daquela fertilidade que precisam os cavalos o que faz menos falta às bestas muares porque na maior esterilidade se utilizam do que aqueles desprezam<sup>214</sup>.

Evidentemente essa legislação não teve sucesso e as bestas muares continuaram crescendo ao longo do século XIX em Minas. Esse crescimento acompanhava o dinamismo da produção agrícola destinada ao Rio de Janeiro, na Zona da Mata, só perde importância a partir da implantação da ferrovia que facilitaria o transporte do café e outras mercadorias ao Rio de Janeiro, no entanto, ainda apareciam mesmo em menor quantidade, pois continuariam levando as mercadorias até o local de embarque.

Traçadas as características gerais dessa atividade faremos uma análise da composição do rebanho, visando identificar o tipo predominante de animal e a alteração dessa composição ao longo das duas décadas estudadas. Mais uma vez, nossas fontes serão os inventários *post-mortem* selecionados. Outros historiadores já utilizaram inventários para esse tipo de

<sup>212</sup>PRADO JÚNIOR, *op. cit.* p. 200.

<sup>213</sup>ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Homens Ricos, Homens Bons.** *op. cit.* p. 118-119

<sup>214</sup>AHU/BNRJ (Projeto resgate – MG) Código:6769; Caixa:80; Doc.:52; Rolo:70. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Homens Ricos, Homens Bons.** *op. cit.* p. 119

investigação e obtiveram bons resultados, entre eles podemos citar: Carla Almeida<sup>215</sup> e Hebe Castro<sup>216</sup>.

**TABELA 19 - Unidades produtivas com criação de animais - 1870-1888**

	Nº de Unidades	%
<b>Bois e Vacas</b>	66	55,4
<b>Eqüinos e muares</b>	77	64,7
<b>Carneiros</b>	6	5,0
<b>Porcos</b>	33	27,7

**Fonte:** Inventários *post-mortem* do Fórum de Visconde do Rio Branco

Os números indicam que a criação de cavalos, éguas, burros, mulas e bestas era o tipo de criação mais difundida entre os inventariados, esses dados apontam para o uso que esses homens poderiam fazer desse tipo de criação. Acreditamos que sua função prática como meio de transporte possa ser responsável por esse tipo de criação estar presente em maior número de unidades, embora não em maior quantidade quando observamos o total de animais. Em 20 casos, ou seja, em aproximadamente 26% dos proprietários de eqüinos e muares, o inventariado possuía apenas um animal que poderia ser empregado como uma forma de transporte para si e sua família quando usado em carroças, e, além disso, para o transporte de mercadorias.

Em contrapartida, havia inventariados que possuíam um bom número gado cavalari. Cândida Maria de São José, falecida em 188, classificada a partir da análise de seu monte-mor entre as “grandes fortunas”, possuía um rebanho formado por 56 animais entre eqüinos e muares, 26 e 30 respectivamente; 38 animais entre bovinos e tiro, 18 e 20 respectivamente e 60 suínos. Tinha uma unidade produtiva mista que se dedicava tanto ao plantio de cana-de-açúcar e produção de seus derivados como ao cultivo de alimentos, como arroz, milho e feijão. Entre as benfeitorias da fazenda estavam um engenho de cana e um alambique. Logo, podemos deduzir que burros e bestas de carga nesse caso assumiam um papel essencial na comercialização e produção desenvolvidas em sua unidade produtiva. Ligados ao transporte da produção ao centro de comercialização. Já a presença do gado de tiro podia se associada à força motriz do engenho de açúcar e ao transporte de mercadorias em carros de boi.

Entretanto apenas quatro inventários possuíam um rebanho composto por mais de 20 cavaleiros e muares (burros, mulas, bestas, cavalos e éguas). Cândida Maria de São José era a proprietária de uma delas. As três unidades produtivas restantes dedicavam-se ao cultivo de café e possuíam escravos e, embora o café não fosse exclusividade, era de importância

<sup>215</sup> *Idem.*

<sup>216</sup> MATTOS, Hebe M. *Ao sul da história. op.cit.*

considerável no montante das colheitas. Esses inventários foram abertos entre 1876 e 1882. Embora a ferrovia já tivesse sido inaugurada em Visconde do Rio Branco desde 1880, a presença do elevado número de muares e cavalares pode indicar a necessidade de transporte do produto até o centro de comércio local, ou ainda uma transição entre essas duas formas de transporte, entre a modernidade promovida pela ferrovia e o tradicional transporte feito pelos animais de carga.

**TABELA 20- Rebanho nas unidades produtivas – 1870-1888**

	Total	Média por U.P.
<b>Bois e vacas</b>	649	9,8
<b>Burros e mulas</b>	443	5,8
<b>Carneiros</b>	159	26,5
<b>Porcos</b>	626	18,9

**Fonte:** Inventários *post-mortem* do Fórum de Visconde do Rio Branco

Chamou-nos atenção o gado bovino, pois embora figurasse em um número menor de inventários, era o mais numeroso rebanho da localidade. E estava presente em todos os níveis de fortuna desde as muito pequenas às grandes. Isso pode ser explicado pela sua utilização na produção doméstica de leite, queijo, manteiga, bem como o transporte em carros de boi e seu emprego como gado de corte. Portanto, mesmo os pequenos proprietários possuíam esses animais. O número desse rebanho superou inclusive o de suínos.

Os suínos embora tenham aparecido em apenas 33 inventários, estão em grande concentração nas unidades em que se apresentam em uma média aproximadamente 19 animais por propriedade. Sua importância na alimentação já foi ressaltada e explica a concentração desses animais.

**TABELA 21 - Número médio de animais no rebanho por década**

Rebanho	1870	1880	Crescimento no período
<b>Equino</b>	3,1	2,1	-32,3
<b>Muar</b>	2,5	1,2	-52,0
<b>Bovino</b>	7,2	3,7	-48,6
<b>Tiro</b>	1,8	1	-44,4
<b>Suíno</b>	5,8	5,2	-10,3
<b>Caprino</b>	2,4	1,1	-54,2

**Fonte:** Inventários *post-mortem* do Fórum de Visconde do Rio Branco

Outra observação interessante é a redução no número de animais de uma década para a outra, todos os animais perderam representatividade na década de 1880. Observamos que o empobrecimento constatado no capítulo 2 é refletido também no número de animais existente

em cada unidade produtiva. Até mesmo o rebanho de suínos, importante na alimentação da população, sofreu uma redução durante a década de 1880.

### **3.4- Conclusão**

Nesse capítulo procuramos traçar o perfil das unidades produtivas riobranquense, estabelecendo a importância da produção de alimentos e das atividades criatórias para a reprodução dessas unidades, bem como procuramos estabelecer a importância da cultura cafeeira e de cana-de-açúcar a partir da análise dos inventários.

Diante da análise das atividades desenvolvidas nessas unidades conseguimos perceber a importância do café na economia do município em virtude da representatividade desse item na composição da riqueza dos inventariados. No início do século XIX, de acordo com a historiografia, os gêneros de subsistência e a cana-de-açúcar são os mais importantes produtos agrícolas desenvolvidos na região central da Mata. No entanto, a partir da segunda metade do século XIX, o café começa a despontar como o produto mais importante. Embora a economia de Visconde do Rio Branco geralmente seja associada ao cultivo e processamento da cana-de-açúcar, notamos que essa não era a atividade mais rentável e tampouco mais recorrente em nossos inventários, essa posição pertencia ao cultivo do café.

Tentamos esclarecer o que motivou a instalação do Engenho Central se, baseados nos inventários do período, não observamos plantações de cana-de-açúcar suficientes para fomentar um empreendimento tão oneroso. Entre os fatores podemos citar: a disponibilidade de mão de obra, visto que o parcelamento das terras observado no segundo capítulo teria promovido um empobrecimento da população que não teria outra opção para se sustentar a não ser vender sua força de trabalho; a facilidade na aquisição de terras, o empobrecimento e o parcelamento das terras tornariam sua aquisição facilitada; a vocação do município para o cultivo da cana-de-açúcar, cultura presente desde sua fundação; os investimentos promovidos pelos lucros gerados com o café na Zona da Mata, como a implantação da ferrovia.

Concluimos que com a fragmentação da propriedade fundiária e o conseqüente empobrecimento da população riobranquense aliada à conjuntura favorável como a instalação da rede ferroviária e o histórico da produção açucareira na região, tenham sido os fatores determinantes para a instalação do Engenho Central no município. Foi graças ao Engenho Central que o município se tornou um dos maiores produtores de açúcar da Zona da Mata,

visto que os inventários de 1870 e 1880 não revelam uma produção de cana-de-açúcar que permitisse essa posição.

Entretanto, determinamos que a produção cafeeira apesar de não estar freqüentemente vinculada ao município era primordial para a economia local. Além disso, acreditamos que sua cultura não se destinasse apenas a subsistência e ao comércio local, em virtude da sua importância no montante da riqueza de nossos inventariados. A inauguração da ferrovia é um dos fatores determinantes dessa importância. Embora os político da mata Central vissem a *“estrada de ferro como um instrumento da civilização e de um almejado e conseqüente desenvolvimento econômico”*<sup>217</sup>. Não podemos deixar de atrelar sua instalação ao escoamento da produção cafeeira excedente, embora nossas fontes não nos possibilitem esses esclarecimentos.

As atividades agrícolas eram sem dúvida voltadas a subsistência. Conforme constatamos, o café compreendia 92% do ativo “colheitas”, que ocupava a quarta posição no montante da riqueza de nossos inventariados. Dessa forma, apenas 8% compreendia os demais gêneros agrícolas: milho, arroz, feijão e cana. Valor significativamente pequeno e, portanto, associado às atividades de subsistência. Observamos a importância do milho nessas unidades, uma vez que era essencial na dieta dos homens livres e dos escravos, assim como fundamental na alimentação dos animais.

As atividades criatórias compreendem o quinto ativo na composição da riqueza de nossos inventariados com 4,8% do total. Nossa análise desse ativo permitiu verificar sua importância na manutenção das unidades, pois além de serem importantes por diversificarem a dieta dos homens livre e escravos, também eram utilizados como forma de transporte dos bens excedente, além de servirem de força motriz para os engenhos. Em virtude de parte considerável dos inventariados possuírem apenas um cavalo, égua ou mula, também destacamos a importância desses animais no transporte pessoal e familiar. Estes animais figuravam em muitos inventários mesmo aqueles que não possuíam terras.

---

<sup>217</sup>CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo.** *op. cit.*, p. 27.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que ao longo desse trabalho conseguimos traçar o perfil econômico do atual município de Visconde do Rio Branco, situado na porção central da Zona da Mata. A Zona da Mata é subdividida em três sub-regiões: norte, central e sul. O estudo da ocupação de cada uma dessas porções possibilitou o entendimento do comportamento econômico apresentado por cada uma delas ao longo do século XIX. Centramos nossa pesquisa especialmente na região central. Esta era inicialmente ocupada por indígenas que foram atraídos para aldeamentos e presídios diante da necessidade de ampliação das fronteiras. Diferentemente do que ocorreu na região sul que foi colonizada por homens enriquecidos com a mineração, a região central foi ocupada por homens de escassos recursos e com poucos escravos, migrantes da periferia da região das minas. Os indígenas sedentarizados foram aos poucos se incorporando aos colonizadores constituindo a população da região.

A ocupação da região ajuda a explicar conjuntura econômica apresentada pelo município na segunda metade do século XIX, conforme revela nossa pesquisa. A análise do Registro de Terras de 1855 demonstrou o grande parcelamento da estrutura fundiária e a presença de muitas pequenas propriedades de terra. Ainda assim, a partir da análise dos inventários *post mortem* constatamos que a terra era o bem mais valioso daqueles produtores.

Os bens descritos nos inventários revelaram uma sociedade rural e pouco monetizada. A primeira constatação se baseia no fato de que entre os 5 principais elementos formadores das fortunas, 4 se relacionavam ao meio rural, eram eles: terras, escravos, colheitas e animais. Já a constatação de que estamos frente a uma sociedade pouco monetizada, se deve ao fato do dinheiro figurar entre os itens de menor importância, à frente apenas das jóias. Identificamos uma sociedade, formada por pequenas propriedades e majoritariamente rural. Quando comparamos o montante das fortunas por décadas, notamos um empobrecimento da população o que é referendado pelo crescimento do número de fortunas muito pequenas e pequenas ao longo do período analisado.

Para compreensão da força de trabalho adotada nas propriedades do município analisamos separadamente o segundo item mais valioso entre os bens inventariados, os escravos. Observamos que embora esse ativo figurasse como um importante elemento formador das fortunas, sua presença era modesta, sendo o maior plantel encontrado formado apenas por 20 cativos. Realidade bem distinta das grandes propriedades escravistas encontradas na Mata sul no mesmo período. Apenas 44% dos nossos inventariados possuíam

escravos. Ainda assim trabalhamos a composição dessa mão de obra, analisando o tamanho dos plantéis, a presença de homens e mulheres, o valor médio dos escravos por sexo.

Frente a uma sociedade rural traçamos o perfil das unidades produtivas, analisando a produção de alimentos e as atividades criatórias desenvolvidas em seu interior. Enfatizamos a produção de café e de cana-de-açúcar, dois importantes produtos na economia da região. O primeiro, por sua relevância no contexto regional, nacional e internacional e o segundo, por sua importância para o município. Mostramos que o café era o mais importante gênero desenvolvido nessas unidades produtivas, este correspondia a mais de 90% dos produtos agrícolas cultivados. Geralmente o cultivo da cana-açúcar é associado ao município, todavia a análise dos inventários demonstrou que este não era o gênero agrícola mais valioso, tampouco o mais recorrente, já que esse papel era ocupado pelo café.

Em suma, analisamos a importância de cada um dos ativos presentes nas fortunas e investigamos as principais atividades agrícolas desenvolvidas nas unidades produtivas, demonstrando a importância do café entre as atividades ali desenvolvidas.

## BIBLIOGRAFIA:

### FONTES PRIMÁRIAS MANUSCRITAS

#### **Fórum de Visconde do Rio Branco**

Inventários *post-mortem* – 1870 a 1889: 119 inventários.

#### **Arquivo Público Mineiro**

Seção Colonial e Seção Provincial: petições, cartas de sesmarias, correspondências, relatórios e ofícios diversos relativos à Junta de Conquista e Civilização dos Índios, Colonização do Rio Doce.

#### **Fundo Repartição Especial das Terras Públicas: Registros de Terras, São João Batista do Presídio. In:**

<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/publicos/brtacervo.php?cid=284&op=1>

### LIVROS, TESES E ARTIGOS

AGUIAR, José Otávio. **Memórias e histórias de GUIDO THOMAZ MARLIÈRE (1808-1836)**. A transferência da Corte Portuguesa e a tortuosa trajetória de um Revolucionário Francês no Brasil. Campina Grande: Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2008.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750-1850**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói. 1994.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Homens Ricos, Homens Bons: produção e hierarquização social em Minas Colonial: 1750-1822**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2001.

ALMICO, Rita. **“Fortunas em Movimento: Um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora/1870-1914”**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Campinas, Campinas. 2001.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. **História e Direito: Sesmarias e Conflito de Terras entre Índios em Freguesias Extramuros do Rio de Janeiro (Século XVIII)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2002.

ALVES, Romilda Oliveira. **Fronteira em expansão: população, terra e família na Zona da Mata Mineira (1808-1850)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2009.

ANDRADE, Rômulo Garcia. **Escravidão e Cafeicultura em Minas Gerais: O Caso da Zona da Mata**. In Revista Brasileira de História. São Paulo: Volume. 11, no. 22, pp. 95-125 mai/ago. 1991.

ANDRADE, Rômulo. **Estrutura agrária e família escrava na Minas Gerais oitocentista**. REHB. Juiz de Fora: UFJF, v.1, n 2.

- ANDRADE, Rômulo. **Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, séc. XIX.** Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais.** Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Itatiaia LTDA, 1995.
- BLASENHEIM, Peter L. **As Ferrovias de Minas Gerais no século dezenove.** Locus: Revista de História. Juiz de Fora, v. 2, n. 2, jul. - dez. 1996.
- BLASENHEIM, Peter. **Uma história regional: a Zona da Mata Mineira (1870-1906).** In: V Seminário de Estudos Mineiros. Belo Horizonte: UFMG, 1982.
- CANO, Wilson. **Padrões diferenciados das Principais regiões cafeeiras.** Revista de Estudos Econômicos. São Paulo, mai – ago, 1985.
- CARDOSO DE MELLO, Zélia M. **Metamorfoses da Riqueza. São Paulo 1845/1895.** São Paulo: HUCITEC, 1985.
- CARRARA, Ângelo Alves. **A Zona da Mata de Minas Gerais: diversidade econômica e continuidade (1839-1909).** Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói. 1993.
- CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo: ocupação do solo e transformação do trabalho na zona da Mata central de Minas Gerais (séculos XVIII e XIX).** Mariana: Ed. UFOP, 1999.
- CARRARA, Ângelo Alves. **Minas e Currais: Produção Rural e Mercado Interno de Minas Gerais, 1684 - 1807.** Juiz de Fora: Editora da UFJF. 2007.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da História.** São Paulo: Brasiliense.1987.
- CORRÊA, Márcio Xavier. **Memória sobre a economia extrativa da poaia.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2012.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil.** 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras/ FAPESP, 1998. CUNHA, 1998.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **A civilização do açúcar: séc. XVI a XXII.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1992.
- GODOY, Marcelo Magalhães. **Civilizações da cana-de-açúcar: dois paradigmas de atividades agroaçucareiras no Novo Mundo, século XVI a XIX.** Texto para discussão nº 304.
- FRAGOSO, João Luis Ribeiro. **Sistemas Agrários em Paraíba do Sul: 1650-1920.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1983.

- FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1970-1830)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FREIREYSS, G.W. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.
- GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos Viveres de Afrodescendentes na Escravidão e no Pós-Emancipação. Família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828-1928)**. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006.
- GUIMARÃES, Elione Silva; MOTTA, Márcia Maria Mendes (Orgs.). **Campos em disputa: História Agrária e Companhia**. São Paulo: Annablume, 2007.
- JOSÉ, Oíliam. **Visconde do Rio Branco: Notas para sua História**. S/L e S/E.
- JÚNIOR, Carlos Eduardo Klôh. **A estrutura comercial de Juiz de Fora (1888-1930)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.
- MATTOS, Hebe M. **Ao sul da história**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MATTOSO, Kátia de Queiroz. **Bahia, século XIX. Uma Província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978.
- MENDONÇA, Sônia Regina. **O convênio de Taubaté e a agricultura fluminense**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 4, n. 3, 2008.
- MOTTA, Márcia; OLINTO, Beatriz Anselmo; OLIVEIRA, Oséias de (Org.). **História agrária: propriedade e conflito**. Paraná: UNICENTRO, 2008.
- NORONHA, Olinda Maria. **De camponesa a “madame”: trabalho feminino e relações de saber no meio rural**. São Paulo: Edições Loyola, 1986.
- OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira 1780-1870**. Bauru: EDUSC, 2005.
- PIRES, Anderson. **A Emergência do Sistema Financeiro e a Economia Agroexportadora da Zona da Mata de Minas Gerais**. Revista Locus, Juiz de Fora, v. 1, n. 1.
- PIRES, Anderson. **Café, Finanças e Indústria: Juiz de Fora 1889-1930**. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2009.
- PIRES, A. **Minas Gerais e a Cadeia Global da "Commodity" Cafeeira (1850-1930)**. Revista Eletrônica de História do Brasil, v. 09, p. 05-47, 2007.
- PIRES, A. **Tendências da Produção Agroexportadora da Zona da Mata de Minas Gerais - 1870/1930**. Revista Locus, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, p. 119-154, 1997.

- PIRES, Anderson. **Capital agrário, investimento e crise da cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói. 1993.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 18a ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- RODRIGUES, Lincoln Gonçalves. **A agroindústria da cana-de-açúcar na Zona da Mata Mineira**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2012.
- SANT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.
- SARAIVA, Luiz Fernando. **Um Correr de Casas, Antigas Senzala: Transição da Mão de obra escrava em Juiz de Fora 1870 – 1900**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2001.
- SIMONCINI, João Batista Villas Boas. **Produção alimentar no município de Visconde do Rio Branco – MG**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande. 2011.
- SLENES, Robert W. **Na Senzala uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SOUZA, Sonia M. de. **A presença camponesa em uma região agroexportadora - Juiz de Fora (1870-1888)**. Revista Eletrônica de História do Brasil, Juiz de Fora, v. 6, n. 2, p. 145-167, 2004.
- SOUZA, Sonia M. de. **Escravidão e campesinato: relações sociais entre cativos e homens livres**. Revista Eletrônica de História do Brasil, v. 8, 2006.
- SOUZA, Sonia Maria de. **Além dos cafezais: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora - Juiz de Fora na segunda metade do século XIX**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói. 1998.
- SOUZA, Sônia Maria. **Terra, família, solidariedade...:estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870-1920)**. Bauru: EDUSC, 2007.
- SPIX, Johann Baptist Von & MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Vol.2. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.
- TOPIK, Steven; MARICHAL, Carlos; FRANK, Zephyr (eds.). **From Silver to Cocaine. Latin American Commodity Chains and the Building of the World Economy, 1500-2000**. Durham y Londres: Duke University Press, 2006.